

TEMÁTICAS



Ano 3 nº 5/6 2º Semestre 95

PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH/UNICAMP



TEMÁTICAS

Ano 3 nº 5/6 2º Semestre 95

PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH/UNICAMP

TEMÁTICAS

Publicação semestral dos pós-graduandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

ISSN 1413-2486

Conselho Editorial:

Francisco Manuel C. C. de Almeida, Francisco Tadeu R. S. Rosa, José Estevão M. Arcanjo, Mara Jaqueline de Oliveira, Marcos Antonio Mattedi, Marcos Vinícius Pansardi, Maria Tereza D. P. Luchiari, Mariano Luis Sanches, Miguel Angel A. Benitez, Nilce da Penha M. Panzutti.

Editor Responsável

Jesus J. Ranieri

Secretário de Redação

Ruy G. Braga Neto

Diagramação e Revisão

Marilza A. Silva

Elizabeth S. S. Oliveira

Capa

Vlademir José de Camargo

Impressão

Gráfica do IFCH/UNICAMP

IFCH/UNICAMP

Diretor

João Quartim de Moraes

Diretor Associado

Armando Boito Júnior

Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

Décio A. Marques de Saes

Sub-Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais

Renato J. P. Ortiz

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social

Márcio Ferreira da Silva

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política

Shiguenoli Miyamoto

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Sociologia

Élide Rugai Bastos

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Apresentação | v |
| Autores | vii |
| <i>A objetividade do conhecimento em Max Weber</i> Luís Henrique Paiva | 09 |
| <i>Max Weber e a objetividade nas Ciências Sociais</i> Carlos Vasconcelos Rocha | 37 |
| <i>Bismarckismo e Bonapartismo: algumas considerações sobre política e sociedade em Max Weber e Karl Marx</i> Hildemar Luiz Rech | 55 |
| <i>Instituições e mercado: considerações sobre o neo-institucionalismo</i> Edmilson Lopes Júnior | 101 |
| <i>O marxismo analítico e a questão das classes sociais</i> Marcos Vinícius Pansardi | 139 |
| <i>Resenhas</i> | 165 |
| Normas para apresentação de artigo | 181 |

AO LEITOR

O quinto número de *TEMÁTICAS* aparece como resultado do trabalho do novo Conselho Editorial da revista. Dois anos após seu surgimento, no segundo semestre de 1993, *TEMÁTICAS* passa agora, por iniciativa do referido Conselho, por modificações que visam consolidá-la como obedecedora de padronização editorial própria de periódicos acadêmicos. Neste número serão notadas especialmente duas mudanças: em primeiro lugar, sua inscrição no ISSN, requisito que reserva o intuito de reconhecer a revista como seriada, portanto publicação que subsistirá por tempo indefinido. Em segundo, as “Normas para apresentação dos originais” estão menos abertas, porém melhor distribuídas segundo os critérios da ABNT e da normalização internacional, visando com isso a futura indexação da revista em periódicos e anuários do exterior.

Nesse mesmo sentido, é objetivo do Conselho esforçar-se por uma difusão maior da revista através da melhor distribuição dos números já editados, assim como dos números futuros.

É importante lembrar que *TEMÁTICAS* é um órgão institucional de veiculação da produção dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH-UNICAMP. A efetivação dessas conquistas depende,

necessariamente, da aplicação de cada um e de todos nós no que diz respeito à qualidade e mesmo à sobrevivência da revista.

Para a manutenção da qualidade dos artigos publicados, *TEMÁTICAS* contou com o empenho de alguns alunos que atenderam prontamente à solicitação de pareceres, brindando-a com avaliações de alto nível acadêmico. A todos esses o Conselho Editorial deixa aqui registrado o seu agradecimento.

Os Editores

AUTORES

LUÍS HENRIQUE PAIVA

Mestre em Sociologia e doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Área de interesse: Desenvolvimento e Pensamento Social.

CARLOS VASCONCELOS ROCHA

Mestre em Ciência Política pela UFMG e doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Área de interesse: Estado, Políticas Públicas e Processos Políticos Contemporâneos.

HILDEMAR LUIZ RECH

Professor de Sociologia do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, RS, e doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

EDMILSON LOPES JÚNIOR

Professor do Departamento de Ciências Sociais e Política da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) e doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Área de interesse: Desenvolvimento e Pensamento Social.

MARCOS VINÍCIUS PANSARDI

Mestre em Ciência Política e doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

LUCIANA BERNARDO MIOTTO

Mestre em Sociologia pelo IFCH-UNICAMP. Área de interesse: Meio-ambiente e Desenvolvimento.

MARCELO FABIÁN SAIN

Professor da Universidade de Quilmes, Argentina. Doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE)-UNICAMP. Área de interesse: Estado, Políticas Públicas e Processos Políticos Contemporâneos.

A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO EM MAX WEBER¹

Luís Henrique Paiva

A defesa da objetividade do conhecimento, em Weber, é um *problema* oriundo da difícil relação entre a concepção de realidade da qual parte e o fato de que “(...) ele guardou distância de tudo o que hoje em dia está sob o nome de relativismo” (Rickert, 1989, p. 79).

Weber parte de uma concepção de “realidade empírica” que problematiza qualquer idéia de “observação”: assim, o autor acredita que a realidade empírica é “na sua plenitude, (...) inesgotável” (Weber, 1992a, p. 89) e “infinita” (1974, p. 47). O que, desta realidade, nos é permitido conhecer e observar, surge após um processo de *seleção* do material empírico, de modo que apenas um “fragmento limitado desta realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (1974, p. 47-8). Esta seleção, por não poder abarcar toda a realidade, é, necessariamente, parcial:

¹Esse artigo corresponde ao primeiro capítulo de minha dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do IFCH - UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Octavio Ianni.

Não existe qualquer análise científica “objetiva” da vida cultural, ou das “manifestações sociais”, que seja *independente* de determinadas perspectivas especiais ou parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem objeto de investigação (...) (Weber, 1974, p. 46-7),²

o que abre a possibilidade do surgimento de uma *pluralidade* de interpretações possíveis.

Daí a pertinência da colocação de Runciman, segundo o qual

O que Weber fez (...) foi admitir a pluralidade das interpretações possíveis e, em seguida, fazer tudo o que estava ao seu alcance para reduzir as consequências deste fato (Runciman, s/d).

Este é o problema da objetividade do conhecimento para o autor: o de como tomar posição favorável à possibilidade da unicidade da verdade aceitando as idéias de realidade inesgotável e de multiplicidade de interpretações possíveis.

É interessante notar que este problema é, sem dúvida, o mais geral enfrentado pela epistemologia weberiana, pois os elementos que compõem a “situação de problema” – a saber, as idéias de “realidade inesgotável”, de “multiplicidade possível de interpretações”, e a posição crítica do relativismo – não dizem respeito exclusivamente às ciências sociais, mas a toda e qualquer ciência empírica.³

²Cf. também Weber (1974, p. 62; p. 63-4).

³Apesar da opinião contrária de alguns comentadores como Edmundo F. Dias, segundo o qual, para Weber, haveria uma “ordenação” entre acontecimentos estudados pelas ciências naturais, “ordenação que é própria da realidade e que independe relativamente do observador” (Dias, 1993, p. 9), e apenas as ciências sociais enfrentariam uma realidade que é “um conjunto inesgotável de acontecimentos”, o próprio Weber apresenta opinião diversa: “(...) há uma

Cabe aqui, antes de procurar especificar os caminhos seguidos pelo autor para o enfrentamento da questão, detalhar alguns de seus aspectos – especificamente aqueles que relacionam a idéia de “seleção” do material empírico aos valores e ao conceito “típico-ideal”.

Weber percebeu que, se a seleção, no ato da análise científica, é compulsória, e se é o cientista que faz tal seleção, tal processo se vê marcado pela subjetividade. Os objetos assim definidos são “subjetivos” – pois definidos subjetivamente:

“Subjetiva” (...) é (...) a delimitação do “objeto” histórico mesmo, do “indivíduo” [histórico] mesmo, pois aqui decidem relações de valor cuja “concepção” está submetida à mudança histórica (Weber, 1992b, p. 189).

Assim, através da subjetividade do cientista, ganham importância no processo de definição do objeto, valores do momento histórico e cultural vivido por esse cientista:

(...) em consonância com a experiência histórica, percebe-se que são os interesses culturais e, portanto, os interesses de valor que indicam a direção para o trabalho das ciências puramente empíricas (Weber, 1992d, p. 377).⁴

infinitude intensiva em toda variedade empiricamente dada que é, indiscutivelmente, o pressuposto (negativo) para a seleção do material que interessa *para cada uma das ciências empíricas.*” (1992a, p. 54; a ênfase é minha). Esta visão equivocada da realidade natural (como ordenada “naturalmente”) acaba por fazer Dias defender opiniões insustentáveis, como aquela em que afirma que “(...) a chamada ciência natural se caracteriza pelo fato de que a sua existência independe do que pensam os homens (...)” (1993, p. 11). Ora, qualquer tipo de ciência (natural ou social) é, antes de tudo, uma atividade dos homens, feita pelos homens, e especificamente humana. Cf., sobre isso, a posição clara de Parsons (1968, p. 716).

⁴Cf. também Weber (1992b, p. 188).

Essa influência de valores culturais determinados na definição do objeto é comumente chamada de “relação com valores”, “referência a valores” ou “pertinência em relação aos valores” – e é baseada nas idéias de Rickert.

A seleção do objeto resulta no que Weber chamou de “tipo ideal”: um conceito que levaria em conta as idéias de “realidade inesgotável” e de “multiplicidade de interpretações possíveis”. Weber define o tipo ideal como resultado do processo de seleção, isto é, como resultado de uma

(...) *acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se orientam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro de pensamento* (Weber, 1974, p. 76).

O tipo é, portanto, “ideal”, no sentido de que é um artefato analítico, um instrumento confeccionado pelo cientista para fins de conhecimento, distinto da realidade bruta:

(...) as construções teóricas [como os tipos] estão exclusivamente a serviço do conhecimento das realidades que elas mesmas não podem proporcionar. E as realidades (...) não estão contidas naquelas construções teóricas e, mesmo no caso extremo, apresentam apenas aproximações do processo construído (Weber, 1992d, p. 396).

E se Weber coloca o tipo ideal como um instrumento compulsório,

Se o historiador (...) abandona a tentativa de formular um tal tipo ideal sob o pretexto de constituírem “construções teóricas” (...) resulta então, regra geral, que este historiador utiliza, consciente ou inconscientemente, outras construções análogas *sem* as formular explicitamente (...) (Weber, 1974, p. 82),

é porque o ato de seleção, para efeito de conhecimento, é compulsório, e o tipo ideal é o conceito que resulta desse ato de seleção.⁵

Tais tipos não são úteis por si, mas pela possibilidade que abrem para a construção de hipóteses históricas causais:

“Embora não seja uma 'hipótese', [o tipo-ideal] pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não seja um enunciado do real, pretende conferir a esse enunciado meios inequívocos de expressão” (Weber, 1974, p. 75-6. A ênfase na frase final é minha).

E é em relação a essas hipóteses – construídas com o auxílio de conceitos que selecionam, na realidade empírica dada, objetos que se julga dignos de interesse histórico – *que se coloca o problema da objetividade do conhecimento*. O problema é o de como assegurar a validade intersubjetiva dessas hipóteses.

Parsons bem notou que a admissão, por parte de Weber, da influência dos valores (através da “referência a valores”) introduziu um elemento relativista que poderia pôr em questão a objetividade do conhecimento:

(...) o princípio da importância do valor, combinado com o da relatividade dos sistemas de valor, introduz um elemento

⁵Cohn parece não ter notado isso quando aponta que Weber se equivoca quanto à obrigatoriedade do tipo ideal (Cohn, 1979, p. 130-1). Assim, Cohn afirma que o uso do tipo só se torna obrigatório caso se trabalhe com a premissa de realidade inesgotável. Acredito que, se a validade dessa premissa pode (e deve) ser debatida, seu uso não é “opcional”: uma vez verdadeira, ela assim serviria de parâmetro para a avaliação de qualquer trabalho científico, tornando os tipos (ou conceitos que operam selecionando material empírico) um instrumento obrigatório. Weber, portanto, aponta para a compulsoriedade dos tipos ideais porque acredita na verdade da premissa da “realidade inesgotável”.

de relatividade nas ciências sociais, que suscita de forma aguda a questão de suas pretensões de objetividade (Parsons, 1968, p. 730).

E aqui entramos propriamente no terreno do que Weber chamou de “objetividade do conhecimento” científico. Para ele, tal objetividade se configuraria na validação intersubjetiva de um conhecimento. O autor, admitindo que a “relação com valores” influi diretamente na definição do objeto de pesquisa (que é, assim, subjetivo), acredita, entretanto, que os *resultados* da pesquisa podem ser *objetivos*:

Torna-se indubitável que as idéias de valor são “subjetivas”. (...) No entanto, não devemos deduzir de tudo isso que a *investigação* científico-cultural apenas conseguiria obter *resultados* “subjetivos”, no sentido de que são válidos para uns e não para outros. (...) Porque só é uma verdade científica aquilo que *pretende ser válido* para todos os que *querem* a verdade (Weber, 1974, p. 65-6).

Weber não propõe qualquer “esquema formalizado de validação” dos conhecimentos empíricos e históricos apresentados como hipóteses por pesquisadores, mas sugere alguns critérios para essa validação ao longo de sua obra. Cohn procura a resposta para a questão da objetividade do conhecimento em Weber centrando a atenção na construção dos tipos ideais:

(...) o problema se concentra (...) na questão dos critérios que comandam as operações de isolamento e depuração de aspectos da realidade histórico-social. Em consonância com isso, Weber dedica atenção (...) às questões relacionadas ao caráter construtivo do tipo (Cohn, 1979, p. 50).

O autor está correto – muito embora a preocupação com a construção do tipo ideal, sustentarei, responde apenas parcialmente o problema da objetividade do conhecimento.

Para que entendamos de maneira correta esse ponto, nos detemos em destaques dados por Weber à construção do tipo ideal. São três as questões que Weber pretende esclarecer, partindo da compulsoriedade do tipo ideal.

A primeira das questões aponta para o fato de que, com a falta de cuidado na admissão de que os conceitos operam uma seleção do material empírico, tende-se a fazer a seleção (que é, como vimos, compulsória) de forma não controlada, tornando-a “imprecisa” e afetando a clareza da exposição. Logo, assegura Weber, todo cuidado deve ser tomado no sentido de que os conceitos não tenham um “impreciso caráter do seu conteúdo” (Weber, 1974, p. 80).

O conceito que não é construído de forma clara, inequívoca e rigorosa (como os conceitos que utilizamos cotidianamente), segundo o autor,

(...) oculta sempre confusões do pensamento ou da vontade, muitas vezes é o instrumento de perigosas ilusões, e é constantemente o meio de boicotar a evolução de uma exposição correta dos problemas (Weber, 1974, p. 107-8).

Portanto, “(...) é apenas mediante a construção rigorosa dos conceitos, ou seja, graças à utilização do tipo ideal, que se torna possível expor de forma inequívoca o que se entende e pode entender” pelo significado de algum conceito (1974, p. 84).

O primeiro dos motivos, portanto, para que se controle a construção dos tipos ideais (de forma logicamente não-contraditória e conceitualmente rigorosa) é garantir a clareza e a expressão inequívoca dos conceitos.

Weber exemplifica bem o que quer dizer ao examinar alguns conceitos que, se a princípio parecem “claros” (uma vez que relativamente familiares), englobam toda sorte de contradições que se revelam mesmo num exame rápido. Um dos conceitos utilizados para esse fim é

o de “interesses da lavoura”. Toda sorte de interesses contraditórios se engloba em tais conceitos, tais como

(...) os interesses dos camponeses que desejam vender suas terras, pelo que apenas lhes interessa uma rápida subida no preço dos terrenos; o interesse diametralmente oposto daqueles que querem comprar terras, aumentá-las ou tomá-las de arrendamento; o interesse dos que estão empenhados em conservar uma propriedade para obterem vantagens sociais para os seus descendentes, pelo que estão interessados numa estabilização da propriedade; o interesse contrário desses outros que, no interesse próprio ou dos seus filhos, desejam uma redistribuição das terras em benefício do que melhor as explora (...) (Weber, 1974, p. 104).

Desnecessário dizer que a falta de rigor nesta construção conceitual – e em outras, segundo Weber, como “interesses do Estado” ou mesmo “interesses da classe operária” – impede a clareza da exposição que se faz com a sua utilização.

Outro perigo de se ignorar a compulsoriedade da seleção do material empírico, e passo aqui para o exame da segunda questão, é operar tal seleção admitindo uma confusão entre a influência *lógica* dos valores e a influência *prática* dos valores. Como vimos, o princípio de seleção do material empírico sugerido por Weber são as idéias de valor. Se não tomarmos o necessário cuidado com a utilização de tais idéias de valor – cuidados esses claros quando se tem *consciência* da compulsoriedade da seleção que faz qualquer conceito –, poderemos criar um tipo que não seja *ideal* apenas no sentido *lógico* mas também no sentido *prático*, isto é, que corresponda a alguma desejada efetivação prática de nossas idéias de valor, ou ao que acreditamos que o fenômeno *deve* ‘idealmente’ *ser*.⁶ Desta forma, é necessário distinguir drasticamente

⁶Como diz Weber para contraditar tal idéia, existem tipos ideais tanto de religiões como de bordéis...

nossos conceitos da realidade – mesmo que existam aproximações e mesmo sabendo que o dever da atividade científica seja medir tais aproximações.

Chegamos, com isso, à terceira das questões, que trata da radical distinção feita por Weber entre o conceito e a realidade empírica. Essa distinção deve ser entendida não como a afirmação de que todo trabalho científico seja uma desmesurada obra de ficção, mas como uma (saudável, no meu entender) atitude cética com relação a todo e qualquer conhecimento. O tipo ideal, assim,

(...) revela um ponto de vista teórico e portanto 'unilateral' que, embora esclareça a realidade, demonstra ser impróprio para se tornar um esquema no qual essa realidade pudesse ficar completamente incluída. Porque nenhum desses esquemas mentais (...) pode esgotar a sua imensa riqueza. Todos esses sistemas não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito do nosso *interesse* (...) (Weber, 1974, p. 99; ênfase do autor).

A forma correta do cientista lidar com essas três questões passa, obrigatoriamente, pelo controle da construção dos tipos ideais. É nesse sentido que Weber recomenda um “*dever elementar de auto controle científico*” (1974, p. 89) quando do “trabalho de construção e crítica dos conceitos”. Entretanto, como o autor assevera, existem “outros meios” para que a prática científica atinja seu fim.⁷

⁷Interessante observar que justamente no texto sobre a “Objetividade do Conhecimento” Weber apenas coloque o problema da objetividade, não dando a ele a resposta geral que só iremos encontrar ao longo de sua obra. Assim, o autor afirma neste texto que “A ‘objetividade’ do conhecimento no campo das ciências sociais depende antes do fato de o empiricamente dado se encontrar constantemente alinhado sobre idéias de valor que são as únicas a conferir-lhe *valor* para o conhecimento (...)” (1974, p. 109, ênfase no original). Ora,

Essas considerações weberianas permitem entender o quanto são importantes determinados aspectos formais da construção do tipo ideal para se atingir a objetividade do conhecimento. Definem tanto uma atitude cética em relação a todo conhecimento (quando aponta que se trata apenas de uma seleção “acentuada” de determinadas características do real – e *não a própria realidade*) como algumas condições necessárias para que se avalie um conhecimento como objetivo (rigor na construção conceitual, clareza de expressão etc.). Estas condições figuram certamente como *necessárias* para que se decida sobre a objetividade do conhecimento: certamente é impossível tecer juízos de validade acerca de algo que não se compreende por ser vago, confuso ou contraditório.

Assim, como sugere Saint-Pierre, de fato Weber se preocupou com critérios de construção do tipo ideal:

O tipo-ideal é construído a partir de uma “intensificação unilateral” da realidade, ou seja, uma exageração de alguns de seus elementos característicos a partir de um determinado “ponto de vista”. (...) tal construção deve satisfazer certas exigências formais, entre as quais figuram especialmente a *consistência lógica e a não-contradição interna*” (Saint-Pierre, 1991, p. 67. A ênfase é minha).

Mas esta não é a principal resposta à questão da objetividade do conhecimento dada por Weber. O descumprimento da exigência de “rigor” na construção do tipo ideal, por exemplo, pode impedir que um tipo ideal qualquer seja considerado “válido”. Seu cumprimento, entre-

esta não é a “solução” do problema da objetividade, senão sua colocação. A prova disso está no fato de que, imediatamente depois de fazer essa afirmação, Weber tivesse se sentido na obrigação de acrescentar que “(...) ainda que a significação desta objetividade apenas se compreenda a partir de tais idéias de valor, não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível da sua validade” (1974, p. 109).

tanto, não *garante* ou *assegura* a validade do tipo. Idem para a exigência da distinção entre tipo e realidade: caso não seja observada, tal exigência pode produzir um conjunto de conceito confusos – mas sua observância não garante a validade *a priori* dos conceitos.

A preocupação com a construção dos tipos ideais, além disso, não resolve uma questão de maior fôlego: a de como se decide a respeito da validade de uma *hipótese causal* determinada.⁸ Uma hipótese causal que relacionasse dois tipos ideais históricos (como “protestantismo” e “corporativismo”) – isto é, que tomasse, por exemplo, as práticas corporativas de parcelas significativas da sociedade alemã atual como determinadas (ou influenciadas) por crenças centrais específicas das doutrinas protestantes vigentes na mesma sociedade – poderia ter seus tipos construídos de forma a respeitar as exigências formais de consistência lógica e não-contradição interna e, ainda assim, não ser válida. Os tipos, construídos corretamente, poderiam não se mostrar úteis.

As exigências formais para a construção dos tipos ideais é feita por Weber, mas não constitui sua principal resposta para o problema da validação intersubjetiva (e, portanto, da *objetividade*) do conhecimento.

Para que se entenda como Weber procura enfrentar o problema da objetividade do conhecimento, teremos que passar por uma distinção feita por ele (mas nomeada e presente nos debates metodológicos nos dias de hoje): a distinção entre o *contexto da descoberta* e o *contexto da validação*. Assim, a origem (e, portanto, a “descoberta”) de um conhecimento não é, para Weber, questionável. Weber não acredita que

⁸Uma vez que, como foi mencionado, os tipos *não são o fim* da atividade científica: eles servem à construção de hipóteses históricas, isto é, ao conhecimento da realidade histórica. A validade do tipo não garante, infelizmente, a validade da hipótese, como veremos logo a seguir.

exista um “método de abordagem particular”, ou um “processo psicológico específico”⁹ que resulte, com certeza, em conceitos e hipóteses válidos ou objetivos. O autor afirma, por exemplo, que

Cientificamente, a idéia de um diletante pode ter a mesma influência, ou ainda maior, para a ciência que a idéia de um especialista. Muitas de nossas melhores hipóteses e visões são devidas, precisamente, a diletantes (Weber, 1982, p. 161).

A validação de um conhecimento, portanto, é feita *a posteriori*, através do questionamento desse conhecimento por diversos meios (como o exame dos critérios formais acima mencionados, a experimentação e o teste, a recorrência a dados empíricos históricos etc.). Nunca se deveria, portanto, fazer

(...) com que a pergunta quanto ao processo psicológico na formação de um conhecimento fosse confundida com a pergunta quanto ao “sentido” lógico da sua validade empírica (Weber, 1992a, p. 82).¹⁰

É importante acentuar que a regra da validação também não marcaria a diferença entre as ciências sociais e as ciências naturais:

⁹Tal como o “esvaziar as mentes” dos positivistas. Os passos para a construção do tipo (“acentuar unilateralmente aspectos da realidade...”) apontam apenas para a produção de um tipo, mas não garante que seja um tipo frutífero para pesquisa, ou uma hipótese causal correta etc.

¹⁰Em outra passagem, Weber diz que “(...) não queremos afirmar nada sobre a questão psicologicamente interessante mas da qual não nos ocupamos aqui: como é que surge uma hipótese histórica na mente do pesquisador, *mas somente* com referência à *questão de* em que categoria lógica em caso de dúvida e de questionamento é possível demonstrar a *validade* de tal hipótese (...)” (1992b, p. 202; a ênfase é minha).

O uso de determinadas “regras” na “validação empírica”, tendo por fim o controle da “interpretação” das ações humanas, apenas poderia ser tido como diferente do procedimento nas “ciências naturais” quando se aborda essa questão de modo assaz superficial (Weber, 1992a, p. 82).

Isso é central no que entendo ser a epistemologia weberiana – ao menos no que tange à questão da objetividade do conhecimento. A distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da validação permite a Weber uma solução teórica para o impasse anteriormente mencionado: a influência dos valores e da subjetividade do cientista na definição do objeto de pesquisa e seu conceito, na criação de hipóteses e hipóteses de trabalho, na condução de toda pesquisa – influência que torna problemática a questão da objetividade do conhecimento e que não é, de forma alguma, eliminada pelo processo rigoroso de construção dos conceitos –, por um lado, passa a pertencer ao plano da descoberta. A *validação* do conhecimento resultante, por outro, se dá através dos meios acima mencionados: julga-se não apenas se ele está de acordo com os critérios formais (se é logicamente consistente, não-contraditório), mas também com as evidências históricas existentes, etc.

Essa *verificação* não precisa ser, necessariamente, feita pelo próprio cientista, *podendo* sê-lo no debate científico: daí a definição de objetividade do conhecimento como a validação *intersubjetiva* desse mesmo conhecimento.¹¹ Assim, um conhecimento cuja produção foi

¹¹Não são raras as menções de Weber à “discussão livre” (1992c, p. 212) ou à falibilidade de todo conhecimento científico (1982, p. 164). Assim, pode-se considerar que o exame de um conhecimento exige, para Weber, um certo distanciamento por parte do cientista, para que se possa perceber nele seus equívocos. Jaspers afirma, a respeito do espírito crítico weberiano que “Há uma tendência indestrutível da vontade não crítica de conhecer (...). É contra esse impulso monístico que se volta o conhecimento crítico de Max Weber” (Jaspers, 1977, p. 129).

influenciada por valores pode ser *objetivo*, caso passe pelos diversos exames que os cientistas impõem.¹² Essa idéia weberiana foi corretamente percebida por Saint-Pierre:

(...) embora se parta de uma escolha subjetiva para o recorte do material, os resultados científicos (...) devem ser obtidos a partir de procedimentos submetidos à verificação, e cuja correção se imponha sobre *todos os pontos de vista e a quaisquer sistemas de valores*. O que Weber está exigindo desse modo é correção metodológica (critério interno) e posterior correção empírica dos resultados (critério externo), que é o que pretende uma ciência empírica da realidade cultural (Saint-Pierre, 1991, p. 39, a ênfase é minha).

Dois possíveis *tipos* de critérios de validação são sugeridos por Weber (além dos critérios “formais”): os que dizem respeito à validade e utilidade dos tipos ideais e os que dizem respeito à validade das hipóteses históricas empíricas propostas pelos cientistas.

¹²Não estou sugerindo que Weber apresente, aqui, uma clara teoria dos “aspectos sociais do progresso científico”, ou que dedique muita atenção ao tema da “comunidade científica”. Não que Weber efetivamente não tenha se importado com o tema: um dos seus importantes textos “metodológicos” (“A Ciência como Vocação”) fala exatamente da comunidade científica. Em diversas oportunidades, cf. citação anterior, Weber se mostra um defensor do “espírito crítico” e um crítico do academicismo tacanho (idéias que dizem respeito à comunidade acadêmica e científica, esta é a verdade). Lembro-me, por exemplo, de uma passagem de seu texto sobre a “Objetividade do Conhecimento” em que afirma que a *Archiv* “não protegerá ninguém – nem os seus colaboradores, nem os seus editores – de se expor (...) à mais dura crítica científica e objetiva” (Weber, 1974, p. 27). De qualquer maneira, é meu dever reafirmar que Weber não possui uma teoria sistematizada dos aspectos sociais do conhecimento científico, nem uma teoria do “racionalismo crítico”, que só viriam a aparecer com Popper. Tais temas não são, entretanto, estranhos ao autor.

Um critério de validação *a posteriori* dos tipos ideais é sugerido por Jeferson Soares (1992), por ele nomeado “princípio de demonstrabilidade”:

(...) a demonstrabilidade da ‘verdade’ ou validade de conceitos-tipo ou teorias (leis sociais) está em função do seu poder de ordenar a realidade social. Nesse sentido, se um conceito-tipo é capaz de ordenar o real social (a realidade histórica), então, podemos alegar que é ‘verdadeiro’ ou válido, ou seja, é pertinente ou tem significado empiricamente demonstrável (Soares, 1992, p. 75).

Um conceito tipo ideal, portanto, deveria ser considerado válido apenas quando se mostrasse ser um instrumento de seleção frutífero. Caso esse tipo não pudesse ser utilizado em determinadas situações, poder-se-ia substituí-lo por outro, sem que o primeiro deixasse de ser válido para outras situações. Soares ensaia uma crítica a esse princípio de demonstrabilidade: segundo ele, apesar do “princípio” não acarretar dogmatização (uma vez que Weber admite o trabalho com uma pluralidade de tipos), acaba por implicar imunização contra a crítica, p. um tipo que não fosse útil numa situação histórica não seria “empiricamente falseado”, mas apenas considerado inválido *naquela situação histórica concreta*. Soares, que pretende seguir Popper, *não* admite que conceitos *não* possam ser falseados empiricamente.

Este autor, de fato, apresenta um critério que está além dos critérios formais para que se decida acerca da validade do tipo ideal. Tal critério parece encontrar eco na obra do autor, pois, segundo Weber, os tipos ideais são *meios* de conhecimento – isto é, servem ao conhecimento por selecionar, na realidade empírica, aquilo que “deve” ser conhecido – e portanto para sabermos se se trata “de uma construção conceitual proveitosa para a ciência” existe um critério: “o da eficácia” (Weber, 1974, p. 79). Sua eficácia, entendo eu, é, portanto, função de algo pró-

ximo do princípio de demonstrabilidade proposto por Soares, senão igual – isto é, de sua capacidade de ordenar a realidade. Sua crítica a Weber, entretanto, é equivocada, p. o próprio Popper admite que a metodologia trata de questões de validade acerca de *enunciados*, de hipóteses, e não de *conceitos* (Popper, 1989, p. 35-6). Assim, um *conceito* não pode ser falseado empiricamente – uma vez que se trata apenas de um instrumento de seleção do material empírico. Entretanto, as hipóteses causais nas quais tal conceito estiver presente, sim, podem ser falseadas e empiricamente questionadas – e com elas a teoria na qual se baseiam.¹³

O critério de validação para as *hipóteses históricas empíricas* propostas pelo cientista é, para Weber, o exame a partir dos dados empíricos existentes. Assim Weber não apenas propõe que “(...) o regresso causal apenas pode alcançar (...) validade se, em caso de questionamento, saiu honroso da prova (...)” (1992b, p. 202), como também assegura que qualquer que seja o conhecimento, “(...) seu alcance e sua validade devem ser examinadas pelos fatos empíricos” [evidentemente leia-se, no lugar de “pelos fatos empíricos”, algo como “examinado através do recurso aos fatos empíricos”] (1992c, p. 222).

Eugène Fleishmann percebeu a importância que Weber dá à verificação empírica de hipóteses causais:

A chave da sua ‘filosofia’ deve ser procurada em uma tentativa incessante de ‘verificar’ suas idéias – pois sem isso não as levava em consideração, nem mesmo como hipóteses de trabalho – por meio de um procedimento exclusivamente situado no plano dos fatos (Fleishmann, 1977, p. 140).

¹³Uma sistemática negação das hipóteses que se utilizem de um determinado tipo ideal, imagino eu, pode levá-lo ao desuso. Isto não significa um “falseamento”.

Entretanto, acerca disso, é crucial mencionar que, para Weber, tal verificação não parece ser definitiva, p. se, de acordo com os dados empíricos existentes, um conhecimento é considerado “objetivo”, isto é, *válido* “para todos aqueles que querem a verdade”, nada impede que dentro de algum tempo, diante do surgimento de novos fatos, documentos – e, nas ciências naturais, novos testes –, esse mesmo conhecimento deixe de ser válido. E é nesse sentido, acredito, que devem ser lidas declarações suas afirmando que os produtos da ciência tendem, com o tempo, a ser superados, e que “toda realização científica (...) pede para ser ‘ultrapassada’ e superada. Quem deseja servir à ciência tem que resignar-se a tal fato” (Weber, 1982, p. 164).

Assim, se pudermos resumir a posição de Weber acerca da objetividade do conhecimento, colocaríamos desta forma, p. (1) a realidade (natural ou social) é inesgotável e infinita; (2) todo conhecimento opera uma seleção do material empírico; (3) influem nessa seleção valores do cientista – o que implicaria relativismo e subjetivismo; (4) para que se tenha *objetividade*, deve-se julgar qualquer conhecimento proposto através (a) dos critérios formais, como o rigor e a clareza dos conceitos, (b) da “demonstrabilidade” ou eficácia dos conceitos e (c) da adequação desse conhecimento aos fatos empíricos conhecidos: passando por estas “provas”, um conhecimento é declarado “objetivo”, até o surgimento de evidência contrária. Os pontos (1) e (2) seriam as condições sob as quais todo conhecimento seria produzido; o ponto (3) remeteria ao “contexto da descoberta”; e o ponto (4) ao “contexto da validação”.¹⁴

¹⁴Esta é, evidentemente, uma reconstrução “típico-ideal” do argumento weberiano, que não se apresenta nesta forma “pura” em nenhum momento. De qualquer forma, tal reconstrução é bastante semelhante à que fazem autores como Parsons, Saint-Pierre, Rossi e mesmo Löwy, e me parece encontrar documentação clara o suficiente para ser considerada “válida”.

Essa distinção entre o contexto da descoberta e o da validação sofreu virulenta crítica de Pietro Rossi (1971), que serviu de base para que Michael Löwy (1987) e Saint-Pierre (1991) decretassem a falência da epistemologia weberiana. O argumento de Rossi é o de que a influência dos valores (por ele nomeados de “pressupostos axiológicos”) não se restringe à delimitação do objeto (“a primeira etapa do processo científico”), isto é, ao contexto da descoberta, mas se dá também no que chamei de “contexto da validação”: os valores, pois, influenciariam todo o processo cognitivo, implodindo a “objetividade” weberiana,

A referência a valores não pode limitar-se à primeira etapa do processo científico, que é a delimitação do campo de investigação. Pelo contrário, a referência aos pressupostos axiológicos se encontra em todas as etapas da investigação. Os pressupostos axiológicos determinam a orientação geral e as decisões metodológicas derivadas dela. Na forma de hipóteses explicativas, atuam também sobre o processo explicativo. E se é assim, a adoção de certos pressupostos axiológicos condicionará também, direta ou indiretamente, os resultados da investigação, o que Weber, precisamente, não queria admitir (Rossi, 1971, p. 67).

Seguindo Rossi, Hector Saint-Pierre acredita que os sistemas de valores influenciam não apenas a construção e na delimitação do objeto, mas também a construção do “esquema de prova” – e assim a “objetividade” dos enunciados não pode ser decretada:

Isso introduz uma certa dúvida a respeito da validade dos procedimentos como garantia da “objetividade” dos resultados. Na realidade, *Weber nunca é claro quando se refere à ‘comprovação empírica’ tanto nos resultados quanto nos métodos* (Saint-Pierre, 1991, p. 47. A ênfase é minha).

Löwy, por sua vez, dispara afirmando que, se os valores influenciam as questões feitas pelos cientistas sociais, e as respostas dependem em larga medida destas mesmas questões, então os valores terminam por influenciar todo o processo de investigação.

Dos três autores, Saint-Pierre (cujo texto é mais exegético) é o único que não busca uma saída própria para o problema da objetividade do conhecimento.

Löwy e Rossi, percebendo o quanto a negação da objetividade do conhecimento tem de autocontraditória, procuram esquemas alternativos: este procura dar “uma nova significação” à objetividade weberiana, através da criação de normas que regulem a influência dos “pressupostos axiológicos” na pesquisa; aquele, procura apresentar seu modelo epistemológico com o recurso à noção de determinação social do conhecimento sociológico (que é, como indica o autor, de Lucien Goldmann).

Löwy, ao renegar peremptoriamente a objetividade do conhecimento em todo seu texto, chega mesmo a flertar com o relativismo. A própria noção de “determinação social do conhecimento sociológico” ficaria sujeita ao dilema do relativista, ou, como Popper prefere chamar, à “dupla personalidade intelectual”: num primeiro momento afirma-se que todo conhecimento sociológico é socialmente determinado e que, portanto, tais conhecimentos não podem pretender-se objetivos (personalidade intelectual 1); num segundo momento, finge-se que tal raciocínio não se aplica ao próprio pensamento, e que, portanto, ele pode ser considerado o retrato *objetivo* desta “realidade epistemológica” (personalidade intelectual 2).

Para não cair nesse raciocínio contraditório, Löwy pretende assentar a “objetividade do conhecimento” nas possibilidades estruturais dadas às perspectivas de classe. Assim, a classe operária, que seria a última classe, que pretenderia acabar com qualquer regime de dominação, necessitaria, *mais que qualquer outra*, da verdade, e seria dotada de uma “superioridade epis-

temológica” (Löwy, 1987, p. 200): “(...) o ponto de vista do proletariado é o horizonte científico de nossa época” (1987, p. 201).

As demais classes tenderiam, de uma forma ou de outra, a perder com a livre divulgação da verdade, pois seriam as beneficiadas com o sistema de dominação vigente. Assim, seu horizonte científico seria limitado em relação ao horizonte proletário. Criticarei essa proposta adiante.

Melhor opção fez, acredito, Pietro Rossi. Como esse autor parece querer defender a objetividade nas ciências sociais, ele trata de formular “regras estritas” para a utilização do que chamou de “pressupostos axiológicos” (ou valores), de modo a aprimorar as idéias weberianas. São elas:

- 1) é exigida a enunciação formal dos pressupostos;
- 2) as hipóteses de trabalho deles derivadas devem ser “postas à prova no curso da investigação”;
- 3) os modelos explicativos emergentes devem ser conservados ou descartados conforme a experiência.

Segundo ele, a primeira regra impede que se confunda pressupostos com a realidade; a segunda estabelece o caráter hipotético dos pressupostos; a terceira estabelece que a experiência “é de uma importância decisiva para a adoção ou o afastamento de uma hipótese explicativa” (1971, p. 68). Rossi acredita ter dado outra significação para a objetividade weberiana.

Primeiramente, analisarei a crítica que os autores fazem a Weber. Rossi, Saint-Pierre e Löwy a mim parecem estar equivocados quando dão pouca importância à distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da validação. Se os valores (ou “pressupostos axiológicos”) efetivamente influenciam a construção do objeto de pesquisa e mesmo das hipóteses iniciais – isto é, se realmente atuam no contexto da descoberta –, não há por que acreditar que tenham vez no momento de se sub-

meter à prova os resultados da pesquisa, p. tais resultados *não serão* analisados em um ambiente monista em termos de valores. É nesse sentido que Weber afirma que um conhecimento que se pretende válido deverá ser reconhecido como tal “mesmo por um chinês” – leia-se: mesmo por alguém que tenha outros valores (Weber, 1974, p. 23) –, ou “para todos os que querem a verdade” (1974, p. 66) – leia-se: independente dos valores que assumam para sua vida prática.

Além disso, as hipóteses históricas deverão ser “verificadas” empiricamente. E se Löwy está certo quando afirma que as questões feitas à realidade determinam as respostas que esta poderá dar, deve-se assinalar que essa determinação é “plástica”: limita *sobre* o que “será respondido”, e não *o que* se “responderá”. Popper percebe isso bem quando afirma que

(...) embora os fatos sejam coligidos com vistas à teoria, e a confirmem enquanto a teoria se mantiver de pé em face dessas comprovações, *são eles mais do que simplesmente uma espécie de repetição vazia de uma teoria pré-concebida.* (...)

... uma descrição científica dependerá em ampla escala de nosso ponto de vista, nossos interesses (...); mas *também dependerá dos fatos descritos* (Popper, 1980, p. 267. A ênfase é minha).

Assim, acredito que a distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da validação é a arma teórica weberiana que não permite que sua epistemologia naufrague diante das ameaças relativistas. Concordo com Parsons quando esse afirma que

(...) as bases de interesse em função das quais se projetam os problemas de uma ciência devem ser distinguidas cuidadosamente dos critérios aplicados no que se refere aos métodos utilizados para resolver tais problemas, e da validade das proposições formuladas a partir do emprego desses métodos (Parsons, 1971, p. 8).

Examinarei, agora, as “teorias epistemológicas” de Löwy e Rossi. A “teoria” da objetividade do conhecimento de Löwy não tem grandes atrativos, nem traz consigo motivos fortes para ser considerada ao menos um argumento razoável. Apesar de se basear em autores de peso (Lucien Goldmann, Adam Schaff...),¹⁵ apresenta um raciocínio tortuoso que consiste em basear a objetividade de uma teoria (no caso, da teoria marxista) em fatos apresentados pela própria teoria (como a “superioridade epistemológica da classe proletária”). O argumento é mais ou menos o seguinte: (a) pela *nossa* teoria, existem classes revolucionárias; (b) pela *nossa* teoria é a classe revolucionária que tem o privilégio da verdade (ou da verdade maior); (c) pela *nossa* teoria, a classe revolucionária atual é o proletariado; (d) então, pela *nossa* teoria, quem fala a verdade é o proletariado, ou melhor, aqueles que defendem seus *reais* pontos de vista – isto é, *nós*. Para que esse verdadeiro imperialismo epistemológico fosse completo faltaria apenas dizer que, dentre aqueles que estão conosco, percebem melhor a verdade aqueles que concordam comigo.

O próprio Löwy admite, ao cabo, que a adesão aos argumentos da sua “epistemologia” é uma questão de fé:

(...) eles são aceitáveis apenas para os que *já optaram*, para aqueles que já tomaram posição a favor do proletariado e do seu ponto de vista. Em outros termos: eles contêm um núcleo irreduzível de *fé*, ou mais precisamente, de *aposta histórica* sobre o papel emancipador do proletariado, sobre a sua

¹⁵Cf. Löwy (1987), Goldmann, *Les sciences humaines et la philosophie*; Adam Schaff, *Histoire et Vérité*. É dever elogiar o trabalho de Löwy pela gigantesca análise bibliográfica que faz, no mais das vezes, muito bem feita.

vocação universal e redentora (Löwy, 1987, p. 201. A ênfase está no original).¹⁶

Em relação às regras propostas por Rossi, considero-as corretas do ponto de vista metodológico, mas acredito que Weber as adiantou – e que, portanto, Rossi não deu “nova significação” alguma aos argumentos weberianos. Vejamos.

A exigência da enunciação formal dos pressupostos (primeira regra de Rossi) é muito próxima à exigência que faz Weber de distinguir entre o que é *norma* e o que é *fato* (Weber, 1992d, p. 370), o que é *juízo de valor* e o que é *juízo de fato* (1992b, p. 163). Mais precisamente, Weber admite que o cientista emita juízos de valor, explicitando, porém, “quais os padrões de valor com que se mede a realidade (...)” (1974, p. 25). A função declarada dessa primeira regra (impedir que se confunda pressupostos com a realidade) é fartamente cumprida por Weber, que inúmeras vezes faz questão de distinguir entre artefatos analíticos e realidade empírica (por exemplo, 1992d, p. 396; 1974, p. 83). Quanto às segunda e terceira regras de Rossi (pôr à prova as hipóteses e mantê-las ou descartá-las conforme a experiência), pode-se dizer que Weber também as adiantou: um conhecimento só pode ser considerado válido, como vimos, se “em caso de questionamento, saiu honroso da prova

¹⁶A teoria epistemológica de Löwy é, no meu entender, um claro exemplo de confusão entre a influência *lógica* dos valores na conformação da realidade e a influência *prática* dos valores (cf. mais acima). Assim, Löwy trabalha com conceitos como “classe operária” ou “interesses da classe operária” como se fossem claros o suficiente para deles não se exigir maiores predicados. Sua idéia de “interesses da classe trabalhadora” é ideal não no sentido *lógico*, pois, mas no *prático*: corresponde ela às aspirações políticas (legítimas, mas apenas *na política*) do autor.

(...)” (1992b, p. 202). Acredito, pois, que Rossi subestimou a relativa sofisticação da epistemologia weberiana.

Para finalizar este artigo, remeto a dois tópicos relativos às questões que tratamos em Weber. O primeiro diz respeito à neutralidade axiológica e à confusão que se faz entre esta e a objetividade do conhecimento. Para nosso autor, “A *ausência de doutrina* e a ‘objetividade’ *científica* não têm qualquer parentesco interno.” (1974, p. 26, ênfase no original). O autor apenas assinala que *a adesão desmedida a determinados valores pode inibir no cientista o necessário espírito crítico*.¹⁷ No mais, o fato de um conhecimento ser útil a uma camada ou classe social específica não quer dizer que membros de outras camadas ou classes não possam reconhecer-lhe a verdade.¹⁸

Por fim, trato sumariamente da “possibilidade objetiva”. Weber, como mencionado acima, não acredita que existam diferenças quanto a regras de validação entre as ciências sociais e naturais. Mas como Runciman argutamente assinala, para Weber, “o *critério de validade comum ao naturalista e ao sociólogo não pressupõe nem requer um procedimento comum a ambos*” (Runciman, 1976, p. 35, ênfase minha). Logo, a aceitação de um princípio de validação universal *não implica* aceitação irrestrita de técnicas derivadas das ciências naturais. Weber assinala que a história é um mau laboratório (1974, p. 94-6), e, na falta de uma ampla possibilidade de experimentações (existente de fato nas ciências natu-

¹⁷Cf., por exemplo, Weber (1982, p. 179), quando afirma que a adesão a valores religiosos implicam “sacrifício intelectual”.

¹⁸Runciman (1976, p. 75) também parece querer diferenciar a objetividade de um conhecimento de sua neutralidade axiológica: mesmo aqueles que não concordam com eventuais pressupostos ou derivações valorativas de um conhecimento podem concordar acerca de sua validade (ou o contrário).

rais), surge a idéia de possibilidade objetiva. Assim, na ausência de dados observacionais ou experimentais adequados,

(...) é avaliável apenas o procedimento perigoso e incerto do ‘experimento imaginário’ que consiste em imaginar certos elementos de uma cadeia motivacional e elaborar o curso da ação como ele provavelmente resultaria, chegando assim a um julgamento causal (Weber *apud* Hempel, 1965, p. 162).

Acredito, portanto, que Parsons (1968, p. 749) está certo quando considera a possibilidade objetiva como um “mecanismo de prova” ou “verificação” específico das ciências sociais. Tal mecanismo funcionaria da seguinte forma, p. monta-se um esquema explicativo hipotético em que se expõe o curso esperado dos acontecimentos caso os atores em questão tivessem se comportado racionalmente; compara-se tal esquema com o que de fato aconteceu. Se o que aconteceu é igual ao esquema, então o esquema está correto; caso contrário, procura-se o que pode haver mudado no esquema de forma a participar da explicação como causa.

(...) o único modo de chegar a um juízo sobre o significado causal de um fator é perguntar pelo que haveria sucedido se o fator não estivesse presente ou fosse modificado (Parsons, 1968, p. 751).

A presença de regras de validação específicas das ciências sociais, então, não se torna problema para uma epistemologia que, longe de deixar de reconhecer as especificidades substantivas que marcam as diferenças entre as ciências sociais e as naturais, fez perceber que a questão da objetividade do conhecimento tem determinantes gerais (o contraste entre a infinitude do real e a parcialidade – e finitude – do conhecimento) que independem de tais especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHN, Gabriel. *Sociologia, para ler os clássicos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- _____. *Crítica e Resignação: os fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- DIAS, Edumundo F. "Para uma Introdução à Reflexão Weberiana". *Textos Didáticos do IFCH*, nº1. Campinas, 1993.
- FLEISCHMANN, Eugène. "Weber e Nietzsche". In: Gabriel COHN (org.). *Sociologia, p. Para Ler os Clássicos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- HEMPEL, Carl G. "Typological Methods in the Natural and the Social Sciences". In: Carl G. HEMPEL. *Aspects of Scientific Explanation*. New York, The Free Press; London, Collier-MacMillan Limited, 1965.
- JASPERS, Karl. "Método e Visão de Mundo em Weber". In: Gabriel COHN (org.). *Sociologia, p. Para Ler os Clássicos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na teoria do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Léwy. São Paulo, Busca Vida, 1987.
- PARSONS, Talcott. *La Estructura de la Accion Social*. Madrid, Ediciones Guadarrama, 1968.
- _____. "Evaluación y Objetividad en el ámbito de las Ciencias Sociales: una interpretación de los trabajos de Max Weber". In: Talcott PARSONS (et alli). *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971.

- POPPER, Karl R. *A Miséria do Historicismo*. Tradução de Octanny Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix/Ed. da USP, 1980.
- _____. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Tradução de Octanny Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1989.
- RICKERT, Heinrich. "Max Weber's View of Science". In: LASSMAN & VELOGY. *Max Weber 'Science as a Vocation'*. London, Unwin Hyman, 1989.
- ROSSI, Pietro. "Objetividad Científica y Presupuestos Axiológicos". In: Talcott PARSONS (et alli). *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971.
- RUNCIMAN, W.G. *Crítica de la Filosofía de las Ciencias Sociales de M. Weber*. Mexico, Fondo de Cultura, 1976.
- _____. *Ciência Social e Teoria Política*. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.
- SAINT-PIERRE, Héctor L. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1991.
- SOARES, Jeferson B. *Sobre a Lógica da Ciência Social Teórica, p. uma apresentação das propostas de Karl Popper*. Dissertação de mestrado, FAFICH - UFMG, 1992.
- WEBER, Max. "A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais". In: *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- _____. "A Ciência como Vocação". In: GERTH E MILLS (org.). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
- _____. "Conceitos Sociológicos Fundamentais". In: *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed. da Unb, 1991.
- _____. "Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica". In: *Metodologia das Ciências Sociais*. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992a.

- _____. “Estudos Críticos sobre a Lógicas das Ciências da Cultura”. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992b.
- _____. “Stammler e a Superação da Concepção Materialista da História”. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992c.
- _____. “O Sentido da 'Neutralidade Axiológica' nas Ciências Sociais e Econômicas”. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. (2 volumes). São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992d.

MAX WEBER E A OBJETIVIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Carlos Vasconcelos Rocha

I

A história das Ciências Sociais é, em certo aspecto, a tentativa de reproduzir a objetividade alcançada pelas ciências naturais. Tal esforço não alcançou resultados satisfatórios e provavelmente nunca alcançará. O problema é que nas ciências sociais há uma identidade, ainda que parcial, entre o sujeito e o objeto: o processo de conhecimento científico é ele próprio um fato humano, histórico e social. Ao contrário, nas ciências naturais há um acordo real e implícito a respeito do valor, da natureza e do fim da pesquisa. Isto significa que o conhecimento adequado e eficaz nas ciências naturais é um ideal que não choca interesses e valores.

O dilema colocado para as ciências sociais é que se todo pensamento científico visa alcançar nas suas teses o valor de verdades objetivas, desafortunadamente o conhecimento do social tende¹ a ser impreg-

¹A influência dos valores nas ciências sociais é tida como maior ou menor conforme as posições epistemológicas dos autores. Mesmo para os autores positivistas, o problema da influência da subjetividade na pesquisa está colocada. Para estes, porém, há a crença na neutralização de tal influência.

nado pela subjetividade do cientista ou, em outras palavras pelos seus juízos de valor.

Um exemplo privilegiado de tal dilema pode ser encontrado nas obras de Max Weber, onde é clara a tensão entre objetividade e subjetividade ou ciências humanas e ciências naturais. A expressão que tal tensão toma na obra de Weber pode ser explicada, talvez, pelo contexto em que é escrita. Weber escreve em um ambiente de abalo na concepção positivista do mundo, onde já circulavam as idéias de Freud e Nietzsche, por exemplo, e onde a crença na ordem racional do mundo entra em crise e o fosso entre “world of being” e “world of meaning”, ou objeto e analista, parece intransponível (Kasler, 1979). Os parâmetros que informam o pensamento de Weber, portanto, são, de um lado, a busca do conhecimento objetivo, e, de outro, a sensação da impossibilidade de alcançar tal intento.

Este trabalho pretende abordar o tema de objetividade e da subjetividade nas ciências sociais, através da forma como Weber elabora a questão. Partiremos da hipótese de que a obra de Weber guarda com relação ao assunto uma incoerência interna. Buscaremos demonstrar tal afirmação através da análise comparativa de dois de seus trabalhos. Posteriormente, discutiremos os comentários de alguns autores sobre as idéias de Weber. E finalmente, entraremos no mérito das conclusões do autor.

II

Uma das manifestações, no trabalho de Weber, do tema da objetividade e subjetividade nas ciências sociais,² é o da relação entre política e ciência, cuja abordagem torna-se clássica na sociologia. Com o

² Weber utiliza, em suas obras, termos como “economia social”, “ciências históricas”, “ciências da cultura”, que podem ser tomados como equivalentes ao que hoje é denominado de ciências sociais.

“desencadeamento do mundo”,³ abalados os “mitos” e “ilusões” das explicações mágicas e religiosas, esvai-se o fator de suporte dos regimes políticos e aumenta a colisão de valores. Coloca-se a questão da indeterminação dos valores públicos e o problema das bases para a sua determinação. A relação entre poder e conhecimento torna-se trágica, dada a virtual legitimidade de uma ampla gama de valores. O predicado do mundo moderno é um mundo sem mito, onde a ciência derruba as formas de mitos do pensamento político e cria um fosso entre conhecimento e ação. Partindo destas idéias, Weber, em *A Ciência como Vocação*, procura distinguir as esferas da ciência e da política, do pensamento e da ação. Vejamos como procede.

A partir da abordagem comparativa do sistema universitário alemão e americano, sua estrutura organizacional e as condições materiais do exercício da ciência em ambos os países, Weber tece considerações sobre a ciência e sua relação com os valores ou a política. Afirma que as realizações científicas são voláteis, pois “toda realização científica suscita novas perguntas: pede para ser ultrapassada e superada” (1971, p. 164). É um fato a que se tem que resignar. O conhecimento busca sempre superar-se no sentido de um progresso que se faz *ad infinitum*. O que coloca a questão da significação da ciência. A ciência ganha significado, por um lado, visando finalidades práticas ou técnicas. Para o cientista, porém, que não encontra sentido em tal explicação – pois, faz sentido para os “homens práticos” – o que significa a ciência? É o que o autor busca responder.

³ Por “desencantamento do mundo” Weber designava a passagem de um mundo em que a explicação dos fenômenos da vida e da natureza tinha base religiosa, um mundo em que todas as coisas tendem a ser abordadas pelo cálculo racional. Neste sentido, a característica básica do mundo ocidental moderno é que os princípios racionais organizam e dotam de gerência as diferentes esferas da organização social.

O progresso científico é a parte mais importante do processo de racionalização do mundo moderno. Seu pressuposto é a idéia de que podemos dominar todas as coisas pelo cálculo, o que não indica, porém, um conhecimento maior das condições sobre as quais vivemos. Um selvagem, exemplifica Weber, tem um conhecimento muito maior sobre as ferramentas que utiliza, do que um passageiro tem sobre o bonde que o transporta (1971, p. 165).

Desta forma, depois de desaparecidas as ilusões da ciência como caminho para o verdadeiro Deus ou para a verdadeira felicidade, ela não responde a única pergunta importante para nós: o que deveríamos fazer e como devemos viver? Ou seja, não pode oferecer sentido à nossa vida ou, de outra forma, os valores pelos quais deveríamos pautar nossa ação.

Tal diagnóstico é a base para a cisão entre as esferas dos valores e da ciência, e para sua proposta de uma ciência livre de pressuposições valorativas. Transpostas tais constatações para a relação da política com a cátedra, o autor ressalta que é diverso o ato de tomar uma posição política prática da análise política propriamente dita. O que cabe ao professor, portanto, é a exposição isenta dos fatos, em seus diversos aspectos e perspectivas. Uma intervenção que caberia aqui, e cuja resposta buscaremos dar ao longo deste trabalho, é se tal proposição é possível de ser realizada.

Um desdobramento específico da proposta Weberiana é o argumento de que se a recusa em abordar os valores na sala de aula, por um lado, está fundada na posição de que estas transcendem a esfera da ciência, por outro lado, referindo-se ao caso alemão, justifica que na sala de aula os alunos não têm a permissão da palavra. Desta forma, os professores poderão expressar suas opiniões políticas apenas fora da sala de aula. Aqui Weber, ao buscar resguardar a igualdade das partes (alunos e professores) frente aos valores, comete um erro: ao invés de suspender a

discussão, numa situação em que uma das partes é privada da palavra, o necessário seria, ao contrário, inflá-la.

Apesar de propor a cisão das esferas dos valores e da ciência, Weber é ciente da complexidade de sua proposta. Isto fica claro quando ressalta o caráter subjetivo da ciência. Afirma que os pressupostos da ciência escapam ao seu controle. Por exemplo, o pressuposto de que vale a pena conhecer as leis dos acontecimentos cósmicos não pode ser validado cientificamente. Assim, a ciência se faz sobre a eleição de valores, baseados na sua significação, que não podem ser validados cientificamente. Ainda assim, afirma que “é, sem dúvida, possível que o professor individual não consiga eliminar totalmente suas simpatias pessoais” (1971, p. 173), mas sua tarefa é procurar fazê-lo.

Qual é a contribuição, então, que a ciência pode trazer para a vida prática? Segundo Weber, pode contribuir fornecendo tecnologia, oferecendo métodos de pensamento e, finalmente, permitindo a clareza. Explica que as atitudes possíveis diante da vida são várias e inconciliáveis, sendo que a luta entre os valores nunca chega a uma conclusão. Este relativismo redundando na situação onde a necessidade de escolha entre a gama de valores possíveis é um imperativo. Como a ciência não pode ser parâmetro para orientar tal escolha, fica retratada a situação de abandono típica da filosofia existencialista. Diante de tal situação, o que a ciência pode oferecer são os instrumentos ou métodos para averiguar se, ao implementar-se uma convicção, os meios inevitáveis compensam dada decisão. Desta forma, a ciência “livre de pressuposições” deve servir às pessoas, independente das perspectivas em que estas últimas se encontram (tanto a um católico, como a um maçom, por exemplo). O valor do fim em si não entra nas considerações da ciência, ou seja, a base valorativa de uma posição não pode ser julgada objetivamente.⁴

⁴ Ver crítica sobre a posição de Weber em Aron (1986).

A ciência, portanto, não é capaz de dar resposta a que valores eleger – não o cientista, mas o líder carismático é que pode cumprir esse papel –, constituindo-se apenas em “uma ‘vocação’ organizada em disciplinas especiais a serviço do auto-esclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados” (Weber, 1971, p. 180). O papel do cientista é, segundo suas palavras,

“forçar o indivíduo, ou pelo menos ajudá-lo, a prestar a si mesmo contas do significado último de sua própria conduta (...). E creio que ele estará mais capaz de realizar isso na medida em que evitar conscienciosamente o desejo de impor ou sugerir, pessoalmente, à sua audiência a posição que tomou” (Weber, 1971, p. 179).

Paradoxalmente, apesar de aceitar que a ciência se assenta em pressupostos que não podem ser fundados cientificamente, Weber afirma que ao se eleger a ciência é dever ético sustentar a integridade intelectual. Traduzindo em termos práticos, Weber resolve a tensão entre valores e ciência ou, mais especificamente, entre política e ciência defendendo, em resumo, que:

- os cientistas sociais devem reprimir toda a afirmação de valor na prática de sua profissão ou quando publica os resultados do seu trabalho;
- o cientista social não deve professar nenhum tipo de avaliação moral ou estética (“avaliação” no sentido de distinguir objetivamente entre o verdadeiro e o falso é permitido);
- as éticas que regem as esferas da ciência e da política são incompatíveis;
- todos os valores políticos e éticos concebíveis (liberdade, igualdade e justiça) são de igual valor, não cabendo à ciência concordar em sobrepor um sobre os outros;
- valores e avaliação dos atores sociais não são assunto da ciência social.

III

Descritos os postulados que devem orientar as ciências sociais, nota-se que a idéia forte é de uma ciência livre de juízos de valor. Temos aí um ponto de contato entre Weber e os positivistas. Porém, não vai além disto. O limite de tal relação fica bastante claro quando Weber explicita seus princípios epistemológicos, em texto escrito cerca de quinze anos antes de *A Ciência como Vocação*. Em *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais*, o autor aborda duas questões interrelacionadas: tenta responder em que medida a afirmação de valores continua a manter-se no terreno da ciência e em que sentido existem verdades objetivamente válidas no âmbito da vida cultural. Busca, em outras palavras, abordar um tema bastante debatido na época, ou seja, a relação entre ciências naturais e sociais. Seu objetivo é delimitar a esfera da ciência da do juízo de valor. Veremos que se certa dubiedade já aparecia internamente ao texto tratado no tópico anterior, quando o comparamos com as elaborações epistemológicas de Weber, a sua postulação de uma ciência livre de juízos de valor fica de difícil sustentação.

Inicia seu trabalho afirmando as mesmas idéias que reelabora uma década e meio depois. Os valores são de natureza polêmica e não têm nenhuma medida objetiva ou estatuto científico. Segue-se, portanto, a necessidade de distinguir claramente entre reflexão científica e expressão de vontade. Não que não se deva eleger valores, o que Weber repele é a mistura de “ciência dos fatos” e “raciocínio axiológico”.

Reconhece, porém, que tal empreitada é complexa. Numa demonstração de ambigüidade, afirma que a tomada de posições valorativas em relação aos problemas práticos não podem ser completamente sufocadas, mesmo ao nível de pesquisa puramente teórica (Weber, 1968, p. 28). Porém, apesar do fato de que “as concepções pessoais do mundo costumam intervir ininterruptamente na argumentação científica” (1968, p. 17), o cientista deve esforçar-se no sentido da maior ‘objetividade’.

A contradição de Weber se mostra mais clara quando busca definir a natureza do objeto da ciência social. Ao contrário de Marx e Durkheim, por exemplo, para Weber os fatos não têm o *status* epistemológico de realidades que transcendem a consciência dos sujeitos. Enquanto o “fato social” (Durkheim) ou a “condição material” (Marx) se impõe ao arbítrio das pessoas, para Weber a realidade não transcende a consciência dos atores nela envolvidos: a vida se manifesta em nós sob uma infinita diversidade de acontecimentos sucessivos e simultâneos, que aparecem e desaparecem. Segue-se que “não existe qualquer análise científica ‘objetiva’ da vida cultural, ou das ‘manifestações sociais’ que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais” (Weber, 1968, p. 46)

Então, enquanto para Marx e Durkheim, a despeito de suas diferenças, a realidade se apresenta objetivamente fora do sujeito, dependendo de um enfoque cognitivo adequado para ser captada, para Weber o analista é parte ativa na constituição do próprio objeto. Isto porque

“todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizada por um espírito humano finito se baseia na premissa tácita de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto de compreensão científica, e de que só ele será essencial no sentido de ser digno de ser conhecido” (Weber, 1968, p. 48).

A pergunta que brota imediatamente é sob que princípio se escolhe esses fragmentos? A realidade vira objeto na medida em que possui *significação* para o analista, responde Weber. A significação da estrutura de um fenômeno cultural pressupõe a relação do fenômeno com idéias de valor: estas são, premissas para que algo se torne objeto de análise (1968, p. 54). E a significação não interfere apenas no recorte do objeto. Na explicação causal, o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, sendo

impossível realizar a regressão que esgote o universo causal envolvido em um fenômeno. Então, também na imputação das causas de um fenômeno, deve-se escolher determinados aspectos de uma realidade infinita.

Dada a situação caótica da realidade, Weber vai propor o conceito de “tipo ideal” como instrumento para permitir a investigação e compreensão objetiva dos fenômenos sociais. A realidade social só pode ser conhecida quando aqueles traços seus que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, visando permitir clareza na formulação das questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados. Um “tipo ideal” consiste, pois, em enfatizar mentalmente determinados traços da realidade até concebê-los na sua expressão mais pura, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. É um conceito puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de estabelecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes – importantes aqui no sentido de sua relevância significativa para o analista.

A epistemologia de Weber resulta, em sua busca de “destacar a linha quase imperceptível que separa a ciência da crença” (1968, p. 108), na idéia de que cabe a ciência fornecer “conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido” (Weber, 1968, p. 108). É que a possibilidade de conhecimento nas ciências sociais “se liga à utilização ininterrupta de pontos de vista de caráter especificamente particular que, em última análise, se encontram alinhados sobre ideais de valor” (Idem, p. 108).

Apesar da objetividade nas ciências sociais só ser possível se fundada em bases axiomáticas valorativas, isto não implica a impossibilidade de sua validade (1968, p. 109).

Deixando de lado a análise mais detida da dubiedade das afirmações Weberianas, vale algumas breves palavras sobre sua tese central. O

objetivo não é criticar a forma como Weber encara o objeto das ciências sociais. Em relação a Marx e Durkheim, por exemplo, as idéias de Weber referentes ao assunto são muito mais elaborados e plausíveis. Ao contrário, pode-se afirmar que, no geral, as idéias de Weber sobre o conhecimento nas ciências sociais são irrefutáveis. O problema que se deve destacar é a total falta de compatibilidade da sua proposta de uma ciência “livre de valores”, com sua epistemologia. Tal proposta enquadra-se muito melhor na epistemologia de Durkheim e mesmo, em menor grau, na de Marx. Se não há um mundo objetivo a ser captado de forma isenta, como propor que o conhecimento não traga implícito em suas conclusões os valores que informam toda a problemática inicial? Vejamos como outros autores abordam estas questões.

IV

A contradição revelada por Weber no tratamento da relação entre ciência e valores, naturalmente não passa despercebida a outros autores. Aron, por exemplo, busca apontar contradições na obra do autor alemão. Chama a atenção que quando Weber caracteriza o chefe carismático em contraposição ao demagogo, ressaltando seu respeito pelo primeiro e o sentimento oposto em relação ao outro, está professando juízos de valor que ignora em sua epistemologia explícita. No mesmo sentido, Mészáros vai apontar no “caráter inteiramente estático dos tipos ideais de Weber” uma fonte de juízos de valor (Mészáros, 1993, p. 31). Por exemplo, a burocracia por ser indispensável à sociedade moderna não pode assim ser considerada indefinidamente.

O próprio Aron busca, de forma implícita, se valer da contradição Weberiana. Ao se defrontar com uma crítica à posição de Weber de retirar os juízos de valor da esfera da ciência, afirma:

“na narração ou interpretação dos acontecimentos ou das obras o historiador não pode deixar de incluir juízos de valor, na medida em que estes são internos ao universo da ação e do pensamento, constitutivos da própria realidade” (Aron, 1986, p. 46).

Ou seja, expressa uma posição que refuta a idéia Weberiana. No entanto, ressalta adiante que sua crítica a Weber é suscetível de ser integrada no pensamento do autor alemão. E, na verdade, o é; dada a convivência de afirmações contraditórias em sua obra.

Vejamos, porém, com mais vagar, a explicação que Gouldner oferece para tal dubiedade e as críticas que faz à proposição Weberiana. Seu enfoque não visa a lógica do argumento de Weber, mas baseia-se na abordagem típica da sociologia do conhecimento. Inicia lançando mão da figura do minotauro como forma de expressar a tentativa, que considera absurda, de cindir o homem de valores do homem de ciência. E os motivos que fizeram com que Weber desse vida a esse ser mitológico eram eminentemente práticos. O cerne da tese do autor é o seguinte:

“A necessidade que uma ciência social axiologicamente neutra supre é tanto pessoal quanto institucional. Resumidamente, minha tese é que entre os principais fatores de sobrevivência e difusão do mito do *value-free* está sua função de manutenção da coesão e autonomia da universidade moderna, em geral, e da disciplina da ciência social, em particular. É fácil demonstrar que estes estavam entre os motivos originais que induziram Max Weber a formular a concepção de uma sociologia livre de juízos de valor” (Gouldner, 1992, p. 6-7).

Na universidade alemã, o fato de que os professores que expressavam valores obtinham mais alunos, e em conseqüência maior remuneração, redundava em que os professores atrativos eram privilegiados e os bons professores penalizados. Ao buscar retirar os valores da esfera da ciência, Weber estava, segundo Gouldner, buscando restringir a competição dentro da universidade e com isto promover um ambiente

de paz. Ou seja, “sob essas condições históricas, a doutrina do *value-free* era uma proposta que visava uma trégua acadêmica” (Gouldner, 1992, p. 8).

Além disto, prossegue o autor, Weber temia que a expressão de valores políticos na universidade implicasse em censura do Estado e perda da autonomia universitária. Visava, portanto, despolitizar o ambiente acadêmico, o que, de resto, estava de acordo com o nacionalismo Weberiano, cujo objetivo era o fortalecimento do poder do Estado Alemão.

Para Gouldner, o resultado da proposta de Weber foi paradoxal. Por um lado, permite o aumento da autonomia da Sociologia, que se liberta de constrangimentos impostos pela sociedade: na Europa da influência dos partidos políticos, e nos EUA do Poder Executivo. Ajuda, assim, a demarcar o campo das ciências sociais dos interesses políticos, por exemplo. Por outro, porém, cria condições para a desorientação de padrões e indiferença moral. Torna-se álibi para que alguns aproveitem para perseguir seus impulsos privados e omitir-se das responsabilidades públicas, sob a capa do profissionalismo e anticriticismo que escondem interesses privados e egoístas. É o caso característico dos EUA, por exemplo.

Em caráter mais geral, Gouldner afirma que a perspectiva de Weber descansa sobre o dualismo entre, de um lado, razão e racionalidade, personificada na burocracia e ciência e, de outro, nas forças emocionais mais elementares, expressada na noção de carisma. Weber vê estas forças como inimigas entre si e, ambas, ao mesmo tempo necessárias e perigosas. A razão e a emoção são dois pólos considerados por Weber que, no entanto, não consegue relacioná-los. Busca, então, resolver o dilema pela estratégia da segregação, através da exclusão da irracionalidade carismática das modernas instituições, como a universidade. Mas, por outro lado, admite e exalta estas manifestações na vida pessoal e íntima dos

indivíduos. Ao buscar solução para a competição da razão e fé, propõe a autonomia de ambas as esferas.

Gouldner afirma que Weber acerta ao levantar o problema, mas discorda da solução que oferece. Indaga, com razão: se os sociólogos devem evitar expressar seus valores pessoais na sua cátedra, como então os estudantes se defendem contra a influência inconsciente que esses valores fornecem quando estão na base da seleção dos problemas, hipóteses e esquemas conceituais? Propõe, corretamente, que se deve expor claramente como a ciência é feita, e não mitificá-la. Além da proficiência técnica do estudante, deve-se atentar para o seu senso moral. Não se trata de minimizar a objetividade científica, mas insistir que ela difere radicalmente de uma moral indiferente.

Em que pese o acerto da conclusão geral de Gouldner, seu texto merece alguns reparos. Em primeiro lugar, este autor não se preocupa em indicar os fundamentos de suas conclusões sobre as intenções ou objetivos de *A Ciência como Vocação*. Aí deve-se ressaltar a contradição dos objetivos de Weber, na versão de Gouldner, com o próprio conteúdo de seu trabalho. Caso seja verdadeira a tese de Gouldner, Weber estaria agindo na esfera da ciência segundo a ética própria da esfera política, ou seja, a ética de resultados. O texto objetivaria não verdades científicas, mas sim causar certos efeitos práticos. A pergunta que fica é: será que Weber utilizaria o artifício que critica no próprio texto?

Finalmente, cabe notar que os efeitos da proposta de uma ciência neutra de valores apontados por Gouldner são interessantes e provavelmente reais, mas deve-se ressaltar que não têm ligação necessária com as intenções iniciais de Weber. As afirmações de Gouldner valem apenas no sentido de mostrar como certas posturas epistemológicas podem servir para legitimar certos interesses.

V

Como vimos, Weber concebe a realidade como infinita. Sendo assim, ao selecionar os aspectos da realidade que irão conformar o objeto de análise e as questões cujas respostas deverão ser dadas, o que orienta o trabalho científico são os valores do pesquisador. Contraditoriamente, porém, Weber afirma que no momento da resposta a ciência social deve ser axiologicamente neutra ou livre de juízos de valor, orientando-se por regras objetivas e universais. Ou seja, tenta conciliar pressupostos subjetivos da pesquisa com resultados objetivos.

A verdade é que os juízos de valor encontram-se tanto na seleção do objeto e da problemática como na resposta oferecida. Isto porque a própria problemática já define, em boa medida, o conteúdo da investigação científica, pois a formulação da pergunta contém, em certo sentido, a própria resposta. Nestes termos, se os valores estão implícitos na formação dos tipos ideais, é natural que influenciem também o resultado final do trabalho científico.

Weber reconhece o problema de forma tímida. Afirma que as concepções pessoais intervêm a todo o momento no trabalho das ciências sociais. A forma que encontra para escapar a esta constatação, no seu intento de defender a ciência axiomáticamente neutra de valores, é tomar tal interferência como fraqueza humana. A solução que oferece é recomendar o autocontrole científico, o que é frágil, pois não oferece nenhuma concepção metodológica que sustente tal objetivo. Ironicamente, Weber tenta se livrar de um aspecto do trabalho científico que ninguém melhor do que ele próprio demonstrou em suas idéias sobre epistemologia das ciências sociais.

O que Weber faz bem é expressar um dilema, que pode ser colocado, de um lado, na situação do analista que registra a realidade tal qual ela é, em sua pureza objetiva, e, por outro lado, o objeto do

conhecimento resultando do arbítrio soberano da subjetividade do sujeito cognoscente, ou em sentido figurado, uma espécie de autismo intelectual. É óbvio que os extremos não são convincentes, mas ilustram de alguma forma componentes que estão presentes na investigação científica e que têm de ser compatibilizados de alguma forma: o objetivo e o subjetivo, a ciência positiva e os julgamentos de valor.

A solução que Weber oferece para tal dilema não é a mais recomendada. Propõe a cisão das esferas dos valores e da ciência, que por princípio teimam em se contaminar. Utilizando a imagem proposta por Gouldner, propõe a criação de algo fictício: o minotauro. Porém, está certo em seu esforço de buscar a maior objetividade possível. Apenas o caminho é que cremos não ser o melhor. Ao invés de buscar negar a realidade, deve-se portanto, é clarear a perspectiva a partir da qual construímos o trabalho científico. Ou seja, devemos ter a consciência possível do que significam nossas questões e problemas. Por outro lado, a busca de um grau maior de objetividade depende da livre circulação das idéias científicas que, ao exigir que os postulados científicos sejam colocados de forma objetiva e que os valores envolvidos sejam contrapostos a outros, acabam por possibilitar consensos e expor fragilidades lógicas de certas pressuposições ou explicitar valores que se escudam no rótulo de ciência.

Qualquer ciência, então, é função de duas variáveis: a busca da adequação conceitual visando captar problemas relevantes de um ponto-de-vista extracientífico, e a busca da precisão na definição do sistema de pensamento e da relação entre os conceitos estabelecidos. Por outro lado, a preocupação excessiva com a procura da objetividade redundante em classificação de coisas irrelevantes e, por outro, a preocupação extrema com a relevância social ou normativa leva ao desprezo pelos procedimentos de verificação, confirmação e consistência (Schwartzman,

1971). O ideal é alcançar o máximo de objetividade com o máximo de relevância.

Há, assim, relação entre conhecimento comum e conhecimento obtido pelo método científico. A melhor forma de abordar tal relação é assumir o fato de que ambos os conhecimentos se influenciam. O conhecimento científico nega ou corrige o conhecimento comum, e este incorpora alguns resultados daquele. cremos, pois, que a solução para a dicotomia ciência e valores não é tentar cindir os dois aspectos, mas relacioná-los dialeticamente. Na verdade, há relação sociológica entre fatos e valores. O conhecimento dos fatos pode levar a opções políticas ou morais e estas, por outro lado, estão presentes na abordagem dos fatos.

Pode-se concluir, então, que todo o conhecimento humano guarda seus laivos de subjetividade. As teses teóricas são sempre socialmente condicionadas mas, apesar disto, têm o valor de verdades relativas, – ninguém melhor que Weber mostrou a impossibilidade de verdades absolutas. São, portanto, verdades que buscam o maior grau de objetividade, susceptíveis de se desenvolverem e aperfeiçoarem, tanto mais, quanto maior e mais livre é o debate entre os participantes do jogo da ciência.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, R. "Introducción". In: Weber, M. *El político y el científico*. Madrid, Alianza Editorial, 1986.
- GOULDNER, A. W. *For Sociology: Renewal and critique in sociology today*. New York, Basic Books Inc. Publishers, 1992.
- KASLER, D. *Max Weber: An Introduction to his life and Work*. The University of Chicago Press, 1979.

- LASSMAN, P. e VELODY, I. *Max Weber's: "Science As a Vocation"*. London, Unwin Hyman, 1989.
- LÖWY, M. *Ideologia e Ciência Social*. São Paulo, Cortez Editora, 1986.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo, Ed. Ensaio, 1993.
- SCHWARTZMAN, S. *O dom da eterna juventude*. Revista Dados, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1971.
- WEBER, M. *A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1968.
- _____. "A ciência como vocação". In: Weber, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

BISMARCKISMO E BONAPARTISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICA E SOCIEDADE EM MAX WEBER E KARL MARX

Hildemar Luiz Rech

APRESENTAÇÃO

No presente texto apresentamos algumas breves considerações a respeito da compreensão que Max Weber e Karl Marx expressam sobre a esfera do Estado e da Política no contexto da sociedade burguesa. Quer dizer, procuramos analisar as concepções que ambos os autores apresentam sobre a trama de relações sociais de poder e sobre o caráter das organizações políticas que conformam a sociedade moderna. De Weber analisamos as suas definições sobre o Estado, a Burocracia, o Governo, o Parlamento, a Democracia e o Bismarckismo. De Marx fazemos um apanhado de sua compreensão da “Superestrutura Política” e do Bonapartismo a partir de sua obra “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, na qual o autor aborda a dinâmica do processo político no contexto da sociedade capitalista francesa de meados do séc. XIX.

Para elaborar este artigo nos apoiamos também em ensaios e teses de outros autores que analisam as obras destes dois grandes mestres da sociologia e da teoria política.

Por fim, convém destacar que no presente trabalho, embora estabeleçamos comparações entre os pontos de vista dos dois autores durante o texto, apresentamos também uma parte final em que fazemos um esforço de balizamento dos principais focos comparativos de ambos. Portanto, como conclusão do trabalho vale o cotejamento explícito entre os enfoques de Marx e Weber que estabelecemos na última parte deste ensaio, intitulada “Considerações Finais”.

I. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO, A POLÍTICA E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE EM MAX WEBER

A DEMOCRACIA PARLAMENTAR, A DEMOCRACIA PLEBISCITÁRIA, A RACIONALIDADE BUROCRÁTICA E O BISMARCKISMO EM MAX WEBER

Para iniciar nossa reflexão sobre uma das contribuições de Max Weber ao pensamento político moderno convém destacar que este autor clássico, em seu tempo, é o que melhor percebe as raízes profundas do dilema entre democracia política e racionalização burocrática. Esta última, pautada na ação racional voltada a fins, é efetivada através da mediação de enormes e complexas organizações burocráticas de ordem econômica, política e cultural – em nível do Estado e da Sociedade – e é coordenada pelo domínio crescente de especialistas e burocratas, tendendo, segundo o autor, a representar uma ameaça à liberdade individual e às relações sociais marcadas pela tradição, pela solidariedade e pela magia.

Entretanto, em sua luta para resistir à avalanche da “racionalidade instrumental” da burocracia, dentro do seu enfoque marcado pelo “realismo político”, Weber vislumbra apenas duas opções políticas para a sociedade burguesa: a democracia parlamentar ou a democracia plebiscitária. A democracia direta e a democracia participativa são vistas por ele, neste sentido, como duas vias difíceis e praticamente impossíveis de se concretizar no contexto da sociedade moderna. Weber também descarta todas as formas de governo monárquico, por estas representarem configurações políticas ligadas a uma realidade social já ultrapassada.

As construções culturais de uma sociedade – expressas na religião, na ética, na ciência e mesmo na arte – são visualizadas por Weber como essenciais para se captar o próprio caráter desta sociedade. Por outro lado, embora o autor tenha reconhecido a existência das classes, ele não vê nelas categorias sociais antagonicamente postas no sentido econômico, político e histórico. Weber, portanto, ao contrário de Marx, apresenta divergências em relação à idéia de que a presença social das classes constitui o fator determinante na dinâmica da sociedade.

Aliás, ao invés disso, o autor concebe a relação entre sociedade e história e sociedade e política através de suas formas “ideal-típicas” de dominação social. Contudo, os tipos de dominação legítima – o tradicional (patrimonialista), o carismático e o burocrático-legal – não representam uma sucessão evolucionista. Ao contrário, são vistos como sendo reiterativos, entrelaçados e nunca como puros em nível do real. Mesmo assim, os “tipos ideais” weberianos, têm uma determinada correspondência com os patamares de diferenciação, de autonomização (dissociação), de complexificação e de racionalização da sociedade.

Quer dizer, do ponto de vista weberiano, a sociedade moderna e capitalista tende a se caracterizar fundamentalmente pela forma da dominação racional-legal burocrática, a qual, na melhor das hipóteses, é complementada por uma democracia representativa em nível político. A

propósito, conforme Weber, a racionalização na sociedade moderna não tende apenas a se manifestar nas configurações de governo e em nível da administração estatal, mas também tende a se desenvolver, em escala crescente, nas demais formas de organização social e econômica, como as empresas, os partidos, o parlamento, as igrejas e os sindicatos.

O tipo de dominação racional-burocrático envolve a adequação racional de meios a fins e se desenvolve preferencialmente no contexto de uma sociedade moderna que compreende, ao mesmo tempo, um progressivo processo de secularização social; uma crescente diferenciação e autonomização das esferas do social; uma crescente individualização; uma universalização do processo de mercantilização; uma institucionalização do contrato e do direito racional; uma implementação universalizante do trabalho assalariado; uma crescente divisão social do trabalho; a instauração de uma prática administrativa e econômica marcada pela contabilidade, pelo cálculo, pela busca da rentabilidade máxima; a especulação financeira na bolsa de ações e a metamorfose cada vez mais abstrata do dinheiro.

Portanto, embora Weber apresente uma compreensão antievolucionista dos seus tipos de dominação, ele contudo vê alguma imbricação entre a forma como se apresentam estes últimos e os níveis de complexificação da sociedade. Assim também as formas de governo estão articuladas privilegiadamente com determinado tipo de dominação social, mais do que com os outros tipos. Em consequência, os tipos de dominação social e as formas de governo são portadores de um certo lastro histórico, na medida que tem mais possibilidades de desenvolvimento em determinado contexto histórico-social do que em outro.

Da mesma forma, a instituição do Parlamento – concebida, ao mesmo tempo, como um contrapeso e um complemento (inseguro e incerto) do Estado racional-burocrático (irreversível) na sociedade capitalista – é entendida pelo autor como uma instituição própria do mun-

do moderno. Mas não só a democracia parlamentar, porém também as formas de democracia plebiscitária – que conforme Weber, não compreendem apenas a existência de um dirigente carismático plebiscitário, mas também supõem a existência de grandes massas humanas (nem escravos e nem servos) com seus direitos políticos mínimos e integradas sob a base de um território comum de livre circulação – representam formas modernas de governo.

A democracia direta e a democracia participativa, por sua vez, são vistas pelo autor como sendo mais propícias às pequenas comunidades e às cidades-estado do que às modernas sociedades de massas.

Dentro do contexto das sociedades marcadas por um processo de complexificação e de racionalização social, Weber vislumbra um futuro de relações sociais diferenciadas e dissociadas, dificilmente sujeitas a grandes transformações revolucionárias. Portanto, o prognóstico do autor em relação ao destino da sociedade moderna é repleto de ceticismo e de pessimismo.

Embora sendo um liberal assumido, Weber, em sua época, como defensor do Estado nacional burguês, também se inclina à defesa do imperialismo (alemão), por considerá-lo imprescindível para a sociedade nacional e de massas, no sentido da consolidação da democracia política burguesa (na Alemanha). Aliás, a propósito, foi em fins de séc. XIX e inícios do séc. XX que as massas garantiram para si, pela primeira vez na história, uma presença constitucional nos marcos da sociedade burguesa. Conquistaram uma nova legislação social, o direito ao voto universal – com exceção das mulheres – e, portanto, o direito, embora restrito, da participação política, em quase toda a Europa. Quer dizer, ao lado dos avanços obtidos no terreno da legalidade também foram se constituindo e consolidando movimentos sociais e sindicais e partidos políticos populares e socialistas que não apenas começaram a representar as massas, mas que propiciaram a sua intensa participação política.

Tendo diante de si este caldo histórico-social é que Weber faz uma revisão das tentativas democráticas postas em prática por diferentes sociedades burguesas, procurando não apenas delimitar as condições que se impõe para que prosperem tais ensaios de democracia política, mas tentando também precisar as restrições e os limites que se apresentam para tais tentativas.

Neste sentido, na abordagem que faz da democracia política, Weber torna-se partidário de um enfoque de análise marcado pelo “realismo político” que mais se preocupa com o papel desempenhado pelas elites, pelas instituições, pela violência e pela coerção nas formas de dominação e de exercício da política do que com o papel desempenhado pela participação popular, pelos movimentos sociais e políticos, pelo consenso e pelas práticas hegemônico-persuasivas no processo social e na história. A propósito, Weber, ao lado de outros expoentes filosóficos e teóricos como Maquiavel, Hobbes, Bodin, Burke, Madison e De Tocqueville, se situa dentro da concepção do “realismo político”.

Weber, ao contrário de Marx, não parte da idéia de que a democracia política constitui um invólucro natural do capitalismo, sua forma lógica de domínio. Enquanto para Marx, a democracia burguesa tende a igualar os indivíduos no plano jurídico quando são profundamente desiguais no plano econômico-social capitalista, na concepção weberiana, de modo distinto, a cristalização da democracia parlamentar, como qualquer outro tipo de democracia na sociedade burguesa, depende de uma série de transformações, de processos prolongados e conscientes (Cf. Lerner, 1993).

Além disso, Weber é testemunho de um contexto histórico europeu, principalmente alemão, onde as burocracias ocupam uma posição de supremacia frente as instituições representativas. Alterar esta tendência de domínio unilateral da administração, do executivo e da burocracia sobre a representação parlamentar é para o autor uma condição ne-

cessária para poder-se encaminhar uma democracia parlamentar. Neste empreendimento político, o Parlamento deve controlar o modo como a administração emprega o dinheiro do Estado. Quer dizer, é preciso que o Parlamento exija contas dos poderosos funcionários burocráticos e que tenha a autoridade de expulsar os funcionários incompetentes e corruptos, colocando freios ao poder despótico da burocracia. Portanto, na concepção weberiana, é da engrenagem do Estado mesmo, e não de forças sociais como os empresários, a Igreja e, menos ainda, dos assalariados, que deve surgir uma instituição capaz de controlar os excessos do domínio burocrático. Esta instituição para Weber é o Parlamento.

O Parlamento deve ser impulsionado a partir de partidos racionalmente organizados visando controlar e conter efetivamente o poder da burocracia. Neste sentido, o pluripartidarismo se torna, para Weber, fundamento e requisito da democracia parlamentar. Mas um Parlamento incorporando partidos com ideologias “propositivas” distintas que, sem submeter-se aos dogmas partidários e sem cair em estéreis discussões de mero procedimento, num ambiente aberto se constitua num espaço que propicie a seleção de qualificados líderes políticos, que propicie o compromisso entre partidos em torno de uma efetiva concertação de posições políticas diversas, que chegue a soluções de fundo em torno dos grandes problemas nacionais e que se apresente como um importante instrumento de racionalização menos burocrática da economia capitalista.

A propósito, no campo da política parlamentar, os intelectuais constituem, para o autor, um extrato social importante, na medida que são a garantia de uma mentalidade mais aberta, com certa capacidade de possuir informações e cultura, o que os credencia como homens idôneos para desempenhar uma função consultiva na democracia parlamentar.

Não obstante ter destacado a intelectualidade como uma importante categoria social na política, Weber, todavia, mostra-se consciente

dos limites que a acompanham. Em sua concepção este grupo social é mais propenso a defender a verdade dos fatos do que a eficácia, esta última considerada pelo autor o valor último da política. Por isso, ao Parlamento não só devem ser incorporados os intelectuais mas nele também devem estar representadas as massas, na medida que estas começam a organizar-se politicamente como símbolo da nova democracia que emerge historicamente. Por conseguinte, também é importante que o Parlamento aborde a problemática social, de modo tal que se avoque a discutir os problemas vitais de sobrevivência das massas, tais como o suprimento alimentar, a moradia e a saúde, mas sem apanhar questões atinentes à configuração das relações sociais de produção e ao antagonismo social de classes.

Embora Weber apresente restrições à democracia parlamentar enquanto democracia política e não estabeleça uma relação de necessidade entre Parlamento e Democracia, ele, contudo, não reduz a dinâmica parlamentar a uma mera ilusão política. Todavia, para o autor, a democracia parlamentar não pode ser sinônimo de governo do povo, nem sinônimo de uma situação intermediária que conduza este último ao poder, pois isto implicaria a destruição do capitalismo. A democracia parlamentar deve ser um meio e uma forma de organização política que contribua no sentido de que o povo se eduque e se politize para que compreenda e se faça, neste sentido limitado, partícipe da política e da administração e para que possa opinar e até intervir em atos de governo por mediação de seus representantes, presentes no Parlamento.

Com estes argumentos, Weber evidentemente não defende outra coisa que uma democracia liberal para o capitalismo, onde o indivíduo conserve uma série de direitos: o direito a informar-se, a opinar, a organizar-se e a intervir minimamente na política. Entrementes, o autor também é contrário a que se outorgue qualquer poder político direto às massas, nem mesmo sob a forma de democracia participativa, pois su-

põe que uma intervenção direta destas na política implica em ampliar o espaço das paixões, da emotividade e da irracionalidade. Quer dizer, na atividade política, sempre deve predominar o princípio do pequeno número, pois este traço elitista se constitui, para o autor, algo impossível de ser eliminado nos Estados de massas.

A propósito, Weber reconhece na democracia parlamentar inglesa, através da ação eficaz do gabinete, um grande exemplo de sucesso. Como observa Lerner:

“A exigência de um gabinete na qualidade de comitê do partido majoritário e de instância política que intervém secretamente nas decisões, é elemento chave na maturidade do parlamentarismo. Através do gabinete os políticos verdadeiramente representativos que se formam e socializam no partido majoritário chegam a controlar a burocracia e instrumentalizam, com maior liberdade, uma política externa mais flexível e imaginativa. No gabinete, Weber percebe a possibilidade real de que a policéfala assembléia do parlamento pode condensar-se e tornar-se um órgão eficaz, regido pelo princípio do pequeno número” (Lerner, 1993, p. 37).

No que concerne à Alemanha de Bismarck, Weber, ao mesmo tempo que externa um fascínio e uma admiração por aquele que ele chama de “criador do Reich” (do império), de “intelecto sofisticado”, de “gênio” – que para o sociólogo se destaca por apresentar uma mescla de violência e astúcia, por seu espírito nacionalista, pela sua habilidade diplomática, pelo seu carisma de liderança cesarística –, ele também lamenta o tipo de política nacional desenvolvida por este mesmo Otto Von Bismarck, ao este fazer de tudo para impedir a consolidação de qualquer partido forte e independente e de um parlamento politicamente potente (Weber, 1980).

A propósito, Weber censura o tratamento dado por Bismarck aos políticos nacional-liberais que sempre têm estado imbuídos de “elevado caráter” e sempre têm se “movido por grandes ideais e objetivos políti-

cos”, tendo se apresentado constantemente “tão fiéis e solidários para com o grande líder” quando este estava no poder. O autor, também lamenta a benevolência e o favorecimento que Bismarck dispensou aos conservadores prussianos, aos quais, apesar de tê-los em baixa estima, contemplava com ministérios federais, assim promovendo-os, como recompensa ao comportamento de adulação que externavam em relação ao príncipe-imperador. O teórico alemão repugna veementemente estes políticos conservadores devido ao seu oportunismo político. Este oportunismo, revela-se clara e publicamente quando da exoneração do próprio Bismarck:

“Que fizeram? Aguardaram os acontecimentos. ‘Simplesmente um novo superior’ – foi esse o fim da questão. Políticos conservadores sentavam-se nas cadeiras presidenciais dos parlamentos do Império e da Prússia. Que palavras de simpatia ofereceram ao criador do Reich que partia? Não pronunciaram uma palavra.

... Mas o desprezo que este acontecimento merece só pode ser realçado por aquele (anterior) entusiasmo por Bismarck, do qual os mesmos partidos mais tarde fizeram um arrendamento hereditário. Durante meio século, os conservadores prussianos não têm conseguido mostrar qualquer ‘caráter’ em seu comprometimento com grandes objetivos políticos ou com quaisquer outros ideais ...” (Weber, 1980, p. 8).

De acordo com Weber, Bismarck tragicamente colheu o que semeou, na medida que deliberadamente consumou a impotência política do parlamento e dos líderes partidários. O estadista alemão foi teimosamente recalitrante em sua “equivocada atitude” em relação aos parlamentares liberais, os quais, mesmo com a existência de um poder sem responsabilidade parlamentar, sempre foram talentosos, cooperativos e fiéis aliados parlamentares de Bismarck entre 1867 e 1878, embora este nunca os tenha reconhecido e valorizado.

Em sua quase devoção ao “espírito superior” e aos “grandes ideais” dos líderes nacional-liberais, Weber observa o seguinte:

“O propósito supremo destes líderes, frequentemente expresso em seus círculos íntimos, era, durante o governo desta imponente figura (Bismarck), conservar intactas aquelas instituições das quais dependia a continuidade da liderança do Império após uma adaptação a políticos de qualificações mais comuns. Entre estas instituições incluíam eles o parlamento – um parlamento capaz de participar ativamente no governo e de atrair grandes talentos políticos; eles também desejavam partidos fortes” (Weber, 1980, p. 10).

Quando determinados grupos políticos atentaram contra a vida do imperador e incitaram “o ódio de classes”, Bismarck, em vez de se apoiar no parlamento para obter leis que favorecessem a repressão, desejou uma legislação de emergência e “dissolveu o ‘Reichstag’ sem fazer qualquer tentativa no sentido de ajustar suas diferenças com ele, simplesmente porque percebia uma oportunidade de destruir o único partido poderoso da época” (Ibidem, p. 12).

Como se pode perceber pelo acima exposto, Weber rejeita em Bismarck esta sua implacabilidade para com os políticos liberal-nacionais movidos por um ideal político democrático e nacionalista, ao mesmo tempo que censura no Imperador o apoio que, a contragosto, este teve que buscar nos fisiológicos e desprezíveis políticos do Partido Católico do Centro, os quais sempre odiaram o “gênio cesarista” até o dia da sua morte.

Weber também lamenta em Bismarck a rejeição que este manifestou em relação a uma legislação trabalhista protetora – considerada (pelo cientista alemão) como indispensável à preservação dos recursos populacionais da nação – e a sua utilização de disposições da legislação anti-socialista para fazer a polícia destruir os sindicatos, estes vistos por

Weber como os únicos possíveis portadores de uma representação realista de interesses da classe operária. A propósito Weber observa o seguinte:

“Um Estado que deseja basear o espírito de seu exército de massas na honra e na solidariedade não pode esquecer que na vida diária e nas lutas econômicas dos operários os sentimentos de honra e solidariedade são as únicas forças morais decisivas para a educação das massas, e que por esta razão deve-se dar total liberdade a estes sentimentos” (Weber, 1980, p. 14).

No entendimento de Weber, Bismarck, com seu autocratismo anti-parlamentar e anti-sindical, deixou atrás de si uma nação sem qualquer tradição e vontade política própria, acomodada à idéia de que “o grande estadista” tomaria todas as decisões políticas necessárias. Tudo isto aconteceu, segundo Weber, devido ao fato de que Bismarck não tolerava um parlamento forte com personalidades que raciocinavam com espírito de autonomia política. E, em consequência, um parlamento completamente impotente – como resultado negativo da imponência e do prestígio do Imperador – fez com que a modernização da nação ficasse cativa da burocracia dominante, sobre a qual Bismarck se escorava.

No Estado moderno, composto de grandes massas populares, Weber vê como inevitável o fato de ser a burocracia quem realmente governa, pois, de acordo com o sociólogo alemão, o poder em tal contexto nunca tende a ser exercido por discursos parlamentares nem por proclamações monárquicas, mas através da rotina burocrática da administração. Como algo desejável, o parlamento apenas pode exercer um papel de contrapeso, a depender de sua força e prestígio, em relação à supremacia inevitável da administração burocrática.

Do ponto de vista sociológico, Weber entende que o Estado moderno é um empreendimento idêntico a uma grande empresa industrial, uma vez que a mesma tendência burocrática que predomina no Estado,

também predomina, segundo o autor, nas grandes organizações econômicas privadas modernas, na razão direta de seu tamanho. Quer dizer, quanto maior a empresa, tanto maior a burocracia que a envolve. Há, portanto, segundo o autor, uma incontestável base comum de racionalização a marcar o Estado moderno e a economia privada capitalista. Também, nenhum Estado irracionalmente edificado possibilitaria o afloramento de uma organização do trabalho rigorosamente racional, pautada na lógica instrumental-estratégica de uma tecnologia organizacional capitalista.

Do mesmo modo como o Estado burocrático com suas leis racionais é uma máquina eficiente, cujo funcionamento é calculável ou prognosticável, também o é a grande empresa capitalista que igualmente se fundamenta em preceitos racionais e no cálculo econômico, pressupondo um sistema administrativo e legal cujo funcionamento pode ser racionalmente projetado, em princípio pelo menos, em virtude de suas normas gerais fixas, exatamente como o desenvolvimento de uma máquina (Idem, 1980).

Esta engrenagem burocrática, segundo Weber, acaba perpassando toda a organização social, inclusive as instituições políticas e culturais. Neste sentido, não apenas os partidos que aparecem essencialmente como organizações para concessão de cargos, mas mesmo os partidos ideológicos, movidos por ideais políticos – como os partidos “social-democratas”¹ –, são atravessados pela burocratização. Desse modo, as hostilidades e as intrigas entre as máquinas eleitorais partidárias, conforme Weber, são causadas mais pelas disputas de espaços nos aparelhos burocráticos de Estado, do que pelas diferenças programáticas. Aliás, o

¹ Convém aqui lembrar que até inícios de séc. XX, os partidos “social-democratas” europeus envolviam de modo concomitante a presença de concepções socialistas e reformistas. Porém, aos poucos as estratégias reformistas foram se tornando hegemônicas nestes partidos.

próprio poder dos partidos repousa fundamentalmente na eficiência organizacional destas burocracias. Também, "... a moderna propaganda de massa torna o sucesso eleitoral dependente da racionalização da empresa do partido: o burocrata, a disciplina do partido, os fundos do partido, a imprensa do partido e a publicidade do partido" (Weber, 1980, p. 67).

Portanto, de acordo com a concepção weberiana, embora a burocracia racional não seja a única forma moderna de organização, ela determina o caráter da época atual e do futuro previsível, com sua característica de especialização e treinamento racionais. "Onde quer que o funcionário especializado moderno venha a predominar, sua força se revela praticamente indestrutível, pois toda organização e mesmo a satisfação da necessidade mais elementar foi adaptada ao seu modo de operação" (Ibidem, p. 24).

A propósito, em sua análise sobre a burocracia, Weber, em parte, chega a estabelecer previsões quase proféticas em relação ao caráter do socialismo burocrático, que viria a se instalar um pouco depois de suas principais reflexões teóricas. Em suas observações a respeito do que seria um socialismo burocrático-estatal o autor destacou o seguinte:

"A burocracia estatal reinaria absoluta se o capitalismo privado fosse eliminado. As burocracias privada e pública, que agora funcionam lado a lado, e potencialmente uma contra a outra, e assim se restringem mutuamente até certo ponto, fundir-se-iam numa única hierarquia. Este Estado seria então semelhante à situação no antigo Egito, mas ocorreria de uma forma muito mais racional e por isso indestrutível.

(...) Juntamente com a máquina inanimada, a inteligência concretizada ocupa-se em construir a concha da servidão que os homens serão talvez forçados a habitar algum dia, tão impotentes quanto os felás do Egito antigo. Isto poderia ocorrer se uma administração tecnicamente superior devesse ser o valor supremo e único na organização dos afazeres dos homens..." (Weber, 1980, p. 25).

Para Weber, um dos valores mais significativos da modernidade é a liberdade individual, mas para conservá-la é preciso estabelecer um rigoroso controle da burocracia estatal. Porém, diante da crescente indispensabilidade desta burocracia e da sua correspondente ampliação de poder, a afirmação de um contrapeso capaz de exercer um controle eficaz em relação a esta máquina instrumentalizadora se torna algo de difícil concreção. Todavia, de acordo com o autor, este controle pode, embora sem nenhuma garantia, ser estabelecido a partir de uma autônoma e vigorosa política parlamentar, a partir de políticos de mente instruída, com objetivos e ideais elevados, que discutam as grandes questões e que não apenas restrinjam e fiscalizem a burocracia, mas que também evitem que burocratas, carentes de qualquer talento político, governem. A direção do Estado não pode estar nas mãos de uma mente burocrática e estreita, mas, de preferência, nas mãos de um grande talento político, e, se isto não fôr possível, que ao menos esteja então nas mãos de um político com uma capacidade e um carisma razoável.

O político ideal para Weber deve reunir qualidades como o carisma, o talento e o caráter político; um intelecto cultural e politicamente superior; uma destacada capacidade de retórica e persuasão; e um grande senso de responsabilidade.

E o que são os parlamentos modernos para Weber? O que distingue, para o autor alemão, um parlamento com poder político apenas negativo de um parlamento com poder político positivo?

“Os parlamentos modernos são primeiramente órgãos representativos dos indivíduos governados por meios burocráticos. Afinal de contas, um mínimo de consentimento da parte dos governados, pelo menos das camadas socialmente importantes, é a pré-condição da durabilidade de toda dominação, inclusive da mais bem organizada. Os parlamentos são hoje o meio de manifestar este consentimento mínimo. Para certos atos dos poderes públicos, é obrigatória a sanção após delibe-

ração prévia no parlamento; isto inclui, especialmente o orçamento. O controle sobre a arrecadação da receita – o direito de orçamento – é o instrumento de poder decisivo do parlamento, como sempre tem sido desde que os privilégios corporativos das classes políticas começaram a existir. Entretanto, desde que um parlamento possa apoiar as queixas dos cidadãos contra a administração, apenas rejeitando dotações e outras legislações e introduzindo noções inexequíveis, esse parlamento é excluído de participação positiva na direção dos assuntos políticos. Então esse parlamento só pode se envolver em ‘política negativa’, isto é, enfrentar os chefes administrativos como se o parlamento fosse um poder hostil; nessas condições o parlamento receberá apenas o mínimo indispensável de informações e será considerado como uma simples corrente de arrasto, um conglomerado de críticos impotentes e sabichões ...

As coisas são diferentes quando o parlamento toma as seguintes medidas: ou que as cabeças administrativas devem ser recrutadas de seu meio – o sistema parlamentar propriamente –, ou que elas necessitam da confiança expressa da maioria do parlamento para permanecer em exercício, ou devem, pelo menos, renunciar ao perder a confiança deste – a seleção parlamentar dos líderes; que elas (as cabeças administrativas) devem dar total prestação de contas de seus atos ao parlamento, ficando sujeitas à verificação por este órgão ou por seus comitês e ficando sujeitas à responsabilidade parlamentar; ainda mais, que elas devem conduzir a administração segundo linhas mestras aprovadas pelo parlamento – controle parlamentar da administração. Então os líderes dos partidos dominantes têm uma participação positiva no governo, e o parlamento converte-se num fator de política positiva” (Weber, 1980, p. 30-31).

Ao analisar o parlamento alemão na era Bismarck, Weber conclui que o que mais seriamente contribuiu para o fracasso da democracia parlamentar foi a disputa entre o monarca (Bismarck), que estabeleceu

uma comunidade de interesses com a burocracia, e o chefe do partido majoritário no parlamento. Porém, segundo o teórico alemão, foi a burocracia despótica, que se desenvolvera na Alemanha desde tempos pretéritos, a principal responsável pela redução do parlamento à importância política.

Além disso, Weber também percebe que na Alemanha a “correlação de forças” favoreceu a burocracia porque naquela nação não se constituiu um sistema de partidos políticos que fomentasse uma discussão aberta dos problemas nacionais no Parlamento. Enquanto a Inglaterra apresentava todas as virtudes do que deve ser o parlamentarismo, a Alemanha apresentava todos os vícios que se deve evitar quando se aspira ao sistema parlamentar.

A democracia parlamentar para Weber, além de um objeto científico, é um ideal. Segundo o autor o Parlamento é a via idônea para educar o povo e fazê-lo partícipe dos destinos da nação. Porém, o autor também externa um certo temor em relação ao futuro deste regime político dentro da dinâmica da sociedade burguesa que, segundo ele, reproduz de maneira progressiva e sistemática uma racionalização burocrática. Esta inexorável burocratização, todavia, não encontra, na concepção weberiana, outra instituição de contrapeso e de controle fiscalizador mais recomendável e subsistente que a democracia parlamentar. Só ela poderia fazer frente ao crescimento hipertrofiado da administração e do executivo.

Quando em 1914 estourou a primeira guerra mundial, Weber, neste período crítico, inclina-se para a democracia plebiscitária, descartando neste contexto a democracia parlamentar. A propósito, a democracia plebiscitária aparece, para o autor, como uma segunda opção institucional e organizativa para a sociedade burguesa. O chefe plebiscitário, porém, deveria ser “...uma figura independente do Parlamento, com um poder autônomo, que surja de uma eleição presidencial direta que lhe

permita, primeiro integrar um consenso e só então empreender uma política de transformações” (Weber apud Lerner, 1993, p. 46-47).

Por outro lado, embora, em seus primeiros escritos, Weber se inclinasse por um líder plebiscitário que surgisse do parlamento, como meio para diminuir a sua autonomia, ele mais tarde abandona a idéia de combinar a democracia plebiscitária com a democracia parlamentar, quando percebe que num contexto crítico o sistema parlamentar não pode diminuir as tensões sociais entre classes; não pode fortalecer a unidade nacional e nem pode fazer surgir um líder excepcional, recomendado por ele em tal conjuntura.

A democracia plebiscitária, segundo Weber, tem um fundamento afetivo, mas se apóia sobre um jogo institucional moderno, onde pelo sufrágio universal as massas legitimam o líder e o seu super-poder. Há, portanto, aí um reconhecimento espontâneo das massas pelo líder, mas através de um processo eleitoral e institucional relativamente complexo. O sufrágio universal serve, conforme o autor, para mitigar as profundas desigualdades sociais que surgem no mundo da riqueza e da propriedade. Portanto, o sufrágio serve como freio da desigualdade social e exerce uma função legitimadora do processo político.

Além disso, mais do que de partidos com diferentes ideologias, a democracia plebiscitária precisa de partidos que organizem as massas para legitimar o grande líder da nação, ou seja, uma espécie de “Cesar monocrático” com grande vontade pessoal para dirigir a nação. Neste sentido, portanto, Weber não considera a idéia de Partido como “formador de uma vontade coletiva”, como propõe Gramsci (1980). Também, por isso, toda eleição direta deveria apenas servir, segundo Weber, para legitimar o poder concentrado no Estado e em torno do grande estadista:

“Toda espécie de poder político que se apóia na confiança das massas e não do parlamento – inclui-se aqui também a posi-

ção de um popular herói militar como Hindenburg – jaz no caminho que conduz a estas formas ‘puras’ de aclamação cesarista (...). As esperanças que uma figura cesarista como Bismarck atribuía ao sufrágio universal e a maneira de sua demagogia antiparlamentar também apontam na mesma direção, ainda que tivessem sido adaptadas, na formulação e na fraseologia, às condições legitimistas específicas de sua posição ministerial” (Weber, 1980, p. 75).

Para Weber, o Poder significa a vontade política – sempre de uma elite – de fazer prevalecer o seu projeto dentro de uma configuração social, através da subordinação da sociedade à legalidade e através do monopólio da coerção física concentrada no Estado. Neste sentido, a dominação implica a obtenção da obediência e da disciplina, que são necessários para o exercício do mandato de um governante. A propósito, para Weber, a própria essência do Estado, enquanto instituto político, consiste no monopólio legítimo e “estratégico” da coerção física, visando garantir o exercício contínuo da dominação e do poder. Para o autor, portanto, o poder se sustenta muito mais a partir da dominação “legítima” e da coerção imposta pela elite governante do que a partir de uma participação política efetiva e democraticamente ampliada das massas:

“... o Estado moderno é uma associação de domínio com caráter institucional que tratou, com êxito, de monopolizar, dentro de um território, a violência física legítima como meio de domínio e que, para esse fim, reuniu todos os meios materiais nas mãos do seu dirigente (...) e de suas próprias hierarquias supremas” (Weber, 1979, p. 17).

Embora, para Weber, a questão da legitimação política se ligue muito mais à idéia de “legalidade formal” – concebida apenas como uma construção normativa a partir de uma relação meramente institucional entre o “executivo” e sua burocracia, o judiciário e o seu invólucro bu-

rocrático e o parlamento – do que a qualquer forma de consenso, no sentido de uma expressiva intercambiação entre “sociedade civil e Estado” “... é possível sustentar que a persistência de linhas de ação é fundamentalmente concebida no esquema weberiano em termos da operação efetiva de processos de dominação (...), dos quais a legitimação é contrapartida” (Cohn, 1982, p. 31).

O problema, entretanto, está em que a natureza desta “legitimação” se encontra conceitualmente subordinada, de modo instrumental, a um mero processo de efetivação estratégica da dominação. A propósito, de acordo com Herbert Marcuse, a concepção weberiana de poder político está ligada à sua categoria de racionalidade, aparentemente neutra em relação a valores. Com a ajuda desta categoria esta concepção produz a aparência do necessário, se não do “razoável”, servindo objetivamente como justificação da dominação de uma classe, a burguesa, sobre os trabalhadores. A propósito, a racionalidade referida por Weber aparece como instrumental (= técnica) e formal, a qual por definição apenas pode funcionar como instrumento de dominação e controle de processos naturais e sociais e não como fator de desalienação e de comunicação humana (Marcuse apud Weiss, 1994).

No que respeita à concepção weberiana de legitimidade, também Claus Offe é um autor que apresenta uma consideração esclarecedora em relação a Weber, na medida que entende que este último só aborda a legitimidade do moderno Estado (burguês) com base em sua racionalidade burocrática, sendo por isso obrigado a excluir a relação conflituosa entre o nível de legitimação definido, por um lado, pela eficiência e, por outro, pelo ‘consenso político’ (Offe apud Weiss, 1994).

Portanto, para Weber, a democracia burguesa, tem como uma das suas características a combinação de um “legalidade” (e um direito) *sui generis* com uma “força” *sui generis*. Neste sentido, contudo, esta “legalidade” é concebida como ocupando um importante espaço – na

forma de uma construção complexa e diferenciada de um enquadramento institucional, normativo, jurídico-legal e constitucional da sociedade – na medida que a sociedade burguesa não pode aniquilar a liberdade de movimentos de seus partícipes como o fizeram as comunidades antigas. É neste sentido que, na visão do autor, na democracia burguesa adquirem também grande importância questões como a defesa da vida das pessoas, os direitos humanos, a institucionalização do contrato (tanto na esfera política como econômica), etc. Como pode-se perceber, na concepção weberiana, o realismo político se mistura com a fatalidade e com os ideais políticos.

Voltando à questão do sufrágio, universal ou não, este para Weber não pode ser um instrumento que revitalize e resgate a vontade do povo, mesmo porque através do sufrágio se ratificam compromissos e negociações secretas entre grupos políticos e sociais poderosos que antecedem ao voto popular.

Em nível de uma democracia plebiscitária o fundamental para Weber é o reconhecimento do líder pelas massas. Neste sentido, a preocupação central de Weber é lograr que um líder excepcional se converta em uma forma de governo estável e regular. Por conseguinte, o verdadeiro líder para Weber deve se comportar como uma autoridade racional não arbitrária, não personalista e nem despótica, mas com qualidades extraordinárias. Uma autoridade carismática e justa que não apresente mediocridade e incongruência em seus atos, e que, além de obter o apoio e a solidariedade das massas, alcance fins sociais superiores, os quais, entretanto, jamais foram explicitados por Weber.

Na concepção weberiana, aos políticos compete instrumentalizar a democracia política em função da tentativa de alcançar a máxima eficácia possível na ação política. Dentro do contexto de massificação da democracia burguesa, Weber sugere que o grande líder político deve

dominar as massas não só para aumentar seu próprio poder (o do estadista), mas inclusive, em benefício delas mesmas.

No conceito de Weber, na sociedade burguesa, as massas apresentam “uma incapacidade de fato para governar, independente de que (...) logrem chegar a ser conscientes e que não orientem sua consciência em uma só direção política. As massas da sociedade burguesa são vastos conglomerados humanos incapazes, a diferença das minorias (=elites), de por-se de acordo e dirigir uma ação metodicamente ordenada” (Lerner, 1993, p. 77).

Também é interessante observar o papel que Weber atribuiu aos sindicatos. Estes deveriam integrar os trabalhadores na sociedade burguesa, fazendo-os aceitar, para o seu próprio bem, a ordem social existente, promovendo neles a camaradagem enquanto valor cultural, como um tipo de relação distinta da que se dá nos postos de trabalho (Ibidem, 77).

Além disso, Weber se contrapôs às formas de democracia direta e participativa, porque entendeu que estas formas eram próprias de modelos políticos de pequenas comunidades sem massas, onde não havia separação entre o corpo social e o modelo político.

Contudo, conforme Weber, a democracia burguesa, ao mesmo tempo que supõe as massas, as incorpora de determinada maneira, outorgando-lhe um espaço político, embora restrito e limitado. Há então uma incorporação política, legal e cultural das massas no contexto nacional, permitindo-lhes um determinado desenvolvimento. Portanto, Weber é um dos primeiros a visualizar de maneira lúcida a natureza e os limites da democracia burguesa, enquanto democracia de massas.

A democracia de massas burguesa, na concepção weberiana, supõe determinada dose de informação, mas quase nenhuma ação. Além do mais, Weber também é consciente de que as massas não escolhem com o voto os seus governantes, senão apenas confirmam uma decisão anteri-

ormente tomada a partir de acordos firmados entre os setores sócio-econômica e politicamente dominantes.

Weber percebeu que, apesar de que as massas de certo modo se transformam de objetos econômicos em sujeitos políticos, elas não deixam de ser também objetos na esfera política, ou seja, vastos conglomerados humanos instrumentalizados pelas elites políticas com vistas a seus próprios fins. A possibilidade de que as massas se manifestem publicamente por plebiscito, de que sejam consultadas para legitimar ou desacreditar a um governante, de que possam mesmo sair para as ruas a fim de aprovar ou reprová-la uma política de governo, como complemento do direito ao voto, na opinião de Weber só tenderia a consolidar a democracia burguesa de massas. Além disso, Weber reconheceu às massas, na sociedade burguesa, a liberdade de lutar por algumas reivindicações sociais, tais como o direito à alimentação, à vestimenta, à moradia e à saúde.

Na democracia burguesa, conforme Weber, há um pacto político implícito entre massas e sujeitos dominantes. Pacto este em que se reconhecem terrenos e direitos recíprocos. As massas, de acordo com a concepção weberiana, sem intervir diretamente na política burguesa, condicionam com sua própria existência a democracia burguesa, tornando-a de massas. De acordo com este ponto de vista, aliás, o próprio mundo burocrático, institucional, socialmente diferenciado e complexo é em parte uma decorrência da nova presença social e política das massas.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ÉTICA EM MAX WEBER: ÉTICA DA CONVICÇÃO E ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

As exigências éticas que se aplicam à política devem, para Weber, ter em conta que esta tem como meio específico de ação o poder, através do qual está a violência.

A ética relacionada com a política deve ter em conta a responsabilidade que a política exige, por isso não pode se apresentar como uma ética da pura convicção, ou seja, uma ética absoluta de princípios que sequer se interroga sobre as consequências dos atos políticos. Portanto, na esfera do político, a ética da responsabilidade (*Verantwortungsethik*) se opõe à ética da convicção (*Gesinnungsethik*). Isto, todavia, não quer dizer que a ética da convicção implique, na concepção weberiana, uma absoluta falta de responsabilidade e nem quer dizer que a ética da responsabilidade careça de convicção.

Para a ética da convicção, entretanto, não resta logicamente outra alternativa do que condenar todas as ações que utilizem meios moralmente desumanos, duvidosos e violentos. Como, de acordo com a concepção weberiana, o meio decisivo da política é a violência, estabelece-se, do ponto de vista ético, uma forte tensão entre meios e fins na política. Esta última, todavia, deve se orientar não por uma ética dos princípios, mas pela ética da responsabilidade, a qual manda ter em conta as consequências previsíveis da própria ação.

Ao estabelecer reflexões sobre a diferença entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade, Weber observa o seguinte:

“Quando as consequências de uma ação realizada em conformidade com uma ética da convicção são más, quem a executou não se sente responsável por elas e, pelo contrário, responsabiliza o mundo, a estupidez dos homens ou a vontade de Deus que os fez assim. Quem, pelo contrário, atua em conformidade com uma ética da responsabilidade, toma em linha de conta todos os defeitos do homem médio. Como diz Fichte, não tem direito algum a supor que o homem é bom e perfeito e não se sente em situação de poder descarregar sobre os ombros dos outros as consequências que pôde prever para suas ações (...). Quem atua segundo uma ética da convicção, pelo contrário, só se sente responsável quando não flama a chama da pura convicção; a chama, por exemplo, do

protesto contra as injustiças da ordem social. A finalidade das suas ações, que do ponto de vista do êxito possível são inteiramente irracionais e só podem e devem ter valor de exemplo, é até-la constantemente” (Weber, 1979, p. 85-86).

Quem age de acordo com a ética da responsabilidade tem em conta o êxito e a eficácia na política e por isso tem em conta as consequências políticas de sua ação e das ações dos outros, usando os meios que parecerem mais adequados aos seus fins. Por outro lado, “quem age em conformidade com uma ética da convicção não suporta a irracionalidade ética do mundo. É um ‘racionalista’ cósmico-ético” (Weber, 1979, p. 88).

Ao formular suas considerações sobre a relação entre ética e política, Weber ainda observa o seguinte:

“A singularidade de todos os problemas éticos da política é, única e exclusivamente, determinada pelo seu meio específico, a violência legítima nas mãos das associações humanas” (Ibidem, p. 92).

Mesmo assim, Weber reconhece que a ética da responsabilidade e a ética da convicção não são termos absolutamente opostos sob o ponto de vista da unidade do comportamento humano (mesmo na esfera política), pois a própria ética da responsabilidade deve saber estabelecer limites em seus meios, em vista da possibilidade do alcance dos fins, tendo para isso em conta os limites e as consequências da força das ações na busca do êxito no contexto da luta por fins legítimos. Neste sentido muito limitado, portanto, na concepção weberiana, a ética da responsabilidade e a ética da convicção são “...elementos complementares que devem concorrer para formar o homem autêntico, o homem que pode ter ‘vocação política’” (Ibidem, p. 97).

No fechamento de sua reflexão sobre a relação entre ética e política, Weber ainda apresenta a seguinte observação sintética e clássica que

combina o realismo e o cálculo político com a vontade e os ideais, na definição da atividade política:

“A política consiste numa dura e prolongada penetração através de tenazes resistências, e para ela se requer, ao mesmo tempo, paixão e medida. É absolutamente certo, e assim o prova a História, que neste mundo nunca se consegue o possível se não se tentar, constantemente, fazer o impossível. (...). Mesmo aqueles que não são nem ‘caudilhos nem heróis’ devem armar-se a partir deste momento com aquela força de ânimo que permite suportar a destruição de todas as esperanças; caso contrário tornar-se-ão incapazes de realizar mesmo aquilo que hoje é possível. Só quem está certo de não desanimar quando, segundo o seu ponto de vista, o mundo se mostra demasiado estúpido ou demasiado abjecto para o que ele tem a oferecer; só quem, face a tudo isto, é capaz de responder com um ‘no entanto’; só um homem assim formado tem ‘vocação para a política’ (Weber, 1979, p. 99).

Todavia, “o impossível” weberiano, a ser constantemente tentado, e o “no entanto”, com que Weber espera que os grandes políticos enfrentem a realidade, são posturas que evidentemente devem, na visão do autor, permanecer sempre dentro do que ele considera o campo do politicamente realista. Quer dizer, o “no entanto” e “o impossível”, com vistas a alcançar o próprio possível, são formas procedimentais que não podem pretender romper com a totalidade da ordem social capitalista dada. “O impossível” nunca deve se colocar saídas revolucionárias ou almejar a utopias socialistas ou pós-sociedade burguesa, pois estas para Weber não significam as melhores soluções para as questões sociais e políticas da formação social dada.

Quer dizer, a ética da responsabilidade de Weber está maniqueisticamente presa e circunscrita à estrutura de ação do capitalismo (Hinkelamert, 1994). Colocar-se contra esta estrutura, para Weber, é

deixar de levar em conta as consequências de uma ação perigosa que põe em questionamento os próprios fundamentos desta “estrutura fetichizada e opressiva”, da qual Weber não vê nenhuma saída emancipatória.

Weber, portanto não vê a ética da responsabilidade como responsabilidade pelas consequências concretas e os efeitos laterais da ética de princípios capitalista, pois desta última, para ele, não há escape na medida que ela é inexorável. O resultado, como afirma Franz Hinkelamert, é um extremo maniqueísmo em que a ética da responsabilidade se torna um verdadeiro caos, contra o qual se protege a “estrutura de aço” da ética capitalista. Já que o critério decisivo para o procedimento político é o da prontidão para empregar a violência contra “o mal” – “mal” este que Weber não define –, a ética da responsabilidade de Weber somente estará garantida, quando não houver mais nenhuma ética da responsabilidade: Guerra é paz e paz é guerra (Hinkelamert, 1994).

Franz Hinkelamert, de modo perspicaz, ainda faz a seguinte observação sobre a concepção weberiana da ética da responsabilidade:

“A ética da responsabilidade como responsabilidade pelas consequências de éticas de princípios (‘capitalista’) perde toda legitimidade. Por isso (Weber) nem sequer pode imaginar um acordo (significativo) entre a ética de princípios e a ética da responsabilidade. (...) ‘Pois’ existe somente uma responsabilidade: executar rigorosamente a ética de princípios capitalista (...).

Dessa maneira, em Weber, a violência se torna um imperativo categórico da política: ‘deves resistir ao mal violentamente, do contrário te tornas responsável pelo seu predomínio’. Mas, como o mal é precisamente a ética da responsabilidade como crítica das consequências de uma ética de princípios rigorista (da sociedade burguesa), a violência se torna unilateralmente ação legítima da violência. Em nome de sua aparentemente neutra análise de valores, Weber desembocou numa ética absoluta que é a ética da violência. Essa violência, porém, é a ‘estrutura de aço’ do capitalismo” (Hinkelamert, 1994, p. 94-95).

II. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESTADO, POLÍTICA E BONAPARTISMO EM KARL MARX

Em Marx os conceitos relacionados à dinâmica da estrutura produtiva e de classes da sociedade capitalista tem uma importância fundamental em sua compreensão da ação política e da estrutura do Estado.

A política faz parte dos fenômenos superestruturais que em última instância são determinados pela infra-estrutura econômico-social. Assim, conceitos como modo de produção, formação social, relações sociais de produção, capital e trabalho adquirem um peso decisivo para a compreensão da esfera da política dentro da forma capitalista de organizar a produção.

Em sua obra "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte", Marx observa que o desenvolvimento insuficiente do capitalismo industrial francês antes de 1848, permitiu a supremacia da aristocracia financeira na França sobre a burguesia industrial.

O relativo atraso industrial daquele país, segundo Marx, também fez com que a maior parte da massa populacional fosse formada por pequenos proprietários agrícolas (=camponeses). A afirmação objetiva do "governo bonapartista", neste sentido, segundo a concepção marxiana, só pode ser compreendida pela sua relação com a insuficiência do processo capitalista francês, naquele período histórico.

A propósito, para Marx, um Estado liberal corresponde a um desenvolvimento pleno do capitalismo industrial, ou seja, à autodeterminação de uma formação social em cujo bojo o modo de produção capitalista já está totalmente consolidado enquanto estrutura de relações sociais.

Na concepção marxiana, a realidade social constitui uma totalidade de múltiplas relações e determinações, onde as categorias mais simples, concretas e determinantes são a mercadoria, a troca, a propriedade,

as classes sociais, etc. Aliás, é neste sentido que, na “Introdução à Crítica da Economia Política”, Marx desmascara conceitos abstratos que aparecem como “falsamente concretos”, tais como nação, população e Estado, explicitando a exata concreção e determinação dessas “aparências” em cada caso concreto (Marx, 1977).

Embora a esfera política da sociedade compreenda uma autonomia relativa dentro de um modo de produção capitalista, o objeto do político, para Marx, só pode ser rigorosamente apanhado a partir de sua relação com a totalidade das relações deste modo de produção. Assim o nível político terá sua dinâmica definida de acordo com as relações que mantenha com os momentos da produção, circulação, distribuição e consumo. Quer dizer, o lugar ocupado pela esfera política depende da maneira como se dá a conformação dela mesma a partir da sua conexão com as condições de produção e reprodução das relações sociais no contexto da estrutura econômico-social de uma determinada formação social capitalista.

De acordo com a concepção marxiana, uma vez superada a separação entre produção social e apropriação privada – própria do modo de produção capitalista –, o Estado e a própria vida política desaparecerão. Dentro deste prisma, portanto, a vida política apresenta um caráter histórico ligado à sociedade capitalista com suas classes antagônicas.

Enquanto o Estado moderno, segundo Marx, surgiu para liquidar com o sistema feudal e para cristalizar as relações capitalistas de produção, o fortalecimento do Executivo e a sua capacidade de centralização rigorosa da vida social, por sua vez, surgiu com o próprio fortalecimento do poder de Estado, na época da monarquia absoluta, correspondendo ao crescimento da divisão social do trabalho e à consolidação das próprias relações sociais de produção. Como observa Marx no “Dezoito Brumário”:

“A primeira revolução francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesse e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse comum (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo...” (Marx, s.d., p. 276).

De acordo com Marx, na medida que as relações de produção capitalistas se auto-regeneram economicamente de forma cada vez mais sólida, as relações políticas começam a exercer funções cada vez mais ideológicas, ilusórias e superestruturais – a exemplo das relações jurídicas – sem maior eficácia sobre a realidade social.

Emir Sader apresenta uma importante observação sobre a concepção marxista e marxiana do poder político e do poder social e sobre a crítica à visão burguesa e abstrata da política:

“Enquanto a política tomar os indivíduos isoladamente das relações de produção, ela os verá uniformemente enquanto cidadãos, privando-os, portanto, de captar as determinações que os produzem enquanto membros das classes sociais; daí a sua importância para localizar a presença do poder político na sociedade. Sua análise estará ao sabor das contingências do jogo em torno do Estado, onde se concentra, para ela, – ‘numa visão equivocadamente ideológica da política’ – o poder social” (Sader, 1993, p. 16).

Falar de política marxista, para o mesmo autor acima citado, é abrir todo o campo das relações de estrutura dentro da ordem social capitalista, visando deter-se na sua compreensão mais radical:

“Vale dizer, seu entendimento passa, como momento necessário, pela crítica da política enquanto teoria e prática ideológicas. Ao mesmo tempo, o caráter ideológico dessa política tem seu fundamento obrigatório na análise do objeto da política, em todas as suas extensões. Se a política, no sentido marxista, não tem nada a ver com o instintivo, o espontâneo, é precisamente porque ela representa a consciência limite de uma estrutura que nega a política afirmando-a, e se afirma enquanto patrocina sua negação pela política” (Sader, 1993, p. 53).

No “Dezoito Brumário”, Marx analisa apenas a política francesa e isto num contexto em que a conjuntura particular daquele país ainda não comporta a reprodução das condições estritas do modo de produção capitalista. Contudo, Marx não apresenta apenas interesse pelo estudo do bonapartismo francês, mas também pelo bismarckismo alemão, pois ambos “...possuem em comum a dissociação entre a predominância de uma classe no nível das relações de produção e a apropriação do Estado por outra classe, não hegemônica naquele nível” (Ibidem, p. 59).

Ambos estes tipos de governo têm, segundo Marx, a pretensão de apresentar o Estado como politicamente autônomo das relações de produção, isto é, como unificadores da sociedade acima das classes sociais. Conforme Emir Sader, “a compreensão do mecanismo que torna possíveis esses governos denuncia os segredos das relações políticas do mundo moderno. A tarefa de dar as condições de possibilidade dessas formas de Estado burguesas desembocaria no esclarecimento da forma de se sustentar o político como nível, de qual o sentido de sua existência, de quais os limites e a forma de sua autonomia e de sua dependência” (Ibidem, p. 59).

Marx porém se detém mais no estudo do bonapartismo porque este permite-lhe melhor captar as contradições políticas do capitalismo em seu estágio mais desenvolvido, revelando melhor a autonomia dos conceitos políticos. Quer dizer, o bonapartismo representa um fenômeno mais avançado historicamente do que o bismarckismo, já que aquele se reproduz diretamente sob a ameaça de uma revolução social, enquanto este último se apresenta mais como uma forma política de transição entre o mundo feudal e o mundo moderno. Como na Alemanha as relações capitalistas se desenvolveram de modo tardio, a unidade nacional não foi preparada para fazer ascender a burguesia através da monarquia absoluta como na Inglaterra e na França. No mundo germânico, a forma conservadora como se deu a transição ao mundo moderno impôs muita reação e resistência à instauração de uma democracia liberal.

Embora na Alemanha tivesse havido um desenvolvimento das forças produtivas, isto não aconteceu de um modo suficientemente intenso a ponto de produzir uma burguesia em condições de se apropriar hegemonicamente do poder de Estado. Em consequência, a oposição entre nobreza e burguesia foi muito intensa e equilibrada, o que cedo enfraqueceu a revolução democrática na Alemanha, imprimindo-lhe um caráter bastante reacionário, que, aliás, impôs um controle totalmente autoritário sobre o proletariado, impedindo inclusive a sua livre organização sindical.

O bonapartismo francês, por sua vez, para Marx, foi uma forma de Estado ditatorial e monocrático que se sustentou a partir dos pequenos proprietários que – na França por volta de 1850 – constituíam a maior parte da população, mas que ao mesmo tempo representavam uma camada social já ultrapassada pelo nível de desenvolvimento das relações de produção capitalistas da época, onde a burguesia francesa já era socialmente hegemônica.

Neste contexto, o golpe de Estado de Luís Bonaparte, em dois de dezembro de 1851, foi antecedido por uma história política muito movimentada na França. Quer dizer, se desde a instalação da monarquia absoluta durante a primeira revolução francesa, com Napoleão Bonaparte, até 1848 a França aparentemente viveu um período de equilíbrio e de domínio conservador, este período de relativa calma compreendeu, em seguida, um período turbulento. Posteriormente ao governo de Napoleão Bonaparte, houve na França a instalação da Monarquia Legitimista sob a dinastia dos Bourbons em que governaram os grandes proprietários territoriais; e, em seguida, houve a instalação da Monarquia de Julho, sob o predomínio da Casa dos Orléans, onde governava a grande aristocracia financeira (=burguesia financeira). Porém, durante o período de 1848, ressurgiu uma fase revolucionária na França, desta vez com forte presença da classe proletária.

No umbral da revolução de fevereiro de 1848 – que instalou a República – o sonho da república social se manifestou, sonho este que, nas jornadas de luta de junho de 1848, porém, foi afogado no sangue do proletariado de Paris. Assim, de 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850, instalou-se uma ditadura parlamentar do partido da ordem e isto no contexto da República parlamentar instalada naquele período. Todavia, entre 1850 e o final de 1851, surgiu uma acirrada luta entre a burguesia parlamentar e Luís Bonaparte, este o chefe do poder executivo da época. Desse modo, entre outubro e dezembro de 1851, estabeleceu-se uma incontornável ruptura entre o poder executivo e o parlamento.

No quadro desta conjuntura crítica o parlamento foi abandonado pela própria burguesia, além de ter sido abandonado pelo exército e pelas demais classes sociais. Assim, impôs-se o fim do próprio regime parlamentar através do golpe de Estado de Luís Bonaparte em 02 de dezembro de 1851.

Sob o comando de Luís Bonaparte o Estado parecia tornar-se completamente autônomo. A máquina burocrática deste se consolidou e se impôs drasticamente em face da sociedade civil. Isto também foi possível porque com a Monarquia de Julho, sob o comando da burguesia financeira, não haviam se produzido as condições materiais que possibilitassem ao Estado a representação de toda a burguesia, pois no bojo deste governo eram apenas acionados os privilégios do capital financeiro, sem que isto fosse ligado adequadamente à revolução das forças produtivas industriais.

Portanto, neste contexto, embora o Estado tivesse funcionado como catalizador da poupança social, ele apenas propiciava a acumulação da riqueza nas mãos do capital financeiro. Quer dizer, a dependência crescente do Estado em relação à aristocracia financeira, pelos empréstimos que esta lhe tomava, a juros altos, criava um mecanismo socialmente caro – agravado pelo seu papel improdutivo –, que era arcado por todas as demais frações da burguesia e pelas outras classes sociais, de cada uma à sua forma, material e ideologicamente. Em consequência, também a burguesia industrial e os setores do comércio foram se constituindo em um bloco oposicionista oficial, enquanto que a classe operária, a pequena burguesia e os camponeses eram totalmente alijados do poder político.

Nesta conjuntura estabeleceu-se então uma unidade exclusivamente negativa entre as diferentes classes e grupos sociais descontentes, visando apenas a derrubada do governo da Monarquia de Julho. Essa “frente”, porém, não reunia condições econômicas e sociais comuns que propiciassem o estabelecimento de um programa positivo comum. Mesmo assim, todas as classes sociais que se opunham à aristocracia financeira, encontraram, cada uma nos seus devidos limites, o seu lugar no governo de fevereiro de 1848, de modo que a República de fevereiro,

aparecia aos olhos de todas estas classes como representante real dos interesses gerais do país.

Era, porém, preciso completar a dominação da burguesia, principalmente da industrial, tendo em vista o grau de desenvolvimento das relações de produção já alcançado na França da época. Neste sentido, a reforma eleitoral, e com ela a instituição do sufrágio universal, sob a aparência de afirmar os interesses gerais da sociedade, de certo modo permitiu o preenchimento da lacuna entre a composição heterogênea do governo em termos de classes sociais e as tarefas econômicas solicitadas pelo grau de desenvolvimento das relações de produção. Entretanto, “ao homogeneizar os indivíduos sob a forma de cidadãos, desconhecendo os papéis distintos que ocupam nas relações de produção, o sufrágio universal colocou a apropriação do Estado à mercê de critérios quantitativos” (Sader, 1993, p. 68).

Também, depois do fim da “Monarquia de Julho”, os cidadãos continuaram se vendo na obrigação de pagar altos impostos com a justificativa de sanar a crise apenas com a contrapartida do direito ao sufrágio universal. Aliás, era sobre os camponeses, tornados os árbitros eleitorais do país, que recaía a maior parte dos impostos, ao lado dos operários. Isto então provocou neles um descontentamento muito grande.

Dentro deste quadro conjuntural o Legislativo foi tornando-se ineficaz a partir da contradição entre o seu papel político de representante de toda a sociedade e o caráter de sua composição marcada pela representação múltipla e pulverizada de diversos partidos. No bojo desta conformação contraditória, o Legislativo foi construindo uma relação apenas abstrata com a nação, enquanto que o Executivo, apoiando-se na eleição direta do seu presidente, estabelecia um contato direto com o povo.

Sob a República Parlamentar, aliás, de certa maneira, a burguesia houvera alcançado um governo voltado não a alguns de seus setores de

classe, mas à classe como um todo. Ela, porém, não se tinha dado conta de que o poder político se diferencia do poder essencial, ou seja, do poder social, expresso na posse privada dos meios de produção. Assim, se o domínio político da burguesia se instalou com a República, os fundamentos do seu poder social ficaram todavia abalados, na medida que esta classe se colocava frente às demais classes sociais dominadas sem outras mediações políticas.

• A propósito, com a República Parlamentar a classe dominante estabeleceu uma ditadura parlamentar do partido da ordem que excluía a bancada popular. Isto tornou o Parlamento cada vez mais frágil diante do Poder Executivo e diante do povo. Inclusive, neste sentido, o Parlamento suprimiu o sufrágio universal e, por ironia da história, foi obrigado a fortalecer o Poder Executivo e o seu titular, Luís Bonaparte. E foi assim que começou a se desenhar a nova forma política do governo: o bonapartismo (Ibidem, p. 68).

A burguesia, para manter o seu lugar hegemônico nas relações de produção da sociedade como um todo, resolveu então abandonar as suas próprias posturas liberais que haviam resultado no fortalecimento do poder legislativo e nas reformas eleitorais. Como observa, a respeito, Emir Sader:

“Ela percebeu a hierarquia que se estabelece entre o poder social e o poder político; não só o seu poder social, a sua presença como classe, impôs-se à sua existência política, na luta pela apropriação do Estado, como a anulação do poder político se tornou um requisito indispensável de sobrevivência de seu poder social” (Ibidem, p. 78).

Quer dizer, o poder do capital se difunde através “da ideologia e da existência do próprio Estado, da existência da política como forma institucionalizada de relações entre os indivíduos como cidadãos e não como membros de classes” (Ibidem, p. 79).

Assim o Dezoito Brumário de Luís Bonaparte acabou por se tornar a culminação do desenvolvimento da centralização do poder, que, aliás, teve seu início ao tempo da Monarquia Absoluta e do declínio do sistema feudal. Embora que com a Revolução Francesa e com Napoleão Bonaparte o Estado não tivesse aparecido como um organismo autônomo em relação à sociedade, ele – o Estado – representou já naquele momento a concentração da força contra a quebra do sistema de interesses dos senhores feudais, tendo nesta medida também aperfeiçoado a unificação civil da nação.

O Estado francês, contudo, começou depois a assumir características de autonomia em relação à sociedade, ou seja, mais precisamente com a Restauração, com Luís Felipe e com a República Parlamentar, embora a forma de apropriação aberta do aparelho estatal por parte da classe burguesa como um todo tenha enfraquecido o reconhecimento universalista deste mesmo Estado em nível da organização da comunidade política. E é nesta conjuntura crítica que surgiu o Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.

Ao Estado então foi retirado o seu caráter particularista para ser elevado ao nível de “interesses gerais”. E, ao alcançar um caráter de autonomia em detrimento do seu domínio direto por uma classe, o Estado aparentou sustentar o seu poder em nenhuma classe, como se pairasse acima delas e como se seu poder proviesse do objetivo de sua ação em promover os interesses gerais da sociedade.

Luís Bonaparte, no entanto, representava a camada social mais numerosa da sociedade francesa, expressa nos pequenos camponeses parcelários. Esta camada porém é socialmente ambígua, sendo incapaz de representar, na concepção marxiana, autonomamente os seus próprios interesses através do Parlamento e incapaz de formular um programa de governo que tenha condições de hegemonizar uma aliança de classes.

O próprio Marx faz a seguinte observação sobre a camada social representada pelos camponeses:

“Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, (...). Na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (...). Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que, do alto, lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade” (Marx, s.d., p. 277).

De acordo com a concepção marxiana, dentro das formações sociais capitalistas, somente as classes sociais da burguesia e do proletariado têm condições de se definir em nível global da sociedade. Estas são para Marx as únicas classes que têm interesses a defender no plano geral do sistema produtivo, o que as torna, portanto, aptas a participar diretamente da luta política pela direção do processo social da produção. Também, a pequena propriedade é considerada como sendo economicamente inviável dentro do regime de reprodução ampliada do capital.

Segundo Marx, na defesa que Luís Bonaparte faz da pequena propriedade revela-se o fundamento social do “logro” em relação aos camponeses e a afirmação social da burguesia. Com a crescente presença social desta última no contexto do desenvolvimento capitalista, Luís

Bonaparte define-se sempre mais pelo grande capital e choca-se crescentemente com os interesses dos pequenos proprietários.

A pequena propriedade torna-se a base social da ideologia da ordem, enquanto salvaguarda da ordem burguesa. É sob o manto genérico da defesa da propriedade e da ordem garantidas por Bonaparte, que a burguesia obtém as condições econômicas e políticas indispensáveis à sua dominação de classe. Quer dizer, como forma de governo, o bonapartismo é o resultado da incapacidade da classe dominante de assumir as funções políticas como representante do conjunto da classe e em nome da sociedade como um todo.

A divisão e o equilíbrio relativo entre os grupos dominantes cria “as condições tanto da personalização do poder quanto da aparição da imagem da soberania do Estado. Nesta situação, as ‘massas’, no seu sentido genérico, são a única ‘força social’ possível de dar sustentação para um poder pessoal autônomo, e a única fonte possível de legitimidade para o próprio Estado” (Sader, 1993, p. 100).

O bonapartismo, ao mesmo tempo que acaba com o domínio político não-dissimulado das classes dominantes sobre o Estado, garante a salvação da supremacia social destas classes possuidoras sobre as classes assalariadas. É assim que, “pela afirmação da ‘autonomia’ do poder político, como forma de solapá-la, criam-se as condições para a existência dissimulada do Estado” (Sader, 1993, p. 101).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível perceber, a análise que Marx faz da política no contexto da sociedade burguesa na França de meados do século passado tem o mérito de mostrar a verdadeira natureza sociológica do poder político; ou seja, apresenta a força social e política da economia e das

relações sociais de produção na determinação de jogo político da sociedade. Quer dizer, Marx consegue mostrar os limites da esfera política, ou seja, ele consegue mostrar a interconexão dependente desta esfera com as relações sociais de produção; com as relações de força e de disputa entre as classes sociais no terreno da sociedade civil.

Marx, portanto, neste sentido politiza a questão social, apontando os impasses da modernidade burguesa e do iluminismo num contexto em que o social passou a predominar sobre o político.

A limitação de Marx, no entanto, foi considerar a esfera da política como simples superestrutura dissimuladora, como mera conformação ideológica de mascaração da sociedade. Aliás, a própria teoria marxista veio por isso pagar um preço muito alto por este deslocamento interpretativo de simplificação da esfera política.

Se, por um lado, as análises marxiana e marxista apresentam uma leitura genial, perspicaz e criativa sobre a natureza e a força das relações de poder na sociedade capitalista, por outro lado, elas reduzem toda a expressividade destas relações ao terreno da “sociedade civil”, esta entendida como todo o complexo de relações econômico-materiais, com a exceção de autores como Gramsci e Lukács que, respectivamente, o primeiro, ou seja, *Gramsci, recria originalmente o conceito de “sociedade civil”* – na medida que, embora, a exemplo de Marx, ele considere a sociedade civil como o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico, ele passa, por outro lado, a se diferenciar daquele ao entender a esta (a sociedade civil) como todo o complexo de relações ideológicas e culturais e o seu lastro institucional, presente tanto na esfera política como econômica da sociedade, ao contrário de Marx que a entende como o conjunto de relações econômicas e materiais e sociais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas; quer dizer, Gramsci considera a sociedade civil como um momento superestrutural que inclusive perpassa as relações

econômico-materiais e sociais, ao contrário de Marx que a considera um momento apenas estrutural – e a *relação dela com a “sociedade política”*, (Bobbio, s.d.). e o segundo postula uma conexão lógica entre “racionalidade formal” – esta compreendida como “forma de objetividade” (*Gegenständlichkeitsform*) global que penetra a consciência e a realidade social – e a “reificação das relações sociais” (Lukács, 1975), através do que Marx denominou de “fetichismo da mercadoria”.

Como resultado do reducionismo inerente a grande parte das correntes marxistas e, de certo modo, inerente ao próprio Marx, ao menos em determinadas passagens de alguns de seus escritos, o sonho comunista projetado por Marx para o futuro, anula todas as mediações políticas dentro da complexidade da sociedade moderna, imaginando que as relações humanas pudessem ser reduzidas a uma mera administração social das coisas, sob a forma de uma sociedade de produtores livres e associados. As formas de regulação macrossocial, as estruturas de mediação política, a trama de relações sociais fora do circuito produtivo e a estrutura normativa da sociedade ficam assim subdimensionadas.

Porém, se é verdade que determinadas vertentes marxistas trataram de complexificar sua análise da esfera do político, de modo geral, contudo, estas análises não têm conseguido ultrapassar o caráter incompleto da reflexão marxiana sobre a esfera do político. Quer dizer, há em Marx uma certa interpretação da política que, apesar de sua “sacada genial” da relação dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção no modo de produção capitalista, se apresenta como uma interpretação até certo ponto reducionista da relação hierárquica de dominação da esfera econômica sobre a esfera política. (Cf., para maiores detalhes, Pereira da Silva, 1995).

Também, segundo a concepção marxiana, a classe social (burguesia e proletariado) é a categoria mais forte na constituição da sociedade civil e na determinação do caráter da esfera política. Quer

dizer, a dinâmica social e política da sociedade depende quase que unicamente do jogo de lutas, de disputas e de tensões entre as classes sociais fundamentais no terreno da sociedade civil.

Marx, neste sentido, aliás não atribui praticamente nenhum poder de determinação autônoma às práticas discursivas em nível da esfera pública na sociedade burguesa. Para ele “a arma ‘do discurso’ e da crítica não é capaz de substituir a crítica das armas”. Ele não vê a possibilidade de que na sociedade burguesa seja possível ao povo constituir-se como “uma coletividade de cidadãos” capaz de dominar e articular o Estado em direção a uma sociedade radicalmente democrática. Pelo contrário, Marx vê o Estado como uma espécie de “comitê executivo dos interesses de classe da burguesia”.

Todavia, em consonância com o pensamento de Marx e dos marxistas, a história tem revelado que, embora a democracia política e social não seja algo a ser desprezado, o predomínio do autoritarismo explícito ou velado e a presença marcante da exploração, da exclusão social e da dominação política e social de classes têm sido e continuam sendo marcas características da sociedade burguesa, tendo a democracia sempre apenas existido em alguns ambientes muito restritos. Neste sentido, portanto, a leitura marxiana e grande parte das análises marxistas continuam a representar até hoje as mais agudas ferramentas de análise crítica da sociedade burguesa, embora grande parte destas análises deixem, de certo modo a desejar, em nível de suas leituras da esfera do político, do simbólico e do normativo e isto devido a um determinado reducionismo que subdimensiona a importância e a complexidade destas “esferas superestruturais” da sociedade moderna.

Isto contudo não significa dizer que Marx, em sua engenhosa análise, não tenha tido consciência da complexidade das relações sociais e políticas e da relativa autonomização das diversas esferas da sociedade, inclusive da esfera política, neste sentido, aliás, reconhecendo a diferen-

ciação social provocada pelo crescimento da divisão social do trabalho em nível da estrutura social. Todavia, apesar disso, Marx subestimou a força e a relativa autonomia daquilo que chamou de “superestrutura jurídico-política e ideológica” da sociedade burguesa moderna, a qual, para ele, tem apenas uma função dissimuladora das relações sociais de produção e de poder.

Neste sentido, também Weber, embora este tenha pensado o processo social de racionalização em termos de diferenciação, de autonomização e de complexificação interna e externa das esferas econômica, social, política e cultural, o fez apenas em termos formais. Quer dizer, de acordo com a concepção weberiana, o conjunto das diversas esferas acima descritas é, na realidade, fundamentalmente governada pela “racionalidade instrumental” orientada a fins. Tanto a esfera política do Estado com sua burocracia, quanto a moderna empresa capitalista, como todas as formas de vida associativa, bem como as expressões artísticas e culturais estão, na sociedade moderna, permeadas por este tipo de racionalidade. Deste modo, portanto, é praticamente impossível que no cerne da concepção weberiana, em termos propositivos, possa surgir uma alternativa radical à alienação social e política e ao fetichismo da mercadoria da sociedade burguesa.

Mas, enquanto para Weber não há saída fora desta racionalização social instrumentalista – cabendo aos homens apenas viver o dia a dia, cumprindo os seus compromissos dentro desta ordem e tentando preservar, na medida do possível, a luta pela liberdade individual –, para Marx se coloca a luta de classes que, a partir da ação consciente dos trabalhadores assalariados, aponta para a possibilidade da ruptura revolucionária com a sociedade burguesa, em direção ao projeto iluminista da sociedade dos produtores livres e associados.

Também, em nível da análise da sociedade capitalista, Weber aponta como fatores decisivos de modernização desta, o caráter do pro-

cesso de racionalização, de burocratização e de diferenciação social e a marca distintiva da ética puritana disciplinadora nela embutida. Distintamente, para Marx, é a dinâmica do desenvolvimento histórico-dialético do modo de produção capitalista – processo esse marcado pela mercantilização geral da sociedade, pela reprodução ampliada do capital, pela reificação do processo social e pela centralidade do valor trabalho – que caracteriza o processo de modernização.

Em termos metodológicos, enquanto em Marx aparece uma análise histórica e dialético-evolutiva da totalidade do processo social – onde o capitalismo se diferencia dos modos de produção históricos anteriores pelo desenvolvimento das suas forças produtivas e pelo caráter contraditório e dinâmico de suas relações sociais de produção –, em Weber, por sua vez, se impõe uma dimensão supra-histórica como recurso metodológico de investigação, onde o núcleo de sua análise se define a partir do estudo comparativo de diferentes sociedades e culturas históricas, em termos dos seus processos de racionalização, da incidência predominante de determinadas formas ideal-típicas de dominação e das orientações religioso-éticas e ético comportamentais presentes na sociedade.

Além disso, para Marx, a contradição cada vez mais aguda entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais no processo capitalista, tende a ser superada pela organização e pela ação consciente da classe operária (assalariada). Organização e ação estas que, para o autor, tendem a apontar para uma ruptura revolucionária com o capitalismo, principalmente quando este tiver esgotado a sua contribuição progressista e modernizadora para o processo civilizatório, rumo à emancipação humana.

Portanto, a partir de sua concepção teórica, de certo modo identificada com o iluminismo, Marx aposta na idéia de que a racionalização e a modernização capitalista tenderão a desembocar na emancipação da humanidade. Emancipação esta que é pensada como o processo do esta-

belecimento de uma livre associação de produtores livres, sendo os livres entendidos como indivíduos libertos de todas as formas de coerção, de exploração, de exclusão e de dominação social. A racionalidade de Marx, deste modo, apresenta um caráter de concretização no mundo de sujeitos ativos que modelam sua própria história, levando sempre em conta as reais possibilidades de superação histórico-social enquanto se emancipam da origem de irracionalidade cultural e social. Há também na racionalidade de Marx, em face do problema da análise das formas fetichizadas, “uma não-identidade de realidade e conhecimento, que não permite uma confiança ingênua na empiria científica isolada e numa ontologia realista demasiado simples: ‘toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a natureza das coisas coincidissem’” Marx apud Sandkühler, 1994, p. 134).

Já para Weber, a racionalização da sociedade moderna, com todo o seu invólucro burocrático, apresenta uma forte tendência no sentido de conduzir o processo social rumo a uma situação de constrangimento e de coerção implacável, ou seja, rumo a uma espécie de “gaiola de ferro” (“estrutura de aço”). Acreditando nesta hipótese, Max Weber supõe que a “Aufklärung” (= o Iluminismo) parece estar se desvanecendo irremediavelmente. Em vista disso, aos últimos homens desta fase da cultura, segundo Weber, poderia na verdade aplicar-se a seguinte frase: “Especialistas sem espírito, gozadores sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado” (Weber, 1980, p. 234).

3. BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. *Gramsci e a Concepção de Sociedade Civil*. In: *Ensaio Escolhidos*. São Paulo, Cardim Ed., s.d., p.203-232.

- COHN, Gabriel. Introdução (Sobre Max Weber) p.5-31. In: Cohn, G. (org.) Max Weber – Sociologia. Coleção *Grandes Cientistas Sociais* nº13, 2ª edição, São Paulo, Ática, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.
- HINKELAMERT, Franz J. *Ética do Discurso e Ética da Responsabilidade: Uma tomada de posição crítica*. In: A. Sidekum, org. “Ética do Discurso e Filosofia da Libertação”, São Leopoldo, R.S., Editora Unisinos, 1994.
- LERNER, Berta. *Democracia Política o Dictadura de las Burocracias (Una Lectura de Max Weber con miras ao porvenir)*. México, Fondo de Cultura Econômica, S.A., 1993.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Espanha, Grijalbo, 1975.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” p.203-285. In: *Karl Marx & Friedrich Engels. Obras Escolhidas* vol. I. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s.d. p.276.
- PEREIRA DA SILVA, Josué. “Trabalho e Teoria Social: Habermas, Gorz e o Conceito de Sociedade Dual”. IFCH, Unicamp, 1995. mimeo. 33págs.
- SADER, Emir. *Estado e Política em Marx*. São Paulo, Cortez, 1993.
- SANDKÜHLER, Hans Jörg. “Marx e seus Modelos de Racionalidade Hoje”. In: A. Sidekum org. *Ética do Discurso e Filosofia da Libertação*, São Leopoldo, Editora da Univ. do Vale do Rio dos Sinos, 1994. p. 117-140.
- WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstituída. In: Max Weber *Os Pensadores*, 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 3-85.
- A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (Capítulos II e V). In: Max Weber *Os Pensadores*, 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 177-235.
- A Política como Vocação. In: *O Político e o Cientista*. 3ª edição, Portugal, Lisboa, Editorial Presença Ltda. 1979. p. 7-99.
- WEISS, Johans. “A Obra de Weber na recensão e na crítica marxista”. In: Gertz, René E. org., *Max Weber & Karl Marx*, São Paulo, Hucitec, 1994.

INSTITUIÇÕES E MERCADO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEO-INSTITUCIONALISMO

Edmilson Lopes Júnior

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociologia nos anos noventa aponta para um revigoramento criativo dos seus campos de estudos e a produção de novos marcos teóricos e analíticos. Essa renovação manifesta-se tanto na ligação entre os níveis micro e macro da análise social¹ quanto na rica aproximação com a história, a antropologia e a economia. O momento frutífero e criativo da sociologia expressa-se especialmente nos novos estudos da organização social da vida econômica.

¹ A percepção desse “novo movimento teórico” foi explicitado, há alguns anos atrás, por Alexander (1987). A ressalva que se pode fazer à investigação instigante do autor é que, passados quase dez anos desde a elaboração do seu artigo, é possível afirmar que mais que um movimento “pendular”, o “novo movimento” possibilitou não só o rompimento com o dogmatismo teórico como a consolidação de novas “regiões” na análise social.

Esses estudos, que emergem no mesmo momento em que ressurgem os estudos *trans*-nacionais e *trans*-culturais, caracterizam-se pela pressuposição de que a vida econômica não pode ser entendida se não se levar em conta as dimensões culturais e cognitivas das estruturas sociais e as instituições políticas nas quais está inserida. A importância cada vez maior dada ao conceito de *embeddedness* (imbricamento), resgatado e reformado “exemplarmente” por Granovetter (1985) a partir da leitura da obra de Karl Polanyi é uma evidência dessa nova realidade da análise sociológica.

A atenção dada pela sociologia à vida econômica é fruto não só de mudanças internas na própria disciplina, mas de mudanças significativas na constituição mesma do Estado, do mercado e das sociedades nacionais provocadas pela globalização da economia. Ao mesmo tempo, o cada vez mais evidente esgotamento do modelo neoclássico enquanto resposta teórica e prática às transformações cruciais da vida econômica e social na década de noventa abre imensas possibilidades para uma nova leitura social da organização econômica (Zukin & DiMaggio, 1990).

A implementação das políticas de reestruturação econômica, especialmente nos países do terceiro mundo, marcados por uma secular “dívida social”, foi deixando claro, no final da década passada, os limites das propostas minimalistas de Estado. O resultado pífio das propostas de liberalização e privatização implementadas sob a orientação de organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI) e que, no caso de alguns países recém-saídos do socialismo real, contou com a presença direta de Departamentos de Economia de algumas universidades americanas, constitui a base para uma reconsideração do Estado e das instituições políticas. Tornou-se cada vez mais forte a idéia de que “*goste-se ou não, o Estado permanece central ao processo de mudança estrutural, mesmo quando a mudança é definida como ajuste estrutural*” (Evans, 1993, p. 109).

O próprio Banco Mundial, guardião da ortodoxia econômica, ao “considerar a possibilidade de que os problemas de seus clientes possam surgir não apenas de más políticas, mas de deficiências institucionais corrigíveis apenas no longo prazo” abriu caminhos para a “terceira onda” no pensamento sobre o Estado (Ibidem, p. 109)² e para a legitimação das análises institucionalistas da economia.

Ao mesmo tempo, as inquietantes questões colocadas pela globalização da economia vão desde a *reengenharia* das estruturas administrativas até a reestruturação das relações de trabalho (com a consolidação de novas formas de organização e uma outra divisão internacional) passando pela nova hierarquização das cidades imposta pelo complexo processo de *dispersão/centralização* espacial da administração do capital.³

Na economia, essas mudanças têm aberto espaço para programas de pesquisas importantes, os quais têm sido apropriados pelas novas pesquisas sociológicas, proporcionando um alargamento significativo da análise do social. Refiro-me especialmente à Nova Economia Institucio-

²Evans identifica três grandes “ondas” do pensamento político e econômico sobre o Estado no século vinte: a primeira foi expressa pelas diversas teorias do desenvolvimento nos 50 e 60, que apoiavam-se na crença de que a partir do aparelho de Estado poder-se-ia promover mudanças estruturais na sociedade, através do aceleramento da industrialização, da modernização da agricultura e da criação de uma infra-estrutura urbana; a segunda onda é aquela em que o Estado aparece como um “problema e predominam as teorias minimalistas e a redução da mudança estrutural a “ajuste estrutural”; e, por último, a “terceira onda”, que caracteriza-se por uma maior atenção à capacidade de ação do Estado “*não apenas no sentido de perícia e perspicácia dos tecnocratas no interior do aparelho de Estado, mas também no sentido de uma estrutura institucional que seja durável e efetiva*”.

³Vai nesse sentido o extraordinário trabalho de Sassen (1991) sobre a constituição das *ciudades globais*. Trata-se de uma apreensão sofisticada do impacto do processo de globalização da economia, especialmente do novo papel dos *serviços produtivos*, na construção da ordem social, política e econômica das cidades bem como na hierarquização entre elas.

nal, expressa nos trabalhos de Williamson (1975 e 1989) e à chamada “economia das convenções”, particularmente forte na França e que tem na *Revue Economique* o seu principal canal de expressão. O que marca esses estudos é a consideração das instituições como elementos chaves da vida econômica. Mesmo sem abandonar o quadro mais amplo do modelo neoclássico, alguns autores têm colocado importantes contribuições para pensar a economia e a sociedade. É o caso de Williamson com a sua teoria dos *custos de transação*.

A preocupação com a instituição e com os processos de institucionalização não só do mercado, mas de normas, valores e modelos organizativos vitais no mundo contemporâneo é o que marca a apropriação feita pela sociologia desses novos estudos econômicos. Ao mesmo tempo, ultrapassando as barreiras tradicionais entre a sociologia e a política (e a antropologia), os estudos institucionais têm aberto um leque amplo de preocupações temáticas e teóricas que torna difícil a sua identificação como um único *programa de pesquisa*. Afinal, pode-se incluir aí desde os trabalhos sobre a nova estrutura do capital e das relações capital e trabalho que Zukin e DiMaggio (1990) denominam de *nova sociologia econômica* até os estudos comparativos de processos revolucionários e da constituição das políticas do *Welfare-State* (Sckopol, 1993), apoiados nas contribuições de Charles Tilly e Immanuel Wallerstein e rotulados como expressões da *sociologia histórica*. Sem esquecer os trabalhos sobre a *construção social do mercado* (Zelizer, 1987 e 1992) e a análise das redes sociais (*networks*), uma das áreas mais ricas e sofisticadas da sociologia recente que consegue apoiar-se tanto nos saltos teórico-metodológicos proporcionados pelo *novo movimento teórico* quanto das técnicas avançadas de pesquisas baseadas na informática (Lazega, 1994).⁴

⁴Enquanto a análise organizacional em geral (e mais especialmente a neo-institucionalista) preocupa-se em saber como um campo de ação é estruturado no tempo através das estratégias de atores e o processo evolutivo dessas estru-

A apresentação sistemática das novas aproximações sociológicas das instituições deve incluir também a chamada *sociologia organizacional*, campo onde o termo *neo-institucionalismo* tem sido usado mais largamente para designar os estudos recentes. As instigantes análises de Perrow (1990 e 1992) sobre a absorção da sociedade pelas organizações apontam para uma atualização original da leitura weberiana da burocratização da sociedade e constituem-se numa das tentativas mais originais de apreender, desde uma perspectiva macro, a complexidade do social na atualidade.

As colocações acima demonstram o formidável campo de possibilidades de leitura da vida social aberto pela análise institucionalista. Não é nossa preocupação expor cada um deles de forma sistemática. O objetivo deste artigo é mais modesto: trata-se apenas de apresentar alguns temas e questões implicados na leitura institucionalista da sociedade. Preocupa-nos especialmente a ligação entre a Nova Economia Institucional e o Velho Institucionalismo Econômico do início do século.⁵

Um dos campos mais interessantes sobre os quais a leitura institucionalista investe é aquele da construção social do mercado. Como essas leituras, em geral, tomam como referência a obra de Karl Polanyi e o conceito de *embeddedness* dedicamo-lhes uma seção. Logo a seguir, de forma sintética, apresentamos alguns traços da análise neo-

turas, a análise das redes (*networks*) oferece os meios técnicos que permitem explorar rigorosamente a constituição e evolução das estruturas organizacionais (Lazega, 1994, p. 307).

⁵Para evitar confusão, gostaríamos de esclarecer o sentido dos diversos termos relacionados ao institucionalismo: por *institucionalismo* designamos as análises econômicas ou sociológicas que incorporam as instituições como fundamentais para a compreensão dos seus objetos de estudo; por *Nova Economia Institucional* designamos as análises econômicas (históricas ou não) empreendidas por Williamson e North; e por *Neo-institucionalismo*, as análises mais “sociológicas” (DiMaggio, Zelizer, Perrow e Faria).

institucionalista. A tentativa é menos de expor os seus conceitos e perspectivas analíticas e mais mostrar as suas potencialidades enquanto *programa de pesquisa*.

Para ilustrar a leitura social do neo-institucionalismo, tomamos como referências os trabalhos de Faria (1989) e Zelizer (1992). Tratam-se de trabalhos *exemplares* e que apresentam uma interessante semelhança não só em relação a perspectiva analítica como também no que diz respeito a alguns temas.⁶ O objetivo da exposição é simplesmente o da *ilustração*. Não nos propomos a resenhar nem a expor exaustivamente a lógica da análise social de cada um.

A título de considerações finais, tentamos apontar alguns limites e possibilidades da leitura social neo-institucionalista.

I - AS INSTITUIÇÕES COMO CHAVE DE LEITURA DA SOCIEDADE

Nesta parte buscamos expor algumas das elaborações e questões mais presentes nos estudos sobre as instituições. Iniciamos buscando delimitar uma definição de instituição, presente especialmente nos estudos da Nova Economia Institucional (NEI, daqui em diante); num segundo momento procuramos explicitar as diferenças entre o Velho Institucionalismo e a NEI no que diz respeito às instituições. Uma última seção desta parte será dedicada à exposição da *instituição* como contribuição para diminuir os “custos de transação”.

⁶ Tanto Faria quanto Zelizer referem-se, por exemplo, a evolução do *valor econômico* dos filhos na família durante a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial ou pós-industrial. Eles estão tratando (Faria mais indiretamente) da mudança, operada pela integração na sociedade de consumo, da *criança útil* (enquanto força de trabalho doméstica e no campo e esperança de apoio à velhice dos pais) à *criança inútil* (não mais considerada como força de trabalho, nem arrimo para a velhice).

I.1 - INSTITUIÇÕES: BUSCANDO UMA DEFINIÇÃO

Em um interessante artigo sobre a “lógica da mudança institucional”, Levi (1991) chama a atenção para o fato de que “*grande parte da atualmente extensa literatura sobre instituições nem mesmo se preocupa em definir o termo*” (p. 80). A seu ver North (1990) seria uma exceção. Para esse autor, uma instituição tem como característica maior a capacidade de delimitar escolhas e possuir mecanismos de implementação de decisões (Levi, 1991, p. 80).

O mais importante é o papel regulador de comportamentos produzido pelas instituições. É isso que faz com que elas possibilitem a identificação dos parceiros (jogadores) diminuindo os riscos do contrato na mesma medida em que aumentam os custos dos comportamentos imprevisíveis. O que diferenciaria *instituição e organização* seria que a primeira diz respeito às *regras do jogo* enquanto a segunda, referir-se-ia à estruturação dos times ou partes em que se inserem os jogadores (North, 1990).

A definição precedente engloba um conjunto bastante amplo de instituições podendo-se incluir aí desde organizações formais até *procedimentos decisórios*. Levi (1991) propõe que se estabeleça uma determinada tipologia (por exemplo, instituições formais e informais). Do contrário, a análise das instituições tornar-se-ia inviável. Esse o caminho para evitar tratar formas tão distintas de regulação de comportamentos como a família, a empresa, a prisão e o mercado como basicamente similares.

O que nos interessa salientar sobre instituição é:

- a) a sua capacidade reguladora enquanto agência legitimadora de papéis, normas e valores;

- b) a sua *funcionalidade*,⁷ na medida em que contribui para a diminuição dos custos de transação, tornando “mais previsível” o comportamento dos atores.

Na construção de uma definição de *instituição* é interessante assinalar a distinção entre *ambiente institucional* e *arranjo institucional* (*institutional arrangements*). Enquanto o *ambiente institucional* diz respeito ao conjunto das regras políticas, sociais e jurídicas fundamentais que definem a base para a produção, o escambo e a distribuição, as quais são exemplificadas pelas regras que governam as eleições, o direito de propriedade e o direito contratual; o *arranjo institucional* refere-se à “estrutura” que possibilita a cooperação (ou competição) entre os membros intra ou inter-instituições. É essa mesma estrutura que pode determinar mudanças na legislação ou no direito de propriedade, por exemplo. (Williamson, 1994, p. 42)⁸

I.2 - O VELHO INSTITUCIONALISMO E A NEI

O institucionalismo americano foi a heterodoxia econômica das décadas de 20 e 30. Tendo por base os estudos pioneiros de Thorstein Bunde Veblen e Jon R. Commons, o *velho institucionalismo* constituiu-se numa das mais importantes tentativas de crítica não-marxista à economia política marginalista. Rejeitando a concepção racionalista da ação

⁷ Uma interessante crítica ao funcionalismo da concepção da NEI sobre as instituições é feita por Elster (1994).

⁸ Apoiando-se nessa definição, Williamson (1994) vai propor um esquema muito interessante (especialmente para as análises da ciência política), composto pelos seguintes elementos: *ambiente institucional*, *estrutura de governo e indivíduos* como “bases” centrais; e *influência, parâmetro de mudança, política eleitoral, condicionamento social e assunto comportamental* como o que estrutura o relacionamento entre aquelas “bases”.

e as visões hedonistas do comportamento, esse institucionalismo elegeu as instituições econômicas do capitalismo industrial ocidental (e mais especialmente americano) como objeto de investigação da economia política.

Rejeitando o naturalismo da economia ortodoxa, que buscava assimilar os fenômenos sociais aos fenômenos naturais considerando-os fora de qualquer controle ou regulamentação, o institucionalismo desenvolveu a idéia de que os arranjos sociais são passíveis de modificação pela ação coletiva. Assim, a ordem econômica e social era concebida como sendo criada e mantida por ajustamentos institucionais voluntários que se construíam indo contra a “ordem espontânea do mercado”.

Em relação à postura metodológica, o velho institucionalismo substituiu a predição, característica da economia ortodoxa, pela descrição e deu um maior privilégio aos estudos de caso e às verificações estatísticas. A preocupação com trabalhos empíricos marca especialmente a geração de institucionalistas que sucede Veblen e Commons, cujas obras eram predominantemente teóricas.

O institucionalismo foi um movimento teórico vigoroso que articulou-se com o que havia de mais avançado na universidade americana na passagem do século: a filosofia pragmatista de Charles Peirce e William James. Esses pensadores e outros mais, reunidos em torno da primeira universidade laica americana, a Universidade Johns Hopkins (Baltimore), absorveram o método experimental e a teoria evolucionista (baseada nas pesquisas então recentes de Darwin), tornando-os emuladores de uma filosofia nova.

Esse pensamento inspirou fortemente Veblen.⁹ Apoiando-se, por exemplo, em “Princípios de Psicologia” de James, Veblen empreende

⁹ As reflexões de Veblen sobre a ciência ganham cada vez mais espaço na atualidade. Ver a respeito os seguintes artigos, publicados na *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*: Barañano (1993a e b) e Veblen (1993).

uma vigorosa crítica à perspectiva psicológica da economia marginalista. A originalidade desse pensador, que é considerado o “pai fundador” do institucionalismo, foi ter assinalado a importância da cultura para a análise econômica. Para ele, os “*esquemas culturais nos quais se insere a ação do homem são o produto de sua herança, de sua experiência passada, traduzidas por intermédio de tradições, de convenções...*”. À essa idéia ele unia a proposição de que ação econômica não poderia ser desvinculada do contexto cultural que forma “*um complexo orgânicos de hábitos de pensamento*” (Renault, 1992, p. 181).

O pensamento de Veblen, especialmente aquele presente em *Teoria da Classe Ociosa*, influenciou fortemente uma das principais obras de Pierre Bourdieu (1979). Veblen desenvolveu a idéia de que o fundamento da propriedade está na rivalidade e que a detenção de riquezas confere honra. Mas para atrair a estima e atenção dos outros não basta ter riquezas; é necessário mostrá-la. Daí a sua preocupação com o lazer e o consumo, formas de tornar visível a riqueza e bases para a conquista de *distinção*.¹⁰

A tradição teórica inaugurada por Veblen não foi acompanhada pela segunda geração de institucionalistas que, imersa no empirismo, não foi capaz de confrontar-se com novos programas de pesquisas, como a macro-economia, desenvolvida a partir das elaborações de Keynes, e o modelo walrasiano de equilíbrio, além da teoria dos jogos.

A NEI tem em comum com o velho institucionalismo a referência ao papel importante ocupado pelas instituições. Sua ambição é a explicação teórica das instituições em dimensões tão distintas quanto a história, a organização industrial e o direito. Distante da crítica do velho institucionalismo à economia ortodoxa, a NEI articula-se com o individualismo metodológico e não se constitui numa proposta de rom-

¹⁰ A respeito da influência da obra de Veblen na sociologia de Bourdieu, ver Lallement (1989).

pimento com a economia neo-clássica. Pelo contrário, a análise das instituições é realizada incorporando noções como a de *equilíbrio* (um dos pilares das formulações neo-clássicas). Os estudos mais teóricos de North (1981 e 1984), por exemplo, tomam sempre como referência o modelo formulado por Walras.

A NEI recupera as elaborações teóricas de Simon sobre a *racionalidade limitada*¹¹ e a noção de *imperfeição da informação* (formulada por Arrow) para fundamentar suas proposições teóricas sobre as empresas. Na sua análise sobre o papel das organizações numa economia de mercado, Menard (1989) afirma a centralidade da idéia de *racionalidade limitada*. A noção de racionalidade limitada não é exatamente uma novidade na análise econômica e muitos economistas neo-clássicos a aceitam sem problemas. No entanto, a racionalidade limitada é admitida somente nas *situações de incerteza*. Diferente é a proposição da NEI: apoiando-se na proposição de Simon (1957) de que o espírito humano tem uma capacidade limitada para formular e resolver problemas complexos, propõe-se que se pode ter racionalidade limitada em qualquer situação¹² da vida econômica e social.

É a partir dessa fundamentação teórica e da assunção da importância das instituições¹³ na vida social (talvez o único ponto de ligação

¹¹Assim é definida a racionalidade limitada por Simon: “*Pode-se designar como teoria da racionalidade limitada (bounded rationality) aquela que incorpora os condicionantes sobre a capacidade do ator em tratar da informação*” (1972, p. 561).

¹²Tomando por base os estudos de Simon e March, Menard (1989) identifica três situações fundamentais na vida econômica: “*as situações certas, onde as conseqüências das escolhas são conhecidas; as situações de risco, onde a distribuição das probabilidades associadas às conseqüências das escolhas é conhecida; e a situação de incerteza, onde não se pode mesmo associar uma probabilidade definida às conseqüências das escolhas*” (p. 780).

¹³Qual a diferença entre organização e instituição? Guerrien (1990) defende a idéia de que a fronteira entre ambas está longe de ser esclarecida. Isso porque na língua de origem do institucionalismo, o inglês, “organization” e “institution” são quase sinônimos.

com O Velho Institucionalismo) que a NEI empreende os seus movimentos teóricos mais significativos para o entendimento da organização social do mercado: a *teoria dos direitos de propriedade* e a *teoria dos custos de transação*.

A teoria dos direitos de propriedade busca apreender as consequências da instauração de tais direitos, especialmente sobre: o comportamento dos agentes e a distribuição e alocação dos recursos. Já a teoria dos custos de transação, que destacaremos melhor na seção seguinte, foi formulada inicialmente por Coase e torna-se, em particular na obra Williamson, um ponto nodal no modelo explicativo da NEI. A idéia central, formulada por Coase, é que a empresa é um instrumento necessário para a diminuição dos custos de transação.

As colocações acima deixam claro a distância de perspectivas entre as duas correntes de análise das instituições. De um lado, a crítica à economia marginalista a partir de uma dimensão cultural; do outro, a tentativa de reformulação do pensamento econômico, introduzindo conceitos e temáticas novas, mas sem propor uma ruptura com alguns dos principais pressupostos do modelo neo-clássico.

I.3 - A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Enquanto para o velho institucionalismo, as instituições são um ponto de partida fundamental para a compreensão dos fenômenos econômicos e sociais, a NEI confere-lhes um estatuto diferente: as instituições respondem à internalização, feita pelos atores, dos limites e problemas (“imperfeições”) do mercado. Assim concebidas, as instituições são entendidas pela NEI como produto de *escolhas* de atores que, diante de algumas situações problemáticas (a incerteza do cumprimento das obrigações por todos os agentes do mercado e o oportunismo, por

exemplo), optam por efetuar contratos (o que exige estruturas organizacionais que os garantam) nas suas interações, do que buscar diretamente a troca no mercado.

Assim, “instituição” ganha um estatuto de algo oposto ao “mercado” (espaço da livre troca). A instituição é nada mais do que a configuração de contratos. É isso que leva membros da NEI a defenderem a idéia de que não só a economia, mas toda a sociedade é constituída por uma rede de contratos.

A noção de que as instituições são tentativas de minimizar os custos de transação impõe a resposta à questão: qual o origem desses custos de transação? A resposta de Williamson (1989) aponta em duas direções: a) a imperfeição da informação e a sua distribuição desigual entre os agentes; e b) a racionalidade limitada dos agentes.

Os dois elementos estão entrelaçados, pois, como afirma Menard (1989), a capacidade limitada faz com que mesmo em uma hipotética situação em que a informação perfeita esteja disponível, o agente individual não tem condições de decodificá-la. A combinação entre imperfeição da informação e racionalidade limitada dos agentes tem como produto a *incerteza*. A junção da incerteza com a repetição das transações cria as condições para o aparecimento do *oportunismo*.

Enfrentar esses dois custos de transação é o objetivo colocado para as instituições. Williamson¹⁴ dedica especial atenção ao oportunismo. Reduzir as condições que tornam possível a emergência do oportunismo e diminuir a incerteza aumentando ao mesmo tempo os espaços de escolha racional dos agentes e deixando claro os limites aos seus comportamentos estratégicos, são esses dois móveis importantes para a criação das instituições. Isso significa diminuir conflitos e socializar os agentes.

¹⁴ É interessante a conexão que Williamson faz de *O Príncipe, de Maquiavel*, com o oportunismo (1994; p. 45).

A preocupação com os custos de transação não é exatamente uma novidade em economia e muito menos uma elaboração da NEI. Williamson (1989) refere-se à definição de Kenneth Arrow de que os custos de transação seriam “*os custos de transação do sistema econômica*”. Os economistas da NEI e os neo-institucionalistas (da Sociologia e Ciência Política) têm estendido essa noção para o conjunto da vida social. North (1984), por exemplo, toma esta proposição para explicar o surgimento do Estado. Este seria uma típica organização, cujo sentido de sua existência teria por objetivo reduzir os custos de transação.

O significado maior da adoção dos *custos de transação* como elemento explicativo da gênese das instituições, na análise econômica, é o rompimento com a concepção do mercado como o elemento responsável pela coordenação das ações econômicas. Para a análise sociológica, a aproximação com a teoria dos custos de transação, fornece importantes *insights* para refletir sobre a institucionalização da sociedade em dimensões outras que aquelas a que se atém os teóricos da NEI (quase exclusivamente econômicas, apesar da defesa de generalização dos seus pressupostos). De outro lado, a centralidade dada aos contratos para o enfrentamento dos custos de transação abre imensas possibilidades de aproximação da NEI com as análises da política na sociedade contemporânea. Voltaremos a essa questão mais adiante em outra seção.

II - O MERCADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Cada vez mais o mercado é tematizado por sociólogos. Há algum tempo terreno quase exclusivo dos economistas, o mercado passa a ser abordado pela sociologia levando em conta muitas das contribuições dos teóricos da NEI. Por outro lado, não são poucos os economistas a

incorporarem aspectos mais tradicionais da análise sociológica na pesquisa sobre o mercado.¹⁵

Numa tentativa de apreender um pouco a noção do mercado como construção social, uma concepção em muito tributária da análise institucionalista, tomaremos como referência a análise de Karl Polanyi sobre a constituição (e colapso) da sociedade de mercado e, num segundo momento, tentaremos abordar o problema do *embeddedness*, caminho para uma aproximação com as análises mais atuais a respeito do mercado como construção social.

II.1 - A INSTITUIÇÃO DO MERCADO SEGUNDO POLANYI

A obra de Karl Polanyi (1886-1964) é uma das principais referências das novas pesquisas desenvolvidas sobre o mercado¹⁶. O ponto central da obra desse pensador, nascido em Budapeste, é buscar superar o naturalismo histórico na compreensão da gênese do sistema de mercado. Essa característica torna a sua uma das grandes obras do nosso século e a força do seu pensamento está presente em autores tão distintos quanto Bourdieu¹⁷ ou Williamson, além de todo um conjunto de trabalhos da antropologia francesa¹⁸ na década de setenta.

¹⁵Salvati (1993) aponta importantes questões para pensar a relação entre a economia e a sociologia. Segundo a autora, embora as transformações importantes por que passa a economia coloquem a necessidade, para o seu avanço científico, de um estreitamento da relação entre essas ciências, há um problema fundamental a ser superado: enquanto a economia possui um paradigma central, a sociologia não o possui.

¹⁶O livro organizado por Zukin e DiMaggio (1990) é um bom exemplo.

¹⁷A apropriação das idéias de Polanyi estão mais explícitas em Bourdieu (1980 e 1989).

¹⁸Na antropologia, o peso da obra de Polanyi pode ser conferido com a leitura de um conjunto de artigos publicado na revista *Annales*. Destacamos es-

Essa perspectiva teórico-metodológica leva Polanyi a assumir uma posição *substancialista* (em oposição a *formalista*) que se apresenta com toda força na idéia de que os fenômenos econômicos estão imbricados (*embeddedness*) no todo social do qual formam parte.

Em *A Grande Transformação*, sua obra mais conhecida, Polanyi (1980[1949]) defende a tese de que

“a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade...” (p. 23).

Diante dessa situação, a sociedade foi obrigada a empreender medidas para proteger-se. Tais medidas, no entanto, significaram por si mesmas, a derrota prática da idéia da autoregulação pelo mercado.

Baseado nessa concepção, Polanyi propõe a idéia de que enquanto o liberalismo foi o resultado da intervenção do Estado, o que os economistas liberais denominaram de “conspiração anti-liberal” não passou de uma reação natural e espontânea de uma sociedade que percebia o perigo do sistema de mercado para a vida social e para a natureza.

Para chegar a essa compreensão, Polanyi faz uma reconstituição do processo de institucionalização do mercado, dando especial destaque aos acontecimentos históricos e aos fatos políticos e administrativos que levaram à conversão do trabalho, da terra e do dinheiro em *mercadorias*.

A queda da “civilização do século XIX”, expressa no fim dos pilares dessa sociedade (o padrão ouro, o Estado Liberal, o mercado auto-

pecialmente Valensi, Randles e Godelier, além de (numa intervenção oral no debate) DUBY (1974). Os antropólogos apropriaram-se sobretudo dos conceitos de *reciprocidade* e *distribuição*, utilizados por Polanyi (1980) para explicitar a diferença das trocas nas sociedades tradicionais e na sociedade de mercado.

regulador e o equilíbrio de poder entre as potências), fez ascender, como consequência *perversa*, o nacionalismo e as “soluções fascistas”.

As obras de Polanyi e Veblen constituem-se, ao nosso ver, em duas das mais importantes críticas não-marxistas à teoria econômica liberal e, no caso de Polanyi, à noção de troca e à fábula da *mão invisível*. Ao defender a idéia de uma *economia na natureza*, caracterizada pela *re-distribuição* e não pela troca tal qual a concebem os economistas liberais, Polanyi chama a atenção para o fato de que não é em todas as sociedades que os fatores econômicos jogam um papel central.¹⁹

Nas sociedades tradicionais (ou sociedades sem mercado), onde “*os padrões institucionais e os princípios de comportamento se ajustam mutuamente (...) o sistema econômico é mera função da organização social*” (Polanyi, 1980, p. 64). Os trabalhos de antropólogos e historiadores, mostraria ao contrário, “*que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais*” (p. 61).

Referimo-nos acima a uma das proposições mais interessantes de Polanyi e que é cada vez mais citada nos estudos atuais dos fenômenos econômicos: a idéia da inseparabilidade do econômico e do social (condensado na expressão *embeddedness of economy in society*). A idéia de Polanyi é que nas sociedades tradicionais o imbricamento entre economia e sociedade é maior e diminui nas sociedades de mercado, onde o econômico parece autonomizar-se.

Rejeitando a idéia de autonomização do econômico e de possibilidade de existência duradoura do mercado auto-regulável, Polanyi abriu o caminho, pela formulação da noção de *embeddedness*, para a redefinição do mercado. Uma redefinição que leva em conta as convenções, as regras, as leis, os sentidos, as paixões, os valores e todos os múltiplos mecanismos de sua estruturação social.

¹⁹Para fundamentar essa argumentação, Polanyi (1980, p. 59-69) recorre inúmeras vezes aos trabalhos de antropólogos, notadamente Malinowski.

II.2 - O EMBEDDEDNESS, O MERCADO E A CULTURA

Deve-se a Mark Granovetter, em grande parte, a disseminação atual da concepção da ação econômica como socialmente situada. Em um artigo publicado há quase uma década, Granovetter (1985) retoma a noção do imbricamento (*embeddedness*) do econômico no social, formulada por Polanyi, redefinindo-a. A idéia é que o *embeddedness* foi menor do que supõe Polanyi nas sociedades tradicionais (ou *sociedades pré-mercados*) e é maior nas sociedades modernas de mercado.

De uma certa forma, a noção de *embeddedness* tal qual defendida por Granovetter está articulada com a idéia da ação econômica como *ação social* no sentido weberiano. Ou seja, uma ação que se orienta por relação ao comportamento do outro e em função da significação que ela adquire num determinado contexto. Nesse sentido, a conduta que visa a maximização dos lucros “*não poderia, em princípio ser separada da busca da aprovação social, do status, da sociabilidade e do poder*” (Granovetter e Swedberg, 1991, p. 101).

Uma terceira proposição relacionada com as anteriores diz respeito a noção de que as instituições econômicas devem ser apreendidas como *construções sociais*. Ou seja, as instituições devem ser entendidas como produtos da história e da ação de atores que estão inseridos em relações sócio-históricas pré-existentes. Esse posicionamento distancia Granovetter das formulações da NEI (e mais especialmente da *teoria dos custos de transação* tal qual é formulada por Oliver Williamson) e o aproxima da percepção fenomenológica das instituições presentes na obra clássica de Berger e Luckman (1990).

As formulações de Granovetter constituem-se numa crítica vigorosa às noções de senso comum da economia ortodoxa. A visão neoclássica de mercado é fortemente rejeitada e abre-se espaço, superando o

atomismo de algumas variantes do individualismo metodológico,²⁰ para uma apropriação positiva das contribuições da antropologia e da história.

No entanto, o movimento teórico da *nova sociologia econômica* propõe-se a algo maior do que uma simples crítica à teoria econômica neo-clássica. Trata-se, segundo Zelizer, de

“repensar os fundamentos mesmos das relações de mercado demonstrando os múltiplos mecanismos de sua estruturação social. O objetivo desses trabalhos não é outro senão fundar uma concepção verdadeiramente sociológica do mercado como tipo particular de relação social institucionalizada implicando produção, consumo e troca” (Zelizer, 1992, p. 3).

O artigo de Zelizer do qual foi retirada a citação acima é uma interessante reconstituição das abordagens críticas sobre o mercado. Essa autora, que merecerá uma seção à parte mais adiante, embora reconheça a consistência das formulações de Granovetter, critica o seu *determinismo sócio-estrutural*, além da secundarização da cultura na análise do mercado. Identificando as proposições de Granovetter como situados no modelo do “mercado subordinado”, marcado pela ressurreição da dicotomia entre o *econômico* e *sócio-estrutural*, Zelizer propõe uma outra alternativa ao paradigma neo-clássico do mercado: o modelo dos “mercados múltiplos”.

A ambição desse modelo é superar “tanto o absolutismo econômico quanto o determinismo cultural e o reducionismo sócio-estrutural” (Zelizer, 1992, p. 3). Tomando Bourdieu como referência, o modelo dos “mercados múltiplos” considera os fenômenos econômicos como “estritamente imbricados num conjunto de relações sociais e simbólicas”.

²⁰ Para uma avaliação crítica do individualismo metodológico e como ele articula-se com outras correntes da sociologia americana da atualidade, ver Wacquant e Calhoun (1989).

Para Zelizer (1992), as relações sociais e os valores não se submetem passivamente a um mercado homogêneo e todo poderoso. Pelo contrário, “*são as relações sociais que determinam os mercados múltiplos criando de forma dinâmica novos modos de troca e repartição*” (p. 24).

Do nosso ponto de vista, o modelo proposto por Zelizer constitui-se num instrumento teórico para explicar a constituição e evolução de mercados específicos (pensamos aqui no “mercado de paisagens”, constituído pelo crescimento do turismo internacional). Ao incorporar a noção de “moedas específicas”, isto é, a idéia de que existiriam moedas modeladas “*por um sistema particular de fatores culturais e estruturais que as tornariam qualitativamente distintas*” (Zelizer, 1992, p. 24), o modelo dos “mercados múltiplos” constitui-se também num importante suporte para pensar formas particulares de trocas,²¹ superando a homogeneização de moedas e trocas do paradigma dominante na economia.

Embora o modelo proposto por Zelizer signifique um avanço em relação à análise “sócio-estrutural” proposta por Granovetter, especialmente pela tentativa de superação dos determinismos econômicos e sócio-estruturais e pela significativa incorporação do simbólico, trata-se de um modelo limitado para pensar no nível macro. A sua contribuição para pensar a nova cultura de mercado, a constituição de novas redes de consumidores e produtores e a globalização da economia, dentre outros, é muito limitada.

Situando-se a meio caminho das abordagens de Granovetter e Zelizer e incorporando contribuições dos dois, Zukin e DiMaggio (1990) têm apontando para questões de nível macro como, por exemplo, a inadequação das instituições atuais em responder aos desafios colocados pelas mudanças estruturais da globalização da economia. Ao mesmo tempo esses autores, na introdução de um livro por eles organi-

²¹ Uma bom exemplo da aplicação desse modelo é a análise feita do “mercado matrimonial” dos camponeses, realizada por Bourdieu (1989).

zado, preocupam-se com a cultura do *japonismo*, isto é, a hegemonia dos modelos japoneses de administração e organização da produção.

Zukin e DiMaggio flexibilizam a noção de *embeddedness*, usando-a como referência da natureza contingente da ação econômica no que diz respeito às suas dimensões cognitivas, culturais, sócio-estruturais e político-institucionais (1990, p. 12). Daí derivam-se noções com pretensões a categorias analíticas como *cognitive embeddedness*, *cultural embeddedness*, *strutural embeddedness* e *political embeddedness*.

Acreditamos que as formulações de Zukin e DiMaggio fornecem importantes *insights* para a análise dos fenômenos ligados à reestruturação global dos mercados e à “acumulação flexível”, mencionados exemplarmente por Harvey (1992). A nova cultura ligada ao setor de serviços e à polarização social da sua concentração espacial, nos termos colocados por Sassen (1991) ou a constituição de redes (algumas delas étnicas, outras nacionais)²² de produtores e consumidores, são fenômenos passíveis de compreensão à partir das colocações dos autores acima mencionados.

As seções precedentes apontam algumas questões: qual o lugar da análise neo-institucionalista? Em que consiste sua novidade enquanto perspectiva de análise política e sociológica? Qual a relação (ou apropriação) que essa “corrente” faz das formulações da NEI e do velho institucionalismo americano? Buscamos a seguir, senão responder, pelo menos tocar em algumas questões relacionadas com essas perguntas.

²² O livro mais recente de Granovetter (1994) é dedicado à apreensão das sociabilidades produzidas pelas redes étnicas de trabalho.

III - A ANÁLISE NEO-INSTITUCIONALISTA

O campo comumente denominado *neo-institucionalista* é amplo o bastante para incorporar desde as elaborações de Paul DiMaggio, Charles Perrow, Sharon Zukin, Theda Skocpol, e Viviana Zelizer, dentre outros.²³ A diversidade de temas e filiações teóricas (e algumas vezes, disciplinares) não impede a identificação de um eixo comum: a recorrência às instituições ou aos processos de institucionalização²⁴ como elementos importantes de cognoscibilidade do social.

A nossa hipótese é que o *neo-institucionalismo* é, hoje, o mais frutífero movimento teórico-metodológico de articulação dos níveis micro e macro na análise social. A sua força explicativa manifesta-se na ampla repercussão dos seus pressupostos, que vai além da sociologia. Assim, é possível encontrar autores que não se identificam como neo-institucionalistas (ou que raramente citam os trabalhos mais consagrados do “movimento”) assumindo, muitas vezes implicitamente, proposições neo-institucionalistas.

Pode-se considerar, por exemplo, que os melhores argumentos dos parlamentaristas brasileiros, quando do plebiscito de 1993, expressavam uma posição institucionalista. Entendemos que as melhores intervenções no debate, foram feitas pelos autores e atores que davam prioridade à reforma institucional²⁵. Referimo-nos especialmente aos ar-

²³Para uma pesquisa mais detalhada sobre os trabalhos neo-institucionalistas (especialmente históricos), consultar os números mais recentes da revista *Theory and Society*, dirigida por Paul DiMaggio.

²⁴Temos claro a ambigüidade que ronda a palavra *instituições*. Para uma melhor compreensão dos múltiplos sentidos de *instituição* (além de *institucionalizar*), ver o excepcional trabalho de Reis e Castro (1993, p. 82, nota de rodapé nº 2).

²⁵A relação entre mudança institucional e estabilidade política ou ainda a proposição de que a necessidade da reforma institucional se impõe para responder à realidade de uma sociedade complexa, que sofreu mudanças estrutu-

tigos de Régis de Castro Andrade (1991 e 1993) e a um artigo de Arturo Valenzuela (1991) que, embora não se dirigisse especificamente ao Brasil, contribuiu enormemente para alguns dos melhores momentos da discussão sobre a necessidade de mudança institucional no país.

O mais significativo, no entanto, no movimento neo-institucionalista é a sua apropriação de distintas tradições teóricas, de uma forma rigorosa que não dá margens para acusações de ecletismo. Assim, Zukin e DiMaggio (1991) referem-se tanto à fetichização da mercadoria (Karl Marx) quanto à ação social tal qual é compreendida por Max Weber; Zelizer aproxima-se da teoria da prática (Pierre Bourdieu) e da fenomenologia de Berger e Luckman; e Perrow, articula sua análise das organizações com proposições clássicas de Talcott Parsons e a *teoria da estruturação* de Anthony Giddens.

Em certa medida, o neo-institucionalismo está mais próximo do velho institucionalismo econômico de Veblen, dada a importância conferida à cultura, do que do institucionalismo organizativo (sociológico) de Philip Selznick, cuja preocupação maior era o conflito inter-organizacional e as relações das organizações com o seu meio ambiente²⁶ baseado numa análise estritamente formal. Com relação à NEI, cujos trabalhos (especialmente os de Williamson e North) são frequentemente citados, os neo-institucionalistas incorporam as noções de *contrato* e de *custo de transação* como elementos explicativos da gênese das instituições. Distanciam-se, no entanto, do seu individualismo metodológico e do seu horizonte econômico neo-clássico. Quanto à racionalidade limitada, tendem a estendê-la dos atores individuais às organizações e

rais nas últimas décadas, foram importantes elementos *institucionalistas* das melhores argumentações parlamentaristas.

²⁶ Nos últimos anos tem ressurgido a preocupação com o *meio ambiente* das organizações. A nova *Organizational Ecology* preocupa-se em relacionar a *população de organizações* com as condições e recursos do seu *meio ambiente* (Hanan e Freeman, 1989).

incluem a visão de que as estruturas organizacionais comportam, no seu cotidiano, boa dose de irracionalidade. Os neo-institucionalistas ultrapassam a concepção de racionalidade limitada da NEI, chamando a atenção para as dimensões não-reflexivas, rotineiras e não questionadoras da maior parte das ações humanas.

Thelen e Steinmo (1992) ressaltam uma dimensão importante dos estudos neo-institucionalistas: a compreensão de processos históricos a partir de estudos comparativos (destaque às pesquisas histórico-sociológicas de Skocpol [1985]). Tais trabalhos buscam captar os *vetores institucionais* (Faria, 1989) tanto dos processos revolucionários quanto da modernização, das novas relações industriais e do *Welfare-State*,²⁷ dentre outros.

Uma outra dimensão importante dos estudos institucionalistas é o das organizações. Destaca-se aqui a tentativa de apreender os padrões, valores e regras que as constituem e como elas agem sobre os indivíduos e estes sobre elas (Thelen e Steimo, 1992). As proposições de Perrow (1991 e 1992) são, de longe, as mais instigantes e provocativas. A sua concepção de que as grandes organizações são os elementos centrais da sociedade norte-americana e que as instituições devem ser tomadas como a *chave* explicativa da política, da estrutura social e das crises dos anos oitenta e noventa expressa a posição neo-institucionalista mais radical. Se as organizações são tão importantes na atualidade, argumenta Perrow (1992), é porque elas já *absorveram* a sociedade.

“Hoje em dia a tecnologia é mais o produto das organizações que seu motor. A infra-estrutura social da sociedade, incluindo a religião e a família, tem sido conformada para fazer frente ao novo fenômeno e tem cada vez menos uma realidade independente. Finalmente, nossa psicologia social, isto é, nossos modos de construir a realidade, está mais e mais forjada por uma acomodação às organizações” (Perrow, 1992, p. 21).

²⁷Skocpol (1993) faz uma interessante reconstituição histórica e sociológica do Estado e das políticas sociais nos EUA do final do século XIX até a década de 30.

As organizações que merecem a atenção dos institucionalistas vão desde as grandes corporações empresariais e as universidades norte-americanas até as novas associações empresariais japonesas e coreanas, além das associações de assistência social de voluntários no Canadá. Quanto aos processos de *institucionalização*, as análises históricas e aquelas dedicadas ao estudo do mercado (muitas vezes identificadas como fazendo parte da *nova sociologia econômica*), mostram o vigor e a potencialidade da análise neo-institucionalista. E é sobre processos de *institucionalização* que tratamos, a título de ilustração, na parte a seguir do trabalho.

IV - DUAS ABORDAGENS DE PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A universalidade e a força metodológica das novas abordagens neo-institucionalistas expressam-se em múltiplas direções. A análise dos processos de institucionalização é uma das mais significativas. Nesta parte apresentamos dois trabalhos que buscam apreender a institucionalização de dois fenômenos sociais importantes. Entrecruzando-se com outras tradições teórico-metodológicas, como é o caso do individualismo metodológico (na sua melhor expressão, articulado ao marxismo analítico) ou à *teoria da prática*, as análises institucionalistas de Vilmar Faria e Viviana Zelizer são duas das melhores expressões da potencialidade do *novo movimento teórico institucionalista* para a apreensão de processos específicos de institucionalização.

IV.1 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEMANDA POR REGULAÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL SEGUNDO VILMAR FARIA

A compreensão dos *vetores institucionais* da institucionalização da demanda por regulação da fecundidade no Brasil, realizada por Faria (1989), insere-se numa preocupação maior que é o entendimento da di-

nâmica populacional e das “transições demográficas” nas sociedades ocidentais. Tentando ir além das explicações convencionais, ancoradas no determinismo estrutural onde a desconsideração pela intervenção dos atores sociais concretos dá às estruturas (a proletarianização, a distribuição de rendas, o empobrecimento) o primado da explicação sobre “*a generalização das práticas de regulação e declínio nas taxas de fecundidade*” (p. 68), Faria propõe uma análise que leve em conta

“os processos concretos de mudança institucional, entendida como mudanças nas diversas estruturas que articulam orientações valorativas estratégicas, definem e redefinem as normas comportamentais que dão sentido à ação social, e estabelecem novos conjuntos alternativos a partir dos quais os atores individuais realizam suas escolhas” (Faria, 1989, p. 68).

Não se trata simplesmente de desconsiderar as explicações estruturalistas ou empiristas da dinâmica populacional, mas de adicionar um conjunto de elementos determinantes, que articulam *estrutura e ator social*, levando em conta os valores que orientam as escolhas dos atores. Ou seja, as *estruturas estruturadas e estruturantes* a que se refere Bourdieu (1992).

A proposta do trabalho é construir argumentos em defesa da idéia de que as políticas de crédito ao consumidor, de telecomunicações e previdência social e de atenção à saúde, “*foram estratégicas para acelerar processos de mudança sócio-cultural que tiveram um impacto decisivo sobre o declínio da fecundidade no Brasil...*” (Faria, 1989, p. 68).

É a insatisfação com a explicação geral, relacionando as mudanças na dinâmica populacional, especialmente a demanda por regulação da fecundidade, com a expansão do capitalismo urbano-industrial (e suas conseqüências sócio-estruturais), que leva Faria a defender a idéia de que

“é preciso investigar, em cada caso, como ocorrem as transformações materiais, sociais e culturais responsáveis pela mercantilização e secularização da vida social que alteram as orientações normativas e valorativas dos atores, seus interesses, suas preferências e o leque de suas alternativas de escolha em contextos institucionais relevantes para a regulação da fecundidade” (Faria, 1989, p. 71).

Na construção do argumento central de que políticas governamentais tão diversas como de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de previdência e de atenção à saúde foram importantes para a institucionalização da demanda por regulação, a noção de *efeito não antecipado* ganha um importante estatuto teórico-metodológico em Faria. A idéia é que as políticas acima mencionadas não tinham objetivos explícitos (e quase certamente, não implícitos) de controle populacional. Trata-se de uma proposição tributária de Boudon (1979) e presente em formulações de muitos outros cientistas sociais, especialmente daqueles próximos ao individualismo metodológico.²⁸

A importância da noção de *efeitos não antecipados*²⁹ para a compreensão da contribuição das políticas anteriormente mencionadas na institucionalização da demanda por regulação da fecundidade explicita-se na seção intitulada “Importância e Resultados Gerados pelas Políticas de Governo”. Após referir-se às políticas de crédito ao consumo, de telecomunicações, de previdência social e de atenção à saúde (e de apresentar dados sobre a sua expansão no período pós-64), Faria afirma:

²⁸A análise de Faria incorpora instrumentais analíticos do individualismo metodológico, nas suas versões francesa e americana, mas está razoavelmente distante da explicação da “escolha racional”. Para uma compreensão dessa distinção, ver Przeworski (1988).

²⁹ Uma discussão sobre as “consequências não-intencionais da ação intencional” (o equivalente de efeitos não antecipados ou *perversos*) é trabalhada no primeiro capítulo de um dos principais livros de Elster (1985). Elster refere-se à *causalidade subintencional* e *causalidade supra-intencional*.

“O resultado global desses processos foi a integração real ou simbólica em uma sociedade de mercado e de consumo, onde os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, passaram a desempenhar função nodal na reprodução da sociabilidade; em que a política previdenciária assumiu - para o bem ou para mal - a responsabilidade securitária na velhice ou na viuvez; e onde a cultura médica expandiu a força de sua autoridade sobre crescente contingentes populacionais passando a regular, cada vez mais, novas esferas da vida social, medicalizando-as. Ora, tudo isso constitui um conglomerado complexo e inter-relacionado de vetores institucionais, portadores de constelações de conteúdos de consciência, que passaram a incidir sobre o comportamento dos atores individuais, potencializando a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade marital, cuja possibilidade estrutural o avanço do desenvolvimento capitalista passou a ensejar” (Ibidem, p. 76).

A análise consegue ultrapassar a armadilha do dualismo metodológico entre *estrutura* e *ator*, levando em conta o contexto e os constrangimentos que *informam* as preferências dos atores. Ao mesmo tempo; toma tais preferências como estruturantes de uma nova realidade social. No caso, a demanda por regulação da fecundidade. Supera assim a “reificação das estruturas” sem incorrer numa análise do comportamento dos atores como orientados exclusivamente pela *razão calculadora*.

O trabalho de Faria (cujas referências empíricas e teóricas e a construção argumentativa demandariam um outro texto) evita a armadilha em que caem as pesquisas mais tradicionais sobre as instituições, especialmente aquelas construídas com base na teoria dos custos de transação, que é uma explicação funcional das instituições e dos processos de institucionalização. Assume-se que as instituições existem por que são úteis para diminuir custos e desconsidera-se o processo de construção das mesmas. No trabalho de Faria, ao contrário, mais importante do *por que* é a tentativa de apreender *como* se construiu o processo de institucionalização da demanda por regulação da fecundidade no Brasil.

Uma última consideração diz respeito às conclusões a que chega o trabalho. A ausência de uma política pública de oferta de meios de regulação da fecundidade, em parte legitimada por uma avaliação político-ideológica desastrosa de setores progressistas, teve como principal consequência a regulação exclusiva pelo mercado (através de meios legais ou não). Essa situação fez recair sobre os setores populares o ônus mais pesado da regulação da fecundidade, fazendo emergir assim um efeito perverso no sentido literal.

IV.2 - VIVIANA ZELIZER E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE CRIANÇAS NOS EUA

O trabalho de Zelizer (1987 e 1992) diz respeito a uma realidade dramática e desconcertante: a constituição e evolução do mercado de crianças nos EUA, no período de 1870 a 1930.³⁰ Zelizer trata de um fenômeno social que, resguardada sua particularidade, tem alguma semelhança com a questão tratada por Faria: os dois investigam fenômenos relacionados às representações sobre a família, os filhos e seus custos.

Num primeiro momento, o mercado de bebês diz respeito às “crianças úteis”, que se destinavam ao trabalho doméstico ou no campo. “Babás profissionais” e um conjunto de agências constituíram-se no final do século XIX, nas principais cidades americanas, com o objetivo de cuidar das crianças de mães solteiras ou de famílias pobres. Além de receberem uma determinada quantia em dinheiro da mãe, os profissionais tinham o direito de, chegado os sete ou oito anos, vender as crianças no mercado de trabalho infantil. Tratava-se de um mercado legiti-

³⁰ Mesmo circunscrevendo sua pesquisa a um determinado período histórico, Zelizer não deixa de fazer referências a evolução das representações sociais sobre a criança nos EUA até os dias de hoje.

mado socialmente e tido como honesto. As instituições governamentais combatiam apenas alguns “excessos” praticados pela agências ou pelas “famílias compradoras”.

Nesse mercado, as crianças tinham o seu preço determinado pela idade e capacidade de trabalho. As crianças deficientes ou mais frágeis, cujos preços não compensava anos de investimentos eram muitas vezes “descartadas”, abandonadas à alguma instituição de caridade ou à morte. Era também um mercado “democrático”: como o preço da criança era determinado pela sua capacidade de trabalho não havia muita preocupação em relação à cor da criança.

O que Zelizer procura apreender é como se constrói o preço da criança quando a adoção para o trabalho vai sendo condenada socialmente e começa a se instituir a “adoção afetiva”. Por outro lado, sua investigação diz respeito aos elementos determinantes para a institucionalização do mercado de bebês para a adoção afetiva.

A situação é paradoxal: quando as crianças tornam-se “inúteis” (para o trabalho), devido a pressão social e o aparecimento da legislação do trabalho, o seu preço monetário é acrescido enormemente.

“As preferências dos parentes adotivos do século XX, em matéria de sexo e idade, traduzem a evolução cultural por que passou a adoção. Enquanto no primeiro período, o valor dado à criança útil dava preferência às crianças robustas e de mais idade, especialmente do sexo masculino; num segundo momento serão os bebês e, mais especialmente do sexo feminino, que serão os alvos da procura” (Zelizer, 1992, p. 19).

O trabalho de Zelizer é uma vigorosa denúncia de um mercado que existe até os dias atuais. De forma legal e ilegal. Ao lado do “mercado negro”³¹ de crianças, onde um bebê branco e de olhos azuis

³¹ Para os que consideram a temática secundária, basta lembrar a rede de tráfico de bebês que existia nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba,

pode alcançar o preço de 100 000 dólares, existem as agências legais, constituídas por escritórios de advogados e maternidades, que embutem o preço das crianças nos “serviços prestados”. A autora cita o caso de dois proprietários de agências dos anos 40 e 50, cujos faturamentos, em uma década, excederam um milhão de dólares. Um advogado do Brooklyn em apenas dezoito meses, no início dos anos cinquenta, faturou 160 000 dólares.

Para além dos contornos desse mercado, interessa apresentar a dimensão institucionalista da análise de Zelizer. Nesse sentido é importante perceber que um dos *vetores institucionais* (Faria, 1989) mais importantes para a constituição do mercado de bebês para adoção é a disseminação da *teoria da influência do meio sobre o indivíduo*. A noção de que “é o meio que conta” legitima tomar *como um filho* a criança adotada.

Outros dois vetores importantes são, de um lado, a construção ideológica da maternidade “como projeto de vida”³² e, de outro, o aparecimento da legislação trabalhista limitando o trabalho das crianças. Embora a maioria das crianças tenha sempre se destinado aos trabalhos domésticos, a legislação trabalhista e a idéia da maternidade como projeto de vida contribuíram para disseminar valores e representações que levavam tanto à valorização afetiva da criança quanto à condenação do trabalho infantil.

Enquanto a criança destinada ao trabalho (doméstico ou no campo) tinha como base para seu “preço” sua força de trabalho, a criança destinada a adoção por afetividade é representada socialmente como uma “criança sem preço”. Não se paga por afetividade. O paradoxo é

recentemente desmantelada e que envolvia médicos, advogados e juízes. O mercado de crianças é, na atualidade, um mercado internacional cujos contornos necessitam ser apreendidos.

³² Zelizer (1987) chama a atenção para o destaque dado pela imprensa a figuras do mundo artístico que passaram a adotar crianças “por amor maternal”.

que a “criança sem preço” ou “inútil” (Zelizer, 1987) redefine o mercado de crianças, aumentando seu valor monetário.³³

Quanto a determinação do preço da criança, Zelizer (1987) aponta que ele evolui na proporção em que cai a taxa de natalidade nos EUA. No entanto, trata-se de um preço, reconhece a autora, cuja expressão monetária é difícil de ser determinada. As suas análises levam ao reforço das noções de “moeda específica” e de “mercados múltiplos”.

“Existe um grande mercado de crianças, mas ele não coincide com o modelo neo-clássico de um mercado único, puramente instrumental, fora do alcance das perturbações sociais ou culturais. No caso das crianças, o mercado é determinado pela definição cultural das crianças que faz deles seres ‘sem preços’ e pela transformação social e econômica no seio da família” (Zelizer, 1992, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ruptura das antigas barreiras disciplinares, identificada como uma das expressões do pós-modernismo, tem propiciado a superação da chamada crise do “pós-funcionalismo” (Alexander, 1987), abrindo espaços para a constituição de um importante campo de investigação sobre as instituições e os processos de institucionalização. Campo aberto a múltiplas contribuições, define-se menos pela ligação a um paradigma e mais pela tentativa de articular os níveis micro e macro na análise do social e pela unidade temática (as instituições).

³³ Contrariando todas as perspectivas, o crescimento do mercado de crianças tem se mantido constante. Em 1975 uma pesquisa do Congresso americano estimava que, no mínimo, 5000 crianças eram vendidas anualmente.

As ricas possibilidades de análise do social abertas pela perspectiva neo-institucionalista são diretamente proporcionais à incorporação de distintas tradições teóricas e disciplinares, cujo exemplo mais ilustrativo é o da *teoria dos custos de transação*. O impacto causado pelas análises neo-institucionalistas, ultrapassam em muito os limites da sociologia. Um exemplo é o crescimento, especialmente na França, da chamada *economia das convenções*.

Por outro lado, a intersecção da análise neo-institucionalista com a nova sociologia econômica tem proporcionado às ciências sociais, em particular dos Estados Unidos, uma compreensão das grandes transformações por que passa o mercado e a vida econômica como um todo na atualidade. Tais mudanças têm provocado questionamentos sobre a explicação econômica tradicional, suscitando indagações sobre as dimensões culturais, sócio-estruturais e simbólicas envolvidas na feitura das economias e dos mercados em particular.

Ao mesmo tempo que abre uma possibilidade de tornar as ciências sociais mais competentes no entendimento das transformações do mundo atual, a análise neo-institucionalista exige também uma recuperação criativa da tradição das nossas disciplinas. Um só exemplo: como é possível analisar as performances econômicas de países como o Japão e Alemanha, sem levarmos em conta formulações sociológicas clássicas sobre os valores comunitários, familiares e nacionais? De outro lado, a análise neo-institucionalista tem avançado, em algumas das suas versões, para a elaboração de complexos modelos matemáticos, o que tem sofisticado a análise de determinados fenômenos sociais, como é caso dos fenômenos demográficos (Baum e Oliver, 1992). Por último, análises como as de Faria (1989) e Zelizer (1987 e 1992), mostram a potencialidade da análise institucionalista em contribuir para a compreensão de processos sociais os mais diferenciados.

O presente trabalho, marcado por uma leitura em construção da análise neo-institucionalista e de suas múltiplas derivações, objetivou chamar a atenção para um campo de análise social que tem ficado ao largo das nossas intermináveis discussões sobre a “crise das ciências sociais”. Constituindo-se não num novo paradigma, mas numa importante base para a afirmação de uma análise não-dogmática e criativa da vida social neste final de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1987). “O Novo Movimento Teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4; vol. 2.
- ANDRADE, Régis de Castro. (1991), “Presidencialismo e Reforma Institucional no Brasil”. *Lua Nova*, n. 24.
- _____. (1993). “A Reforma Institucional no Brasil”. *Lua Nova*, n. 28/29.
- BARAÑANO, Margarita. (1993). “Thorstein Veblen: Un Alegato en Favor de la Ciencia”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 61.
- _____. (1993). “Veblen y el Homo Oeconomicus”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 61.
- BAUM, Joel A. C. & OLIVER, Christine. (1992). “Institutional Imbeddedness and the Dynamics of Organizational Populations”, *American Sociological Review*, vol. 57, n. 4.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. (1990). *A Construção Social da Realidade*. São Paulo, Vozes. 8. edição.
- BOUDON, Raymond. (1979), *Efeitos Perversos e Ordem Social*. Rio de Janeiro, Zahar.

- BOURDIEU, Pierre. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- _____. (1980). *Le Sens Pratique*. Paris, Minuit.
- _____. (1989), "Reproduction interdite: La dimension symbolique de la domination économique". *Études Rurales*, n. 113/114.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic J. D. (1992). *Réponses: Pour une anthropologie réflexive*. Paris, Éditions du Seuil.
- DUBY, Georges. (1974). "Débat". *Annales*, ano 29, n. 6.
- ELSTER, Jon. (1985), *Making Sense of Marx*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (1994). "Un Commento a Williamson". *Stato e Mercato*, n. 40.
- EVANS, Peter. (1993). "O Estado como Problema e Solução". *Lua Nova*, n. 28/29.
- FARIA, Vilmar. (1989), "Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: Conseqüências não Antecipadas e Efeitos Perverso". *Ciências Sociais Hoje*.
- GODELIER, Maurice. (1974). "Débat". *Annales*, ano 29, n. 6.
- GRANOVETTER, Mark. (1985). "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". *American Journal of Sociology*, n. 91.
- _____. (1994). *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*. Cambridge, Harvard University Press.
- GRANOVETTER, Mark & SWEDBERG, Richard (eds). (1991). *The Sociology of Economic Life*. Boulder e San Francisco, Westview Press.
- GUERRIEN, Bernard. (1990). "Quelques réflexions sur institutions, organisations et histoire". *Economie Appliquée*, tomo XLIII, n. 3.
- HARVEY, David. (1992). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- HANNAN, Michael T. & FREEMAN, John. (1989). *Organizational Ecology*. Cambridge, Harvard University Press.

- LALLEMENT, Michel. (1989). "Dialectique et Sens pratique". *Economie et Société, Série Economia* - PE n. 12.
- LAZEGA, Emmanuel. (1994). "Analyse de réseaux et sociologie des organisations". *Revue Française de Sociologie*, n. 95.
- LEVI, Margaret. (1991). "Uma Lógica da Mudança Institucional". *Dados*, vol. 34, n. 1.
- NORTH, Douglass C. (1981). *Structure and Change in Economic History*. Norton New York.
- _____. (1984). "Government and the Costs of Exchange in History". *Journal of Economic History*, XLIV, n. 2.
- _____. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.
- MENARD, Claude. (1989). "Les Organisations en économie de marché". *Revue d'Économie Politique*, n. 6 (ano 99).
- PERROW, Charles. (1990). "Economic theories of organization". In: Zukin, Sharon & DiMaggio, Paul. (eds). *Structures of Capital: The social organization of economy*. Cambridge University Press.
- _____. (1991). "Una Sociedad de Organizaciones". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 56.
- PRZEWORSKI, Adam. (1988). "Marxismo e Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 6.
- POLANYI, Karl. (1980). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- RANDLES, W. G. L. (1974). "La Réciprocité Bantu". *Annales*, ano 29, n. 6.
- REIS, Fábio W. & CASTRO, Mônica M. M. de. (1992), "Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro". *Lua Nova*, n. 26.
- RENAULT, Michel. (1992). "L'économie institutionnaliste et la philosophie pragmatique: la nature humaine, les totalités et les valeurs". *Economies et Société, Série Economia* -HPE, n. 17.

- SALVATI, Michele. (1993). "Economia e sociologia: un rapporto difficile". *Stato e Mercato*, n. 40.
- SASSEN, Saskia. (1991). *The Global City*. Princenton University Press.
- SIMON, H. A. (1972). "Theories of Bounded Rationality". In: Radner, C. B. & Radner, R. (eds). *Decision and Organization*. Amsterdã, North Holland Publishing Company.
- SKOCPOL, Theda. (1985), *Estados e Revoluções Sociais: Análise Comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa, Presença.
- _____. (1993). "Formation de l'Etat et politiques sociales aux Etats-Unis". *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 96/96.
- THELEN, K. & STEINMO, S. (1992). "Historical Institutionalism in Comparative Politics". In: STEINMO, K. et alli (eds.), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge U. Press, 1992
- VALENSI, Luciette. (1974). "L'Oeuvre de K. Polanyi. *Annales*, ano 29, n. 6.
- VALENZUELA, Arturo. (1991), "A opção parlamentarista para a América Latina". *Lua Nova*, n. 24.
- VEBLEN, Thorstein B. (1965). *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1993). "El Lugar de la Ciencia en la Civilizacion Moderna". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 61.
- WACQUANT, Loic J. D. & CALHOUN, Craig Jackson. (1989). "Intérêt, rationalité et culture: à propos d'un récent débat sur la théorie de l'action". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 78.
- WILLIAMSON, Oliver E. (1975). *Markets and Hierarchies*. New York, Free Press.
- _____. (1989). *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.

- _____. (1994). "Il dialogo tra la nuova economia istituzionale e le altre scienze sociali". *Stato e Mercato*, n. 40.
- ZELIZER, Viviana (1992). "Repenser le marché". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n. 94.
- _____. (1989). *Pricing the Priceless Child: Changing Social Value of Children*. New York: Basic Books.
- ZUKIN, Sharon & DIMAGGIO, Paul. (1990). Introduction In: Zukin, Sharon & DiMaggio, Paul. (eds). *Structures of Capital: The social organization of economy*. Cambridge University Press.

O MARXISMO ANALÍTICO E A QUESTÃO DAS CLASSES SOCIAIS

Marcos Vinícius Pansardi

I - INTRODUÇÃO: OS INDIVÍDUOS, AS CLASSES SOCIAIS E O MARXISMO

O objetivo deste estudo é compreender o papel das classes sociais e da ação coletiva no pensamento dos autores que se inserem no chamado “marxismo analítico”. Como sabemos, estes autores buscam uma aproximação entre as concepções do individualismo metodológico com a teoria marxista, que é em essência uma teoria metodológica coletivista, o que, à primeira vista, pareceria ser uma contradição. Contudo, como veremos, o individualismo metodológico é visto como a solução para graves problemas a que a teoria da ação coletiva marxista induz, portanto, não haveria contradição e sim “complementação”.

A grande questão não resolvida pelo marxismo é de como as classes sociais que podem ser deduzidas através das estruturas produtivas se definem como atores históricos reais. Já que é cada vez mais claro, nas sociedades modernas, que a simples tentativa de buscar classificações objetivas – por mais sofisticadas que sejam, por exemplo nos trabalhos de Eric Olin Wright – não explica o porquê da adesão, ou não, dos sujeitos individuais a um sujeito coletivo.

O erro estaria na incapacidade do marxismo em explicar o comportamento individual, já que este não responde automaticamente a sua inserção estrutural: a questão essencial seria encontrar os mecanismos que traduzem esta inserção no comportamento individual. Como resumiria Przeworski: “A vinculação entre as relações sociais e o comportamento individual é o calcanhar de Aquiles do marxismo” (Przeworski, 1989, p. 113).

A origem do problema não estaria numa interpretação deturpada do marxismo – seja uma interpretação rudemente mecanicista (vulgar), seja numa interpretação estrutural sofisticada – e sim na própria base metodológica deste: seu ponto de partida analítico já se dá com a existência de um sujeito coletivo – a classe – e, contudo, esta pode ser ainda reduzida às suas dimensões individuais. O problema não estaria em explicar o comportamento individual a partir das classes, mas sim em explicar as classes a partir do comportamento individual.

Os indivíduos têm escolhas, e pertencer a uma classe é uma escolha, que não pode ser reduzida a qualquer determinação estrutural. O marxismo deve ser capaz de ir a um nível anterior na escala social e ser capaz de explicar as escolhas individuais, e esta é ainda uma tarefa por fazer.

Portanto, o individualismo metodológico que originalmente sustentava a economia política neo-clássica, e que não comportava a idéia de sujeitos coletivos intermediários entre o indivíduo e as instituições, passa a ser a solução para um marxismo que busca revigorar o espaço para a ação subjetiva na história. Depois de décadas de domínio de explicações estrutural-funcionalistas que reduzem a ação consciente a uma determinação irresistível de “leis históricas”, ou a reflexos de uma estrutura onisciente.

Assim, o marxismo analítico aponta para todo um programa de estudo que concebe a história como resultado de ações estratégicas de indivíduos que buscam a realização de objetivos pré-determinados:

“Uma teoria econômica marxista – e por marxista não designo apenas os que aceitam as hipóteses de Marx ou mesmo os seus problemas, mas os que procuram compreender a relação entre conflitos e evoluções na busca da emancipação universal – deve ser uma teoria que incorpore no próprio cerne de suas hipóteses todo o conjunto de alternativas estratégicas. Deve ser uma teoria que dê aos agentes econômicos uma chance de organizar-se, lutar coletivamente, exercer influência sobre o Estado e produzir efeitos sobre a economia. Deve ser uma teoria que aborde as estruturas específicas do mercado capitalista, as formas específicas de organização das classes e do Estado e os padrões específicos de exploração e acumulação como conseqüências dependentes dos comportamentos estratégicos dos agentes empenhados na realização de seus objetivos, sob todas as formas que possa assumir esse empenho no âmbito do capitalismo” (Przeworski, 1989, p. 273).

Uma das mais nocivas conseqüências dessa abordagem marxista tradicional se reflete na incapacidade de compreender as características peculiares em que se desenvolve o conflito de classes em nossa época, ou seja, a capacidade que o sistema capitalista desenvolvido tem mostrado em incorporar e neutralizar o potencial revolucionário da classe trabalhadora. É apenas com a abordagem proporcionada pelo individualismo metodológico que se pode compreender que o conflito capital-trabalho não é necessariamente um “jogo soma-zero”. Segundo Przeworski, a teoria marxista tradicional é “tosca, logicamente incorreta e empiricamente falsa” (Przeworski, 1988, p. 16).

A proposta dos marxistas analíticos é então a de renovar o marxismo, incorporar algumas das mais recentes contribuições da teoria social da século XX, e retirando do marxismo inconvenientes heranças metafísicas provenientes do século XIX – entre as quais a análise dialética: ponto de origem do caráter teleológico que obscurantiza a teoria social marxista.

O marxismo enquanto tentativa de explicar as características e as mudanças ocorridas na sociedade humana já teve seu valor aprovado pelo “tribunal da história”, contudo precisa de um urgente rejuvenescimento. O sentimento que move o projeto dos marxistas analíticos é resumido por John Roemer na introdução do livro por ele organizado, destinado a apresentar as idéias do grupo:

“(…) reconhecer que a marxismo é uma ciência social que nasce durante o século XIX. Como tal está sujeito a certas limitações: é primitivo frente aos padrões modernos e resulta equivocado tanto em alguns detalhes como inclusive, talvez, em certos argumentos essenciais. Não obstante, seu poder para explicar certos períodos e fatos históricos parece ser tão forte que deixa a sensação de ter uma essência válida, mas que necessita ser esclarecida e analisada. Não se abandona uma boa ferramenta porque não se pode utilizá-la em certas coisas, especialmente porque não se tem outra melhor” (Roemer, 1989, p. 10).

II - A BUSCA DE FUNDAMENTOS: INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E ESCOLHA RACIONAL

A tarefa proposta pelos autores é a de produzir novos fundamentos à teoria marxista, ou melhor, microfundações à teoria classista do marxismo. Estes microfundações estariam colocados à disposição do marxismo através das ferramentas do individualismo metodológico, que assim foi definido por Elster:

“Por individualismo metodológico entendo a doutrina de que todos os fenômenos sociais (sua estrutura e suas alterações) são, em princípio, explicáveis em termos de indivíduos – suas propriedades, objetivos e crenças” (Elster apud Przeworski, 1988, p. 21).

O individualismo metodológico tem como fundamento a concepção de que as ações dos indivíduos são orientadas para a realização de objetivos racionais (teoria da escolha racional).

Przeworski enfatizaria que a declaração de Elster é estéril, se não fosse acrescentada ao fato de que o resultado de ações individuais (os fenômenos sociais) muitas vezes são indiretos, não antecipados, e as vezes indesejados por todos. Ou seja, as decisões são individuais, mas os resultados são um produto da confronto entre as partes.

As categorias do individualismo metodológico e da escolha racional são produtos da teoria economia neoclássica, e contudo o marxismo analítico sustenta haver diferenças qualitativas fundamentais no seu uso daquelas ferramentas. Segundo Roemer, haveria quatro pontos de diferenciação:

“(...) o marxismo sustenta: 1) um compromisso pela maleabilidade das preferências humanas, pela formação social do indivíduo; 2) que a teoria econômica neoclássica do bem-estar é débil e errônea devido à formação autônoma das preferências; 3) a obrigação, baseada em uma certa leitura da história, de conceder importância à ação coletiva e ao poder no processo de solução; no particular, o poder de classe e a ação de classe mas, de modo mais geral, o poder nacionalista e possivelmente o poder religioso. Na teoria do equilíbrio competitivo ninguém tem nenhum poder; 4) a crença na injustiça do capitalismo e sua transitoriedade, que brotam da visão histórica do mundo, baseado na evolução das formas de propriedade” (Roemer, 1989b, p. 230).

As duas primeiras afirmações determinam um limite às preferências individuais. Ao contrário da economia neoclássica que compreende as opções individuais como autônomas, os marxistas analíticos entendem a tomada de decisões como produto de dois fatores: 1) os recursos (condições) disponíveis e, 2) os objetivos a serem alcançados; tanto um

como outro podem ser determinados pela estrutura das relações sociais. Contudo, as restrições estruturais não ditam a última palavra sobre a escolha dos indivíduos, elas limitam seu campo de ação, no entanto, dentro destes limites os indivíduos realmente escolhem aquilo que acreditam ser o melhor caminho para atingir os objetivos estabelecidos anteriormente. A escolha, portanto, não é arbitrária, não é completamente independente, pois existe uma “estrutura de escolhas disponíveis aos agentes” (Przeworski, 1989, p. 18). Aqui os marxistas analíticos interpretam a relação entre ser e consciência social de uma maneira própria, não como uma determinação, ou minimamente como uma indução de comportamento, mas como uma restrição de escolhas. O indivíduo não é conduzido pelas estruturas, estas não comandam suas escolhas, ele se mantém no comando, é racional e não um reflexo de estruturas racionais (Ibidem, p. 18). Não estamos em frente de uma visão estruturalista da consciência social, nem de uma concepção sobre normas sociais que internalizar-se-iam e determinariam um comportamento imposto pela sociedade.

A objetividade das estruturas sociais se dá apenas por sua anterioridade, como condição dada que se apresenta à ação dos homens, é sobre ela que se dá o conflito entre os homens ou classes. O conflito pode mesmo se constituir sobre esta estrutura de escolhas, os homens podem decidir alterar as relações sociais. Perde força a idéia que o capitalismo cria consciências, determina padrões de comportamento e ação. O conceito de ideologia parece esvair-se, o homem conserva sua capacidade racional de escolher objetivos, há apenas limites e estes podem ser objetos de mudança, basta isto ser objeto de escolha dos indivíduos desta sociedade.

A ação do analista é assim compreender estas “estruturas de escolhas” e como estas limitam as escolhas, para além das dotações de recursos e os objetivos a serem alcançados. O marxismo analítico não tem

uma “psicologia materialista” que explique como, entre as escolhas permitidas pelas relações sociais, o indivíduo afinal escolhe uma e não outras disponíveis; portanto, não tem uma teoria sobre a formação endógena das preferências (Roemer, 1989b, p. 222). Ou seja, a escolha não é explicada e sim as “estruturas de escolhas”.

A teoria marxista tradicional pensava na formação de preferências, e na formação das identidades e das classes como um produto definido pelos conflitos. Estas são transformadas continuamente – não há a idéia neoclássica de uma identidade imutável, atemporal –, isto é, são moldadas, destruídas e, novamente reconstruídas. Nesta concepção, os conflitos definem se determinada coisa é fonte de satisfação, se um objeto específico pode ser alcançado, se um determinado curso de ação é admissível (Przeworski, 1988, p. 9).

No entanto, os marxistas analíticos defendem a idéia de que as preferências se formam historicamente e as pessoas agem racionalmente com base nas preferências que têm e as quais não são contraditórias, como, aliás, vimos anteriormente (Ibidem, p. 10).

Além da análise das “estruturas de escolhas” o marxismo analítico tem uma ferramenta poderosa para compreender o resultado dos conflitos: as escolhas finais dos indivíduos racionais – após serem “selecionadas” as escolhas possíveis – podem ser desvendadas pela “teoria dos jogos”. Segundo estes autores, a teoria dos jogos é, bem ou mal, a única teoria que pode dar conta de uma situação de conflito.

Numa situação de conflito os indivíduos escolhem racionalmente os objetivos que melhor se adequam aos recursos que dispõe. A busca de ganho na relação com outros indivíduos pode ser entendida de forma estrita ou abrangente, como nos explica Elster: “De forma estrita, ele é o benefício material recebido para cada ator. Em uma interpretação mais ampla, ele cobre tudo que tenha valor para a autor em cada situação, inclusive (possivelmente) os ganhos de outros autores” (Elster,

1989, p. 183). As decisões são estratégicas, isto é, são tomadas levando em consideração as decisões racionais dos outros indivíduos envolvidos no conflito. Por fim, a jogo tem geralmente um fim: no chamado “ponto de equilíbrio”, um determinado resultado final em que a estratégia de cada ator é ótima *vis-a-vis* às dos outros.

Discutamos, agora a terceira diferença entre a teoria neoclássica e o marxismo analítico: a crença na importância da ação coletiva ou classista.

III - CONDIÇÕES PARA A AÇÃO COLETIVA

O primeiro texto importante de Przeworski sobre as classes sociais é de 1977 – *O Processo de Formação de Classes*. Neste texto já encontramos presente a preocupação central dos marxistas analíticos quanto ao conceito de classe, qual seja: a insatisfação com as definições objetivas que definem as classes pela sua posição no modo de produção.

Przeworski, contudo, não tem ainda o individualismo metodológico como explicação para suas inquietações. Este texto é muito interessante, pois, o autor incorpora e desenvolve criticamente as análises gramscianas sobre a questão da classe. sem deixar de incorporar pontos da visão de Poulantzas, Thompson e mesmo as críticas weberianas ao conceito marxista de classe social.

A resposta à questão de como os atores coletivos se formam é buscada nos conflitos que emergem da sociedade. Como Thompson, para Przeworski as classes são produtos das lutas sociais, as lutas de classes são anteriores à formação das classes.

Os conflitos se dão na sociedade entre os vários grupos sociais que buscam tanto alcançar seus objetivos como, principalmente, impor sua visão de mundo sobre toda a sociedade. O problema não é apenas

teórico e sim prático: “é no campo da ideologia que as pessoas se tornam conscientes das relações sociais”, frase de Marx que Przeworski incorpora, procura demonstrar que a formação das classes é um processo longo onde esta luta de classes ideológica é uma luta sobre as classes, antes de ser uma luta de classes. A luta da burguesia é manter o conflito na sociedade a nível individual, suas instituições negam a conflito classista, a política é vista como a busca universal do “bem-comum” e não como o conflito de classes com visões e interesses antagônicos.

Portanto, a classe nem é um epifenômeno, nem está livre de determinação, contudo, a luta de classe tem um efeito autônomo sobre a formação daquela. A objetividade das relações produtivas se dá ao nível de determinar quais os projetos historicamente definíveis podem ter viabilidade efetiva.

As preocupações que levariam Przeworski a encontrar-se com o individualismo metodológico podem já ser encontradas em sua explicação da efetividade histórica das ideologias; pois, para Przeworski estas só podem ter efetividade – gerar uma identidade coletiva – se correspondem à maneira com que as pessoas (os indivíduos, eu diria – MVP) sentem a sua vida quotidiana. Aqui se esboça a ligação entre a identidade coletiva e a visão dos indivíduos.

Já se encontra neste ensaio a explicação – que seria central na análise posterior de Przeworski – do porquê a simples similariedade da posição de classe não leva à solidariedade: a resposta está na competição dos operários entre si, que só se silencia com a organização destes em classe.

Em estudo posterior *A social-democracia como fenômeno histórico* (1989) – Przeworski aplicaria estas idéias ao analisar o desenvolvimento histórico da social-democracia através do século XX. Aqui temos dois avanços importantes no caminho do individualismo metodológico: o primeiro, é a compreensão de que sob a capitalismo democrático o con-

flito de classes não é necessariamente e irremediavelmente antagônico, portanto, que o compromisso entre-classes é possível, e é essa a característica do caminho social-democrata. Segundo, que a social-democracia, e o caminho que ela trilhou, foram uma escolha do proletariado, e não uma derrota para a burguesia ou uma imposição cega da história. A democracia eleitoral-representativa quebra a concepção classista tradicional do século XIX, esta recua a uma visão “ampliada” do trabalhador. Passa-se da visão de uma sociedade sem classes para a de uma sociedade de massas.

Incorporando o individualismo metodológico, Przeworski, se, por um lado, aceita a crítica salutar deste à teoria da ação coletiva do marxismo, por outro lado mostra uma relutância muito grande em assumir seus resultados. Przeworski lembra que, se fosse verdadeira, a teoria de Mancur Olson inviabilizaria qualquer ação coletiva, o que obviamente significa que esta teoria está incorreta.

As tentativas de vários autores em rebater e responder ao dilema do “carona” (free-rider), são mapeadas por Przeworski em seu texto *Marxismo e escolha racional*:

“1) o problema é irrelevante com base nos pressupostos do coletivismo metodológico (Holmstrom, Pizzorno). 2) As pessoas, os trabalhadores, ao menos, não são egoístas (Booth). 3) Os trabalhadores são coagidos com tal rigor por suas condições que não têm escolha: relativamente aos trabalhadores a abordagem da escolha racional coloca um falso problema (Roemer). 4) Os trabalhadores têm uma inclinação especial para alterar as preferências uns dos outros através da comunicação (Elster, Offe & Wiesenthal). 5) Os trabalhadores satisfazem às condições para cooperação num dilema da prisioneiro interativo (Shubik, Taylor): estão repetidamente na mesma situação; não sabem durante quanto tempo permanecerão nessa situação; e têm um coeficiente baixo de preferência pelo presente (Edel, Shaw). 6) Os trabalhadores respondem às condições para uma alteração endógena de probabili-

dades de sucesso; quando alguns deles dão início à ação coletiva, a probabilidade de sucesso da ação coletiva aumenta, o que significa que o benefício esperado também aumenta, sobrepujando o custo esperado para os trabalhadores adicionais, cuja participação, por sua vez, aumenta ainda mais a probabilidade de sucesso, e assim por diante” (Przeworski, 1988, p. 13).

Todos esses argumentos criticam a teoria de Olson partindo do princípio que a teoria correta deve partir de uma visão coletivista, que os trabalhadores em geral estão e se organizam em classe. Przeworski assume a essência da crítica de Olson: a organização do proletariado em classe não é tão evidente que não precise ser explicada. As classe e a ação das classes são fatos incomuns na história (mesmo do capitalismo); o proletariado em geral não está organizado em classe, isto é verdade mesmo em períodos pretéritos da história do capitalismo.

Assumindo a própria crítica do individualismo metodológico, a pergunta certa deve ser essa: “(...) sob que condições, de sempre a nunca, a solidariedade (cooperação de classe) é racional para os trabalhadores individuais ou para grupos específicos de trabalhadores?” (Ibidem, p. 14). Przeworski – coerente com sua afirmação anterior (p. 11) – assume as demonstrações de Michael Wallerstein: a resposta está na competição dos trabalhadores entre si no interior do mesmo mercado de trabalho. Przeworski acrescentaria a necessidade de se estudar o desenvolvimento individual dos membros de uma classe com os membros de outra classe. Przeworski reconhece que esta resposta é muito primária, contudo, acredita que a crítica neoclássica deve levar a desenvolvimentos futuros muito positivos. Afirma que pouco restará da teoria marxista da ação de classe, contudo, reconhece que não há ainda respostas satisfatórias.

Ao contrário, Elster considera a crítica de Olson um desafio à teoria marxista da ação coletiva e chega mesmo a conceituar a ação coleti-

va pela capacidade de um grupo de interesse em solucionar o problema do “carona”.

A solução, ou seja, a busca dos microfundamentos que expliquem a ação coletiva, encontra-se na própria teoria dos jogos. A explicação do surgimento da participação deve tomar uma das três seguintes posições: 1) ressaltar o aspecto repetitivo da interação; 2) postular uma diferença entre a estrutura da recompensa material e uma que leva em conta também a interdependência das recompensas; e 3) sugerir que os agentes não se comportam de uma maneira completamente racional (Elster, 1989b, p. 242).

O primeiro ponto procura mostrar que a cooperação é racional em casos em que o futuro faz parte das avaliações dos indivíduos: não se sabe quando acabará a interação, há um interesse sobre ganhos a longo prazo e há uma informação completa acerca das motivações dos outros agentes.

O segundo ponto demonstra que a interação continuada produz relações de confiança e interesse coletivo, a submissão do interesse egoísta ao interesse do grupo – esta visão se baseia na conclusão de vários estudos sobre a história das primeiras classes operárias. O terceiro ponto é inicialmente colocado sob suspeita por Elster: dever-se-ia duvidar de argumentos que invoquem a irracionalidade da ação dos indivíduos, contudo, a ação racional voltada para interesses materiais não parece ser uma resposta satisfatória para a ação do proletariado organizado – à luz do que se conhece da história operária – neste caso a versão mais plausível na opinião de Elster é: “a mudança na estrutura de preferências. Os trabalhadores tornam-se ao mesmo tempo informados e preocupados uns com os outros, através da interação contínua. A preocupação com os outros estrutura a ordenação das alternativas; e a informação sobre o outro, permite que os atores percebam a solução do jogo que se segue,

que é o 'jogo da garantia' (...) a solidariedade pode substituir os incentivos materiais" (Elster, 1989, p. 188-189).

Solidariedade, confiança, preocupação com os outros, Elster parece afastar-se do individualismo metodológico e da escolha racional, contudo, logo reiteraria sua adesão incontestemente aos princípios individualistas:

"Ao tratar de dar explicações, não supõe-se outra coisa que motivações egoístas e condutas racionais. O primeiro retrocesso consiste em abandonar o suposto do egoísmo e manter o da racionalidade. Só como último recurso se questiona a racionalidade dos agentes" (Elster, 1989b, p. 244).¹

Burawoy, na sua crítica a Elster, observa esta oscilação entre uma defesa de princípios e uma negação na prática teórica; Elster, neste livro citado, concluiria: "existem entidades supra-individuais que precedem os indivíduos na ordem de explicação" (Elster apud Burawoy, 1991, p. 101).

Para Roemer a questão da ação coletiva passa inicialmente pela busca dos fundamentos da formação de preferências, esta busca leva-o a repensar, através dos parâmetros do individualismo metodológico, o conceito de ideologia: esta será pensada como um conjunto de regras adotadas por um ator para limitar seu próprio conjunto de possibilidades (escolhas), isto é:

"(...) O estudo do assunto da formação de preferências faz necessário postular algum aparato de metapreferências: uma pessoa possui uma variedade de perfis de preferências que

¹ Na nota 37, p. 243, Elster (1989b) reafirma sua posição ao defender a prioridade "metodológica" do individualismo metodológico: "As recompensas materiais são benefícios de primeira ordem, quer dizer, têm uma necessidade lógica para que seja possível obter benefícios de segunda ordem como o altruísmo e a simpatia."

pode 'escolher' ter e, dada a informação de seu ambiente, incluindo as restrições que enfrenta, 'elega' uma concepção de bem-estar apropriada. Haverá expectativas sobre uma pessoa pelo resto da sociedade, dado o lugar que ocupe nas forças produtivas. (...) É mais seguro dizer que a cultura seleciona as preferências de uma pessoa por ele. Mas a cultura pode ser entendida como ideologia e, se existem fundamentos racionais para a ideologia (como mencionei anteriormente), então o processo endógeno de formação de preferências pode ser visto como uma eleição racional. A formação social de um indivíduo pode explicar-se pela requisição ao mesmo tempo de que a sociedade seja entendida como uma consequência da ação de muitos indivíduos" (Roemer, 1989b, p. 227-228).

Assim, também o conceito de luta de classes é definido por Roemer a partir de uma escolha racional por parte dos trabalhadores, neste caso a escolha de um método para forçar o capital à negociação; este seria um conceito de negociação, em geral mais apropriado e mais racional que o equilíbrio competitivo.

Enfim, como os trabalhadores podem superar a problema do individualismo e comprometer-se na luta de classes? A resposta, contudo, foge aos rígidos padrões do individualismo metodológico e da escolha racional: a busca egoísta de vantagens materiais. Roemer fala de uma opressão comum que gera vínculos de solidariedade que, por sua vez, gera uma predisposição para a luta, através de um certo "prazer em cooperar" com os companheiros do infortúnio, visando ganhos coletivos e o prazer de se constituírem atores da história (Ibidem, p. 227-228).

Lembramos ainda a citação de Przeworki, em que Roemer determinava que em relação às classes sociais o individualismo metodológico colocava um falso problema, pois, os trabalhadores não tinham outra opção sob o capitalismo do que se organizar.

Numa avaliação preliminar, a proposta do individualismo metodológico de buscar microfundamentos tem respostas decepcionantes: no

pior dos cenários, para Przeworski, o individualismo metodológico é, ainda, apenas uma bela promessa para o futuro; para Elster, a classe é um fator explicativo anterior ao indivíduo, e para Roemer não há opção sob o capitalismo, para os trabalhadores além da ação coletiva. No melhor dos cenários, há a necessidade de negar a auto-suficiência do individualismo metodológico e da escolha racional para explicar a ação coletiva. Há a necessidade de agregar interesses coletivos, e valores não egoístas como “interesse pelos outros”, ou fatores como “prazer da resistência”, que dificilmente se encaixam numa ação racional, etc.

IV - O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

No marxismo analítico, é de John Roemer a tentativa mais séria de se reconstruir uma teoria das classes sociais sob os parâmetros fornecidos pelo individualismo metodológico. Nesta construção Roemer vai negar alguns pilares básicos que formam a base da teoria marxista das classes sociais: a teoria da alienação e da mais-valia são substituídas por uma teoria da exploração, a determinação estrutural e a consciência de classe são negadas em favor de uma teoria da riqueza e da propriedade que tem um caráter anterior à classe.

Fiel à sua adesão ao individualismo metodológico, Roemer define a classe social como uma escolha que visa à maximização de recursos próprios dos agentes num contexto de mercado competitivo, essa escolha se dá numa situação em que os atores envolvidos entram no jogo já com recursos materiais diferenciados por uma situação anterior onde se produziu uma diferenciação social definida pela posse ou não dos meios adequados para a produção de bens materiais – a propriedade privada dos meios de produção. Neste momento já há exploração, contudo é um tipo de exploração diferenciada da exploração tipicamente capitalis-

ta: a exploração se dá por existir um grupo social que trabalha mais do que outro para produzir o mesmo valor-trabalho.

É importante compreender que a classe não é produto da exploração, ambas são produto da desigual distribuição da propriedade privada, contudo, esta exploração só se concretiza no mercado e não se dá pela explicação marxista tradicional da mais-valia. Para Roemer, há um tempo de trabalho total distribuído na sociedade, há atores que levam menos tempo de trabalho para produzir determinado valor enquanto outro ator leva mais tempo para produzir a mesma quantidade de valor. A exploração se concretiza quando o indivíduo transfere seu tempo de trabalho, incorporado na compra mercadoria, a quem vende esta mercadoria. A escolha racional aparece quando os indivíduos – desigualmente dotados de meios produtivos – se apresentam ao mercado, neste momento os indivíduos procuram maximizar seus recursos: vendendo ou alugando força de trabalho, trabalhando e/ou colocando pessoas a trabalhar em sua propriedade.²

A posição de classe de um agente pode ser relacionada com a compra e venda da força de trabalho: quem compra é burguês, quem vende é proletário; pela dotação de riqueza: quem é rico é burguês, quem é pobre é proletário; pelo tempo de trabalho social: quem trabalha abaixo da média social é burguês, quem trabalha acima da média social é proletário. Numa definição política: quem é explorado é proletário, quem explora é burguês.

² Usando estas duas variáveis, comprar ou vender força de trabalho, trabalhar ou não na própria propriedade; dividida em dois blocos sociais, mundo rural e o urbano, Roemer define cinco pares de classes sociais (latifundiário/capitalista = emprega outros, não trabalha e não vende sua ft; pequeno capitalista = camponês acomodado (?) = emprega outros, também trabalha, não vende ft.; pequeno-burguês / camponês médio = trabalha, não emprega, não vende ft; camponês pobre/proletário misto = trabalha, vende sua ft e não emprega; proletário/trabalhador sem-terra = não trabalha, não emprega e apenas vende) (Roemer, 1989a. p. 105).

A teoria da exploração é fundamental no pensamento de Roemer, a partir dela a necessidade do socialismo pode adquirir nova vida. Roemer destaca a importância da teleologia marxista, contudo, critica sua característica funcionalista, destaca a necessidade de dar-lhe microfundamentos, e estes podem ser obtidos através da sua teoria da exploração. A definição de Roemer para exploração amplia o conceito para além das fronteiras do capitalismo, e pode ser usada em qualquer conjuntura histórica. Assim, pode-se definir um grupo social como explorado, se houver alguma alternativa viável à sociedade existente, lugar em que estes estariam em melhor situação da que na sua sociedade atual (processo de retirada). No caso de capitalismo isso se daria “quando uma coalizão se retira permite-se a ela levar sua participação per capita dos ativos produtivos da sociedade... a prova para a exploração capitalista equivale a igualar o acesso de cada agente à propriedade alienável da sociedade” (Roemer, 1989a., p. 123-124).

Roemer procura responder qual é o propósito de sua teoria da exploração, a resposta é “tentar explicar a luta de classes”, melhor dizendo, justificar a luta de classes, dar consistência ideológica aos reclames dos trabalhadores, mostrar que existe uma saída para além do sistema capitalista – o socialismo. Entretanto, já que a desigualdade é anterior ao sistema, a apropriação desigual da propriedade privada não é produto do capitalismo, não cabendo aos trabalhadores reformarem o sistema, mas sim abandoná-lo. Além do mais, no capitalismo não há nenhuma possibilidade de deduzir a exploração de uma estrutura econômica perversa – vide a negação da mais-valia. A alegação, pelos liberais, de uma justiça social no sistema da livre-empresa é tão verdadeira como a alegação da injustiça deste pelos socialistas. Roemer relativiza os argumentos, pois para ele a pretensão de cientificidade do marxismo não existe. Este é apenas ideologia, como o é o liberalismo – uma visão

ligada a valores –, cada um com sua ética específica. Justificar a luta dos pobres contra os ricos, este seria o objetivo do marxismo.

Assim é a postura teórica de Roemer, a construção de modelos que identifiquem as proposições éticas que existem por detrás das teorias-ideologias, é o que ele chama do “imperativo ético da teoria”. E é por isso que o marxismo continua sendo válido: pela visão ética que conforma o pensamento marxista. Seu materialismo histórico, deve ser descartado pelo seu pseudo-cientificismo e sua dialética por produzir uma teleologia funcionalista obscura.

Przeworski formula três críticas básicas à teoria de Roemer: 1) a teoria da exploração do trabalho poderia ser elaborada sem nenhuma referência a classes, como fora originalmente apresentada pelo próprio Roemer. 2) Roemer, se avança em alguns pontos importantes ao introduzir microfundamentos à teoria das classes sociais, recua em três momentos dignos do típico mecanicismo da época da II Internacional: a) os sujeitos da história são necessariamente e invariavelmente exploradores ou explorados, b) esses agentes coletivos necessária e invariavelmente lutam e constituem lados antagônicos em sua relação mútua, c) toda mudança histórica deve-se à luta entre exploradores e explorados.

Ora, esta visão do conflito para Roemer não só é determinista como impede que compreendamos a conjuntura atual – um tema caro a Przeworski –, ou seja, uma relação capital-trabalho que pode se desenvolver por relações de cooperação. Ou seja, 3) tudo é determinado pela dotação inicial de riqueza, o trabalhador não pode melhorar sua vida no capitalismo e portanto, sua única saída é buscar o socialismo.

Na busca de uma definição para a classe social, Elster negará a centralidade do conceito de exploração utilizado por Roemer, preferindo agregar a crítica weberiana – via Dahrendorf – para construir seu próprio conceito de classe.

Elster nega ao conceito de exploração definido por Roemer uma importância tanto prática como principalmente teórica. Elster argumenta que este conceito não permitiria compreender os estratos médios da sociedade – como a pequena-burguesia ou as burocracias – porque estes estratos compreendem tanto exploradores como explorados, também impede que compreendamos adequadamente as sutilezas de conjunturas históricas diferentes, como a diferença entre amos e capitalistas ou entre escravos e operários. Além do mais, em situações reais é difícil definir com clareza a linha que separa os exploradores dos explorados.

Já vimos que a estrutura produtiva pode ser compreendida como uma “estrutura de possibilidades”, como um limite histórico das opções dadas aos indivíduos em determinada conjuntura histórica. A classe pode ser compreendida como uma escolha individual se, dada determinada estrutura de recursos (dotações) os indivíduos, lançados ao mercado, *são obrigados* a tomar certas atitudes que os levem a maximizar o uso do que têm.

Assim, as classes são definidas não só pela estrutura de dotações, mas principalmente pelo comportamento dos agentes nas transações efetuadas no mercado:

“(…) isto nos permite propor uma definição geral de classes em termos de dotações e comportamento. As dotações incluem propriedades tangíveis, habilidades intangíveis e elementos culturais mais sutis. O comportamento se define em termos econômicos tais como trabalhar *versus* não trabalhar, vender *versus* comprar força de trabalho, emprestar *versus* pedir capital em empréstimo, arrendar *versus* alugar terra, dar *versus* receber ordens na administração da propriedade corporativa. Uma classe é um grupo de pessoas que, em virtude do que possuem, estão obrigados a ocupar-se nas mesmas atividades se querem fazer melhor uso de suas dotações” (Elster, 1989a, p. 172).

Aqui estão presentes os dois elementos weberianos incorporados por Elster: o comportamento de mercado, que determina como a dotação deve ser utilizada para a otimização; e o poder, que é fundamental para conceituar as classes sociais no mundo moderno, tanto nas grandes burocracias estatais, como nas grandes corporações de sociedade anônima. Aqui não há exploração e sim divisões sociais que são produto de divisões hierárquicas.

A proposta do marxismo analítico, a reforma do marxismo para adequá-lo às exigências do mundo moderno, levam Elster a repensar o papel da luta de classes nas sociedades pré-capitalistas, sociedades que teriam em comum com a nossa sociedade (pós-moderna?) a preponderância do conflito social entre grupos não classistas. Assim Elster estuda as abordagens que analisam a antiguidade clássica, o conflito patricios x plebeus, ou as revoltas escravas. Elster chega à conclusão de que a conceito de honra ou *status* é o mais importante para compreender os conflitos do período. Contudo, ao analisar a atuação dos escravos, Elster chega à conclusão que, se a classe não tem poder explicativo e se permanece totalmente *para si*, o simples fato de existir a ameaça da ação coletiva dos escravos foi um fator importante para dar forma às relações sociais (Elster, 1989a, p. 178-179). Contudo, isto não parece concluir satisfatoriamente a análise para Elster, que mantém um sentimento de que o conceito marxista das classes sociais tem um grande desafio pela frente:

“Uma olhada no mundo contemporâneo mostra que o conflito social está hoje tão longe como sempre das classes em sentido direto. Os sentimentos religiosos são a causa principal da luta no Oriente Médio, na Irlanda do Norte ou no Sri Lanka. Os conflitos raciais determinam a vida social na África do Sul e nos Estados Unidos. As diferenças lingüísticas mobilizam as massas na Bélgica e no Canadá. Os sentimentos nacionalistas seguem sendo fortes como sempre na maior parte do mundo. Estes sentimentos de identidade cultural fazem surgir em grande escala os atores coletivos que não pertencem às classes sociais e criam um sério problema para a teoria marxista das classes sociais” (Elster, 1989a, p. 185).

V - OS LIMITES DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

O “manifesto programático” do marxismo analítico, apresentado no início deste trabalho- rejuvenescer o marxismo, dotando-o das ferramentas modernas do século XX para que este possa dar conta de uma conjuntura histórica mais recente e complexa – não parece se confirmar após chegarmos ao final deste trabalho, a questão que se coloca é de se saber se: se obteve uma resposta satisfatória, ou mesmo se a questão foi posta corretamente.

Ao longo deste trabalho vários pilares básicos do marxismo analítico se mostraram, no mínimo, insuficientes para dar conta do fenômeno da ação coletiva, pois afinal, este seria o objetivo básico do uso do individualismo metodológico e da escolha racional.

Como lembrou Elster, a explicação (da escolha racional) deve partir de motivações egoístas e condutas racionais, contudo a motivação egoísta não parece ser confirmada na análise de nossos autores quando estes se voltam para o comportamento coletivo. Não custa lembrar que Roemer usa como fator explicativo da ação coletiva a solidariedade dos atores – que não é um comportamento egoísta. Fala também no “prazer em cooperar” e no “prazer da resistência”, que dificilmente podem ser considerados motivações racionais.

O próprio Elster fala em relações de confiança, em interesse coletivo, na preocupação com os outros e em solidariedade. É verdade que Elster alude a uma noção de ganho ampliada – além de motivações egoístas – que se ampliaria a tudo que tenha valor para o autor em cada situação, o que incluiria até mesmo o ganho dos outros. Porém o altruísmo pode ser relacionado com um ganho individual, então a dicotomia egoísmo/altruísmo passa a não ter sentido.

Voltemos para a questão do individualismo metodológico e sua pretensão de fornecer microfundamentos à ação coletiva. Até que ponto essa pretensão se confirma nas práticas teóricas dos marxistas analíticos?

A teoria original do individualismo metodológico, provinda da economia neoclássica, postula a formação de preferências de maneira endógena ao indivíduo, ou seja, é produto da vontade de cada indivíduo sem ser determinada por fatores externos. Contudo, a leitura dos marxistas analíticos nega a formação endógena das preferências, preferindo aludir a uma “estrutura de preferências” que seria dada historicamente, ou seja, os indivíduos escolheriam tendo como pressuposto uma estrutura de dotações (recursos) e um comportamento que tenha como objetivo otimizar estes recursos dentro de relações competitivas. Quer dizer, na estrutura de preferências, dotações e comportamentos obrigatórios, só há uma escolha individual a partir do silêncio deixado pelas estruturas acima descritas; não há uma “psicologia materialista”, como disse Roemer, para decidir a escolha que o indivíduo, afinal, faz. Na realidade o que o marxismo analítico faz é analisar o impacto destas estruturas que limitam a opção de escolha do indivíduo, e não a escolha em si. Haveria, porém, a possibilidade de esta escolha ser desvendada através da “teoria dos jogos”.

Contudo, a “teoria dos jogos” parece ser a menos confiável das ferramentas utilizadas pelo marxismo analítico. A primeira constatação é a de que a “teoria dos jogos” não funciona com mais de três elementos. Um conflito social onde se dê uma coalizão entre classes, assim como conflitos intergrupais, haveria dificuldade de ser analisado através desta teoria: a inclusão do Estado, por ex., como um terceiro elemento de um conflito bipolar classista, ficaria comprometido. Há de se perguntar se alguma análise do conflito classista pode eliminar um desses três elementos?

Em outro momento, Elster fala da incapacidade da teoria dos jogos de produzir hipóteses testáveis: existem muitos estudos sobre os jogos em si, mas não estudos das aplicações destes.

Przeworski toca na questão fundamental ao reconhecer que a “teoria dos jogos” tem uma aplicação extremamente restrita. Os trabalhos de Roemer e Elster mostram que a aplicação da “teoria dos jogos” se restringe a acontecimentos isolados e muito precisos. A aparelhagem conceitual da “teoria dos jogos” só capta fenômenos estáticos, não consegue identificar a dinâmica social.

Contudo, o marxismo tem como característica básica a capacidade de captar a mudança social sem, no entanto, perder de vista a visão da estática social (ex.: “O Capital”). Até mesmo Przeworski sustenta a idéia de que o marxismo é uma teoria da história. Este autor lembra que “equilíbrios estáticos não dão conta da história a não ser que especifiquem porque e como ocorrem as transições entre os equilíbrios” (Przeworski, 1988, p. 6). A formulação individualista impede, segundo Roemer, de se saber como a realidade social produz seres sociais que em seguida alteram esta mesma realidade, ou seja, como indivíduos influenciados por dada realidade produzem uma nova realidade. Como a história caminha? Przeworski conclui, desanimadamente, que a aparelhagem atual do individualismo metodológico, é insatisfatória. As tarefas que uma teoria “moderna” teria que realizar seriam as seguintes:

“(…) o tratamento da formação das preferências como um produto endógeno e contínuo dos processos sociais, distinguindo categorias de atores por suas situações estratégicas; a utilização de conceitos historicamente específicos de equilíbrio; e, ao mesmo tempo, a explicação da história, incluindo as origens das condições, em termos das ações intencionais dos indivíduos” (Przewoski, 1988, p. 22).

Ou seja, o individualismo metodológico deve poder incorporar a história e, portanto, a dinâmica social em seu quadro teórico. O “novo” individualismo teria como base um indivíduo compreendido como diferenciado historicamente e socialmente e medido dentro de uma teia de relações sociais com outros indivíduos pertencentes a outros grupos sociais, interação esta que seria fundamental para definir sua identidade.

Contudo, a força do individualismo metodológico não está precisamente na capacidade de extirpar do marxismo sua influência hegeliana? Ao trocar a dialética por ferramentas oriundas da matemática e da lógica, o individualismo claramente optou por reduzir o marxismo à formação de modelos, de esquemas e simplificações estáticas (Roemer, 1989, p. 11). Como lembrou Przeworski: “A força do individualismo metodológico é metodológica: reside na disposição dos economistas neo-clássicos de ignorar todas as complicações que impeçam a obtenção de respostas a questões centrais” (Przeworski, 1988, p. 11).

Contudo, os marxistas analíticos continuam a apostar na capacidade do individualismo metodológico de incorporar fatores externos à teoria: de incorporar a dinâmica social e a ação coletiva, enfim de incorporar a estrutura social. A nós, porém, parece que o individualismo metodológico é uma teoria frágil que precisa criar uma redoma que a proteja da complexidade social para dar resultados. Esta teoria apresenta, em realidade, resultados pouco significativos justamente porque o seu método se destina a situações sociais simplificadas, e, portanto, nada indica que no futuro estes resultados serão melhores.

Argumentamos que o individualismo metodológico não pode incorporar os fatores citados acima, pois: 1) o individualismo metodológico não dá conta das ordens de preferência e da distribuição dos recursos; 2) não consegue explicar o fenômeno da ação coletiva sem recorrer a conceitos coletivistas, pois a egoísmo não explica esta ação; 3) As estruturas subjacentes não são apenas produtoras de limites, mas induzem comportamentos; não

pode explicar as ações inconscientes da história. Seriam estas, ou seriam as ações conscientes as que são a regra na história?

Ao eliminar do marxismo suas influências hegelianas os analíticos reduziram aquele a uma teoria estática do conflito, um “positivismo radical”. Retiraram do marxismo justamente seu fator de predomínio sobre outras teorias sociais: sua capacidade de compreender a sociedade a partir de conceitos funcionais, estruturais, sem perder a capacidade de incorporar a análise da dinâmica histórica.

BIBLIOGRAFIA

- BURAWOY, M. “Making nonsense of Marx: O marxismo revisto pelo individualismo metodológico”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 15, ano 6, fev. 1991.
- ELSTER, J. “Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. Argumentos em favor do individualismo metodológico”. in: *Lua Nova*, n° 17, S. Paulo, 1989.
- _____. “Tres desafios al concepto de clase social”, in J. Roemer, (comp.) *El marxismo: una perspectiva analítica*, Fondo de Cultura Economica, Mexico, DF, 1989a.
- _____. “Reflexiones sobre marxismo, funcionalismo y teoria de los juegos”, Fondo de Cultura Economica, Mexico, DF, 1989b.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. S. Paulo, Comp. das Letras, 1989.
- _____. “Marxismo e escolha racional”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 6, v. 3, fev. 1988.
- _____. “O processo de formação de classes”, in: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n° 2, vol. 20, 1977.
- ROEMER, J. “Nuevas direcciones en la teoria marxista de las clases sociales”, in: J. Roemer (comp.) *El marxismo: una perspectiva analítica*, Fondo de Cultura Economica, Mexico, D.F., 1989a.

_____. “Marxismo de ‘elección racional: algunas cuestiones de método y contenido”, in: J. Roemer (comp.) *El marxismo: una perspectiva analítica*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, D.F., 1989b.

O HOMEM E O MEIO NATURAL. NOTAS SOBRE A ECOLOGIA NOS PRIMÓRDIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Luciana Bernardo Miotto

I

Cada época tende a se formar por um estilo de pensamento. Não se pode dizer que o processo de consolidação das Ciências Sociais no Brasil, enquanto disciplina científica, não tenha sido tardio (Ortiz, 1990), ou que não tenha sofrido dificuldades as mais variadas. Entretanto, a singularidade do processo decorre do próprio entrelaçamento entre o ensaísmo de vários autores, a sistematização de um pensamento social e a preocupação incessante com aspectos da formação do povo brasileiro.

Haveria realmente uma cultura e uma tradição nacionais? Quais raças estiveram envolvidas no processo de formação do povo brasileiro e, em que medida influenciaram ou não a formação desta cultura e desta tradição? Estas questões habitaram o imaginário dos autores das décadas de 20, 30 e 40: Gilberto Amado, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Gilber-

to Freyre, Djacir Menezes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Gilberto Amado, Paulo Prado e Oliveira Vianna, por exemplo, constituem um grupo de autores heterogêneos, mas com a marca característica dos primórdios da sociologia brasileira: o ensaísmo dos primeiros trabalhos sobre a questão nacional. Não podem ser considerados possuidores de um caráter sociológico, justamente porque carecem de uma metodologia específica. Realizam ensaios abrangendo várias disciplinas de estudo como a geografia, a história, a biologia e a psicologia. Tais ensaios revelam a ausência de uma sociologia enquanto disciplina, relegando aos autores a utilização de outras ciências nos estudos sobre a formação do povo brasileiro.

Não estamos lidando com sociólogos no sentido estrito da palavra. O povo brasileiro é descrito (e de certa forma lamentado) através do trabalho de médicos, engenheiros e advogados. O ensaísmo da década de 20 deixa entrever tons melancólicos acerca da formação de um povo brasileiro. Aspectos como a miscigenação – a mistura de raças e culturas – e o meio ambiente singular do país – o clima quente e úmido – são vistos e analisados através de uma perspectiva totalmente negativa.

Esta *Sociobiologia* – o *biológico* influenciando a análise do *social*, ou a tão acalentada unidade nacional prejudicada pela mistura de raças, possui traços marcantes de um conservadorismo racista. Oliveira Vianna (1946), por exemplo, utilizando dados da imigração européia em São Paulo e no Sul, além de estimativas numéricas sobre a alta taxa de mortalidade entre mulatos, negros e mamelucos, afirma que somente a arianização de nosso sangue poderia melhorar a raça. É de se notar que este autor, assim como outros, pensa a identidade nacional em função de um modelo europeu – o modelo do *branco* europeu.

Ao inserir questões relativas ao Estado, ao poder e à democracia, Oliveira Vianna, por exemplo, denota a particularidade de avançar o

caráter de ensaio dos primeiros textos. Realiza uma descrição do povo brasileiro a partir de um referencial teórico mais político e refinado, embora suas análises estejam carregadas de elementos da Sociobiologia. Em Oliveira Vianna, somente um Estado forte pode consolidar a proposta de uma identidade nacional, embora este Estado autoritário esteja vinculado à preocupação do autor com um certo *enbranquecimento* da raça.

Já existente em Gilberto Freyre, a identidade nacional é resultado de uma democracia cultural, propiciada pelo processo de miscigenação. O tom melancólico cedeu lugar à criatividade positiva de um autor, levando-se em conta o conceito de *democracia racial*. Miscigenação não é mais fator de tristeza; ela seria contrária à força de aristocratização, pois amenizaria a distância entre a *Casa-Grande* e a *Senzala*.

Tanto a obra de Oliveira Vianna, quanto a de Gilberto Freyre, não podem ser desvinculadas de seu período histórico: trata-se do início do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que tem seu ponto alto em Gilberto Freyre. As manifestações esparsas dos primórdios da sociologia brasileira deram lugar, na década de 30, a uma sociologia mais sistematizada.

A década de 30 foi um período rico em análises. Muitos trabalhos sugerem uma preocupação incessante com o papel da sociologia e seu método para a explicação de fenômenos sociais. Note-se, a esse respeito, semelhante a muitos autores do período, o trabalho de Djacir Menezes em *O Outro Nordeste*. O primeiro capítulo, por exemplo, discorre sobre a sociologia enquanto ciência, denotando uma preocupação excessiva com o rigor científico de sua metodologia, justamente o contraponto ao ensaísmo dos autores da década de 20.

E como a Ecologia situa-se, enquanto temática, dentro da sociologia brasileira? Não caberia aqui relacionar todas as obras que mencionam a Ecologia ou que a utilizam como tema de análise, num devir his-

tórico das ciências sociais. Pode-se tentar compreender algumas de suas raízes na presença de dois autores aqui escolhidos: Gilberto Freyre, em *Nordeste*, e Djacir Menezes em *O Outro Nordeste*.

Menos lapidada, muito restrita, a perspectiva ecológica destes autores nos fornece um bom exemplo do que significou o avanço da questão ambiental enquanto temática, na sociologia brasileira.

II

Gilberto Freyre insere-se num conjunto de autores que abandonam a marca de lamentação sobre a inexistência de uma cultura brasileira, característica do ensaísmo dos anos 20, para se voltar à busca das raízes de nossa formação. O simples enfoque do conceito de raça dá lugar a um conceito de cultura, mais abrangente e elaborado, com destaque para a questão do Estado nacional. Ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, possui uma *obsessão explicativa pelo Brasil*.¹

Gilberto Freyre e Djacir Menezes perdem-se na vastidão de um Nordeste tão complementar em si mesmo quanto contraditório. O *Nordeste* da zona da mata, de Gilberto Freyre e *O outro Nordeste* das caatingas, de Djacir Menezes. Como autores importantes do mesmo período histórico, possuem tanto semelhanças quanto divergências.

O caminho a seguir será pautado pela presença de um tema: a Ecologia. Em suas análises sobre os aspectos mais importantes da colo-

¹Antônio Cândido (1967) destaca, dentro da sociologia brasileira, três obras significativas: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, a ligação entre o naturalismo dos velhos intérpretes (Sívio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna) e os pontos de vista mais especificamente sociológicos a partir da década de 40; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, onde há indicações importantes para se compreender o sentido de certas posições políticas do momento dominado pelo liberalismo tradicional; e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, seguindo em suas análises, a linha interpretativa do materialismo histórico.

nização do Nordeste, os dois autores utilizam o conceito de Ecologia de maneira bastante singular. No caso de Djacir Menezes, ele não se encontra tão aparente como em Gilberto Freyre.

A fim de compreender a colonização do Nordeste e a mistura de raças frente a monocultura de cana-de-açúcar, e compreendê-la dentro de sua perspectiva ecológica, o trabalho de Gilberto Freyre, em *Nordeste exigiu incursões em várias especialidades*, todas ligadas ao problema social da adaptação do colonizador, tanto europeu quanto africano, ao meio regional.

É o Nordeste da cana-de-açúcar, do primeiro engenho, da primeira casa de pedra-e-cal, da primeira Igreja; o Nordeste do *homem fundador da lavoura e transplantador e criador de valores*. *Nordeste* descreve a civilização do açúcar no Nordeste, palco da monocultura latifundiária, escravocrata e monossexual. Se o homem possui meios e técnicas de modificar o ambiente, e dentro da Ecologia qualquer ação humana na natureza corresponde a uma reação desta, nada deixou raízes tão profundas quanto a monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste. Tudo influenciou a vida na região: a escravidão, o latifúndio e o canavial.

Se em alguns momentos de seu livro, Gilberto Freyre lamenta os estragos da monocultura ao meio ambiente da região, em outros glorifica-a como responsável pela formação de uma civilização tipicamente brasileira, advinda da mistura de raças, valores e do próprio progresso material.

Entretanto, há dois Nordeste: o agrário e o pastoril. Não só o de árvores cheias de sombras, mas o de sertões crestados pelo sol; não só o Nordeste de senhores de engenho, mas o de sertanejos e vaqueiros.

O *Outro Nordeste*, de Djacir Menezes, é o das caatingas e das secas. “*Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos*” (Menezes, 1937, p. 21). É interessante notar que a palavra Nordeste é utilizada sugerindo a idéia de seca. Contudo,

deve ficar bem clara a diferença existente entre a zona da mata, região de terra fértil e o sertão, região das caatingas. De acordo com Gilberto Freyre, não há somente dois, mas vários Nordeste.

Semelhante a Gilberto Freyre, Djacir Menezes procura analisar os traços gerais da evolução social do Nordeste brasileiro, abrangendo a área das caatingas. Não define o seu trabalho como um *estudo ecológico*, mas como uma *sociologia regional*. Neste sentido, tanto o trabalho de Gilberto Freyre quanto o de Djacir Menezes privilegiam esta perspectiva regionalista, em detrimento de um *estudo ecológico* aprofundado. Trata-se, fundamentalmente, da influência do meio na formação do tipo nordestino, moldando a região e os valores.

Djacir Menezes procurou enquadrar a formação histórica e social do Nordeste dentro da evolução do Brasil, processo ligado ao desenvolvimento capitalista no Ocidente. Qualquer caráter ecológico de seu trabalho é muito mais dissimulado que o de Gilberto Freyre. Pode-se percebê-lo em sua descrição dos aspectos físicos da região, na excessiva influência que atribui a eles na formação do tipo nordestino das caatingas e na composição da sociedade, fruto das condições físicas e culturais. Sua metodologia de trabalho se desenvolve através de fatos e informações sobre a história do Nordeste: a vida material, a análise das relações produtivas, da técnica do grupo em relação ao ambiente, entre grupos em conflito. Em um Nordeste múltiplo e diverso, tanto de caatingas como de terras férteis e úmidas das matas, é importante saber como procura se adaptar o material humano.

A análise ecológica que se pode apreender em *O Outro Nordeste* procura entender a adaptação dos povos nórdicos aos trópicos, através de fatores inter-relacionados como o clima, a miscigenação e as consequências do regime econômico de exploração agrícola. Entre o homem e o mundo, a inter-relação de ambos. O conceito de inter-relação é fundamental na Ecologia. Geralmente, a Ecologia é definida como “o estudo

da relação dos organismos ou grupos de organismos com os seus meios ambientes, ou a ciência das inter-relações entre organismos vivos e o seu ambiente" (Odum, 1959, p. 12).

Para Gilberto Freyre, o estudo ecológico é "aquele que se ocupa da planta, do animal ou do homem em relação com o meio ou com o ambiente" (1937, p. 37).² Nesta definição de Gilberto Freyre está presente o conceito de inter-relação. Ao descrever a monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste, ele procura mostrá-la como um jogo complexo entre sociedade e natureza, que moldou a fisionomia e o caráter de um povo que hoje se sente ser o mais brasileiro. Valores e tradições portuguesas, africanas e indígenas, misturados às melhores terras de barro e humus, deram origem a um tipo que, para Gilberto Freyre, representa o mais próximo do que se poderia dizer de um tipo de homem brasileiro. Vê-se que o autor engloba, dentro de sua perspectiva de Ecologia, tanto o natural quanto o cultural. Contudo, como também será visto em Djacir Menezes, a influência do meio é fundamental na constituição do tipo nordestino – o *cabra*.

Djacir Menezes coloca-nos frente a uma compreensão do ambiente como elemento catalisador do desenvolvimento do indivíduo, tanto

² É interessante destacar a bibliografia sobre Ecologia utilizada por Gilberto Freyre: R.N. Chapman, *Animal ecology*, F.E. Clements, *Research methods in ecology*, A. S. Pearse, *Animal ecology*, E. Warming, *Oecology of plants*, C. S. Elton, *Animal ecology and evolution*, R. Mukerjee, *Regional Sociology*, T.W. Bews, *Human ecology*. E ainda: R. Mukerjee, "Social ecology of a river valley", *Sociology and Social Research*, vol.XII, 1927-1928, L.L. Bernard, "Introductory statement regarding human ecology", *Publications of the American Sociological Society*, vol.XXIII, 1929, R.D. McKenzie, "The ecological approach to the study of the human community", in *The City*, ed. por Park e Burgess. Segundo Gilberto Freyre, é neste trabalho que se define o sentido mais restrito de ecologia humana, de acordo com a Escola Sociológica de Chicago. Destaque para a sua influência na sociologia brasileira da década de 30. Ver também R.E. Park, "The concept of position in sociology", *Publications of the American Sociological Society*, vol.XX, 1925.

biológico quanto social. Suas investigações permitem-lhe afirmar os laços existentes entre o meio natural e a vida humana, pois segundo ele

“todos os seres vivos condicionam-se às influências gerais do meio: esse ajustamento incessante às situações ambientes, num equilíbrio dinâmico incessantemente rompido e restaurado, é mesmo uma das características gerais da vida” (Menezes, 1937, p. 40).

Influenciado pelo meio, o homem adquire as variantes de seu lugar. Cada região exerce um tipo de influência na relação do homem com o meio. Neste sentido, destaca a peculiaridade da caatinga: o sertão influenciando as próprias condições de vida; flagelando o homem e a agricultura, moldando o *cabra*. É por isso que Djacir Menezes se prende a uma caracterização extenuante das condições físicas e climáticas do Nordeste seco, palco de caatingas e vaqueiros, bandidos e fanáticos.³ Só assim se julga capaz de compreender os aspectos sociais.

Desta maneira, a ação dos grupos humanos será sempre no sentido de procurar satisfazer necessidades fundamentais de ordem biológica. E frente a esta perspectiva, Djacir Menezes fundamenta o surgimento dos elementos humanos característicos do sertão como resultado das próprias condições do meio.

De acordo com Djacir Menezes, o homem, entre todos os seres vivos, e apesar de sofrer a influência do ambiente em que vive, é o que mais técnicas possui para modificar seu próprio meio. O homem é resultado de um processo histórico e social que, ao modificar as condições do ambiente onde atua, cria novas condições a serem modificadas. Esbarra, entretanto, no limite da capacidade de auto-regulação dos orga-

³Em alguns momentos do livro, Djacir Menezes menciona as figuras moldadas pela caatinga, entre elas a do bandido (destaca a simpatia do sertanejo pela figura do cangaceiro, visto como instrumento inconsciente de vingança contra as adversidades); e a do fanático, mencionando nomes como os de Antônio Conselheiro e do Padre Cícero.

nismos ao exigir do meio onde vive, mais do que este poderia lhe dar. Neste sentido, a monocultura da cana-de-açúcar, destaque da colonização do Nordeste, rompe o equilíbrio homeostático⁴ nas matas que de vasta, nos solos que empobrece, nas águas que degrada. A inexistente variabilidade da monocultura prejudica o mecanismo de auto-regulação do ecossistema. Gilberto Freyre acentua este drama, uma “visão da paisagem, da vida e do homem do Nordeste que a monocultura da cana feriu mais profundamente” (1937, p. 17).

As relações entre homem e natureza não se desenvolveram de forma harmoniosa. São conflituosas. Segundo Gilberto Freyre, a monocultura da cana-de-açúcar acentuou não somente a separação entre homem e natureza, mas a separação entre os próprios homens: aqueles que trabalham na fabricação do açúcar e aqueles que vivem de sua exploração gananciosa. Isso propiciou o desenvolvimento de relações de extrema subordinação.

Paradoxalmente, se por um lado Gilberto Freyre reforça o aspecto negativo da monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste, por outro não a reconhece como intrusa. Seu drama deveu-se muito mais à ganância de lucro do explorador português do que à erosão da paisagem da zona da mata nordestina. Porque a cana-de-açúcar chegou ao Nordeste e encontrou boa terra: os solos de massapê. Gilberto Freyre ressalta os contrastes entre um Nordeste de terra boa e o Nordeste das caatingas. Descreve o complexo monocultor baseado numa terra *doce*, que não tem “aquele ranger de areia dos sertões” (Freyre, 1937, pp. 24-25).

⁴Um dos conceitos presentes na Ecologia é o de equilíbrio auto-regulado ou homeostase. Significa a capacidade de auto-regulação dos sistemas vivos, profundamente ligada à interdependência de seus elementos. Se um sistema é danificado, ele pode se reordenar e se adaptar, dentro de certos limites, à nova situação, estabelecendo um novo equilíbrio.

Na constituição do tipo nordestino, tanto em Djacir Menezes quanto em Gilberto Freyre, influem as condições desfavoráveis do meio, desarticulando muitas vezes o tipo étnico.

Em Gilberto Freyre a miscigenação não é vista como algo negativo – *elementos geneticamente tão bons* – e não parece, segundo ele, ter concorrido para o desprestígio da população regional. A história social do Nordeste da cana de açúcar está ligada ao esforço do mestiço e do cabra, em condições duramente desfavoráveis. Neste sentido, Gilberto Freyre se contrapõe a vários autores: Nina Rodrigues, Sílvio Romero, José Veríssimo, Oliveira Vianna – que acreditavam na inferioridade biológica do mestiço brasileiro.

Semelhante a Djacir Menezes, Gilberto Freyre acaba enfatizando a influência que o meio natural imprime ao desenvolvimento do indivíduo. Se procurarmos recordar os autores da década de 20, e de períodos anteriores, este aspecto também é evidente, porém negativo, de conseqüências nefastas para a colonização dos trópicos. Tanto em Djacir Menezes quanto em Gilberto Freyre, a visão do papel que o meio natural representa é colocada numa perspectiva mais criadora.

III

Frente a todas estas análises, destacam-se três pontos fundamentais:

1. a força do meio sobre o homem – influência do clima e das características físico-biológicas na constituição de vários aspectos da vida;
2. a preocupação dos autores em se libertar de uma sociologia incipiente e inaugurar uma disciplina de caráter científico;
3. as contradições de um processo de colonização na construção de um Nordeste em meio à fusão de três elementos: a miscigenação, a cana-de-açúcar e a caatinga.

"(...) que a exploração da cana de açúcar fosse o que foi neste trecho do Brasil: uma fase, em certo sentido, criadora e sob vários aspectos brilhantíssima; mas tão separada de certos elementos da natureza regional e tão artificial em algumas de suas condições de vida, que apodreceu ainda verde; sem amadurecer direito" (Freyre, 1937, p. 83).

Tanto em *Nordeste* quanto em *O Outro Nordeste*, o ambiente possui papel importante. Porém é o homem quem possui as técnicas para modificá-lo à sua maneira. Supõe-se com isso, que possa dominá-lo.

Simplemente não há ação do homem na natureza que não lhe cause uma nova ação. Rompido o equilíbrio, o processo de restauração, quando possível, é lento, e acarreta perdas ao próprio homem.

Nas relações conflituosas do homem com a natureza, preponderaram os antagonismos. Tomando-se Gilberto Freyre, a cultura da cana no Nordeste aristocratizou o branco em senhor e degradou índios e negros. Valorizou a casa-grande e degradou a choça de palha em mucambo. Valorizou o canavial e desprezou a mata. Um sistema de relações que dividiu o homem, suas habitações e a própria paisagem em duas partes tão diferentes.

Em um Nordeste entre o deserto e a mata, o homem não venceu.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Gilberto (1981). "As instituições políticas e o meio social no Brasil" in: CARDOSO, Vicente Licínio (1981). *À margem da história da república*. Brasília, UnB, tomo I.
- BASTOS, Élide Rugai (1987). "Gilberto Freyre e o mito da cultura brasileira" in: *Humanidades*, Brasília, ano IV.
- CÂNDIDO, Antônio (1967). "O significado de Raízes do Brasil" in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (1993). *Raízes do Brasil*. Rio de

- Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, vol.1, Livraria José Olympio Editora, 25a. ed..
- FREYRE, Gilberto (1937). *Nordeste*. Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, vol.4, Livraria José Olympio Editora.
- FREYRE, Gilberto (1947). *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros vol.56, Livraria José Olympio Editora.
- FREYRE, Gilberto (1961) *Introdução à segunda edição de Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- LAGO, Antônio & PÁDUA, José Augusto (1991). *O que é Ecologia*. São Paulo, Brasiliense, 10a. ed.
- MENEZES, Djacir (1937). *O Outro Nordeste*. Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros, vol.5, Livraria José Olympio Editora.
- MICELI, Sergio (1987). "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil 1930-1964" in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.5, vol.2.
- ODUM, E. (1959). *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ORTIZ, Renato (1990). "Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil" in: *Novos Estudos Cebrap* n. 27, São Paulo, Cebrap.
- PRADO, Paulo (1944). *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 5a. ed..
- VIANNA, Oliveira (1946). *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 4a. ed., p.123-192.

RESENHA

MATHIAS, Suzeley Kalil: *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papyrus, 1995.

A presente obra constitui o resultado de um trabalho de pesquisa sobre os fatores que determinaram o processo de *distensão* levado a cabo pelo General Ernesto Geisel entre os anos 1973 e 1979, e sobre suas principais características no que se refere aos condicionamentos surgidos no marco das relações civis-militares de então. Mais especificamente, o objetivo da autora limita-se a analisar "o porquê da distensão ter sido iniciada no governo Geisel (...), um momento de relativo 'sucesso' do regime autoritário" (p. 23), colocando ênfase especial no intento de reconstruir os objetivos e as motivações do projeto distensionista formulado e implementado pelo grupo político-militar que exercia o governo do país durante os anos citados.

Para Mathias, a *estabilidade* do regime militar, baseada sobre a combinação do "bom desempenho econômico" e de "alguma repressão" constituiu o fator condicionante para o desenvolvimento "militarmente controlado" da transição iniciada com a *distensão*. Porém, é justamente neste marco que a autora formula uma questão central para a compreensão do projeto e do processo distensionista: "por que a elite que mantém o controle [da situação política, social e econômica do país] proporia uma saída do poder?" (p. 40). Mathias adianta já na introdução uma resposta, afirmando que o principal objetivo da *distensão* estava dado pelo deslindamento das responsabilidades dos militares por sua intervenção na repressão autoritária levada a cabo nos anos precedentes e, principalmente, pelo estabelecimento de uma "*democracia tutelar* ou *dictablanda*" na qual as Forças Armadas pudessem projetar-se como instâncias tutelares do sistema político e, em particular, da institucionalidade político-estatal.

Não constitui um aspecto menor a consideração da autora de que o projeto de *distensão* já existia antes da chegada de Ernesto Geisel ao governo do regime militar, e que a formulação do mesmo estava marcadamente condicionada pela necessidade da intenção distensionista

traduzir-se na retirada paulatina e segura dos militares do exercício do governo – interesse compartilhado por parte de um importante setor da oficialidade militar -, e pelas condições favoráveis a uma transformação do regime que derivavam do fato de que os objetivos de crescimento econômico e ordenamento político da "revolução de 64" já tinham sido alcançados.

Neste sentido, ao examinar o contexto político que condicionou a manifestação do *projeto distensionista* e os fatores que possibilitaram a gênese do mesmo, Mathias aborda o *processo de distensão* empreendendo uma minuciosa análise dos discursos políticos do general Ernesto Geisel referentes ao processo em questão, às suas causas, ao significado da "revolução de 64", à democracia futura e ao papel das Forças Armadas nesta. Sem dúvida, esta constitui uma das partes melhor elaboradas e centrais do texto, cuja importância não se resume apenas à originalidade da análise senão ao desenvolvimento e conteúdo da mesma, pois, através desse caminho, a autora desvenda o conteúdo político-conceitual básico do projeto distensionista e a interpretação de seu principal protagonista acerca das condições políticas para colocá-lo em prática.

Também é interessante e apropriado o trajeto analítico desenvolvido por Mathias sobre as circunstâncias políticas que circundaram o processo distensionista aberto a partir de 1974, em particular no que se refere às relações conflitivas entre, por um lado, o governo e a oposição política e social e, por outro, o governo e os setores "duros" da estrutura militar, fatores que marcaram e condicionaram o processo de *abertura*, levado a cabo durante a gestão presidencial do general Figueiredo.

Cabem somente duas observações menores em relação ao valor acadêmico incontestável da pesquisa empreendida por Mathias.

Em primeiro lugar, se, como nos sugere a autora, o "alto grau de controle militar" sobre o processo de *distensão* significa que as *condições políticas* do mesmo – fundamentalmente, a saída dos militares do poder governamental e a consolidação do poder castrense como uma instância central de poder autônomo e como ator tutelar do sistema político -, foram *impostas e mantidas* "exitosamente" – ao menos num plano geral – pelos governantes militares, o processo político que deu lugar a esta

distensão não pode ser qualificado de "*transição negociada*", menos ainda se com esse adjetivo de *negociada* se está querendo expressar que se tratou de uma transição na qual os condicionantes militarmente impostos foram passivamente aceitos pela dirigência política não-castrense. *Negociada* foi a transição espanhola, na qual as principais forças políticas do regime autoritário *acordaram juntamente* com a oposição democrática o marco institucional e político do processo transicional. Mas esse não é o caso brasileiro, no qual o controle militar da situação política e a subordinação civil às regras impostas pelos militares marcaram suas características fundamentais.

Trata-se, certamente, de uma observação menor, pois é a mesma autora quem, no desenvolvimento da obra, vai se dando conta da – digamos – "eficácia" com que os governos militares, nucleados pela figura do general Geisel, implementaram – não sem contratempos e até com certas limitações – o *projeto distensionista* explicitado a partir de 1974. Por essa razão, trata-se de uma observação referente ao plano conceitual muito mais do que ao conteúdo mesmo da análise.

Em segundo lugar, cabe assinalar que se o "êxito" da transição é medido pela capacidade da elite militar governamental em retirar as Forças Armadas da administração do Estado e, simultaneamente, que as mesmas possam projetar-se como atores políticos tutelares, o projeto geiselista não foi integralmente "vitorioso", tal como indica Mathias na parte final de seu trabalho. Ou melhor, não o foi se se avalia tal processo desde uma perspectiva conjuntural, centrada apenas nas condições e particularidades existentes no momento posterior imediato da instauração de um governo democraticamente eleito ou, no caso brasileiro, no momento da eleição presidencial da chapa opositora Tancredo Neves-José Sarney. Ao contrário, se, tal como propõem muitos dos teóricos da transição – entre eles, Guillermo O'Donnell, que é estritamente seguido pela autora -, se considera a transição como um processo que vai além da instauração democrática, o mencionado "êxito" pode ser relativizado, a ponto de supor um marcado *fracasso militar*, não só para manterem-se como atores tutelares do sistema, senão também para preservar certas margens de autonomia institucional no

interior do Estado democrático, tal como se pode observar desde o governo Collor de Mello até a situação política atual.

Certamente, este não é o enfoque seguido pela autora e, portanto, não poderia ser objeto de crítica aquilo que não foi dito nem desenvolvido pela mesma. No entanto, creio que qualificar de "militarmente exitoso" um processo cujas características não se esgotam no período posterior imediato à ascensão de Sarney como presidente, pelo menos contribui para dar conta da integridade do processo abordado.

Afora isso, a presente obra constitui um trabalho cuja particularidade e, ao mesmo tempo, a virtude, reside em dar conta pormenorizadamente daqueles traços centrais que singularizaram o processo transicional brasileiro, isto é, a eficaz condução desenvolvida pelo governo castrense na irrupção e desenvolvimento do projeto distensionista, vencendo estrategicamente as resistências vindas dos setores militares da "linha dura" do regime e das pressões originadas na paulatina rearticulação de setores oposicionistas da sociedade civil e política local, ainda que considerando que tal eficácia distou substancialmente de traduzir-se em um "êxito político" dos militares.

*Marcelo Fabián SAIN**

*Tradução de Jesus J. Ranieri.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista *TEMÁTICAS* publica trabalhos originais dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, na forma de artigos, resenhas, comunicações e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos.

Prioritariamente, os trabalhos devem ser redigidos em português ou em espanhol. O *Resumo* e os *Unitermos*, que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos da Revista *TEMÁTICAS* em outras publicações ou sua tradução para outro idioma, desde que citada a fonte original.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em um dos

seguintes programas: *Word 4.0*, *Word 5.0*, *Word Perfect*, *Word for Windows*, não devendo exceder 12.000 palavras. O Conselho Editorial se reserva o direito de não considerar a publicação de trabalhos que ultrapassem os limites estabelecidos.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: folha de rosto com *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *programa e área* aos quais está(ão) vinculado(s), vínculo docente, endereço residencial e telefone para contato; no corpo do texto: *Título*, *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Unitermos* (com até 7 palavras tiradas do *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Unitermos); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto), *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, se houver).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

Livros e outras monografias:

FIGUEIREDO, A.C., FIGUEIREDO, M. O
plebiscito e as formas de governo. 2. ed. São Paulo:
Brasiliense, 1993, 98 p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Artigos de periódicos:

LESSA, S. Lukács: Trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.15, p. 39-51, 1992.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Torres, 1978). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Segundo Schaff (1992)..." Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Delouya, 1994, p. 54). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Marx, 1984a) (Marx, 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Lamounier & Meneguello, 1986) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Weffort et al., 1988).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

As opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

TEMÁTICAS

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DO IFCH

Pedidos: **TEMÁTICAS**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
CEP: 13081-970 - Campinas - SP - Brasil
Fax: (019) 239.3327 / 239.2412
Fone: (019) 239.8342

Tiragem: 500 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA
Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

